



ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA

BOLETIM N.º 50 - 2023

LISBOA

O artigo 19.º dos Estatutos da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, aprovados pelo Decreto n.º 46 180, de 6 de Fevereiro de 1965, determina que haverá duas publicações Académicas de carácter permanente: o *Boletim* e os *Anais*

TÍTULO:

Boletim N.º 50 – 2023

EDIÇÃO:

Academia Internacional da Cultura Portuguesa

EXECUÇÃO GRÁFICA:

Negócios – Artes Gráficas, Lda.

geral@negociosartesgraficas.com

Depósito Legal: 68080/93

Academia Internacional da Cultura Portuguesa

BOLETIM

O presente número refere-se a um período em que a AICP voltou ao ritmo normal do seu funcionamento, com o regresso às periódicas sessões solenes de tomada de posse de novos Académicos – de Mérito, de Número (a que ascendeu o Prof. Doutor José Esteves Pereira, em sessão realizada em 09MAI23, tendo preenchido o cargo de S-G da Academia em 15JUN23) e Correspondentes (em sessões ocorridas nos casos do Prof. Doutor Luís Tomé e do Embaixador Jubilado Doutor José Duarte de Jesus, respectivamente, em 01JUN23 e 19SET23), bem como outras atividades relacionadas com a apresentação de livros (“O Fim da Hegemonia Americana”, do nosso vice-presidente, Prof. Cat. José Filipe Pinto) e revistas (“Revista Nova Águia”, dirigida pelo nosso Académico Correspondente, Prof. Doutor Renato Epifânio), de atribuição de título honorífico por parte da Academia de Letras de Brasília, em cerimónia realizada no Auditório Adriano Moreira sob a égide do seu presidente perpétuo e nosso Académico Correspondente, o Prof. Doutor José Carlos Gentili, e de um almoço de homenagem (póstuma) ao nosso Académico de Mérito, Prof. Cat. João Pereira Neto. A culminar o regular programa de sessões, o Mestre Paulo Rocha Trindade proferiu uma conferência subordinada ao título “Brasil: Diversidade e Grupos de Interesse”, contribuindo para o destaque da relação académica luso-brasileira neste número, valorizada com um excelente ensaio, denominado “Great Powers and the sea: naval power in international relations theories”, que os seus autores, académicos e docentes universitários do país-irmão, Alm. António Ruy de Almeida e Silva e Prof.^a Layla Dawood, nos facultaram para publicação neste Boletim.

O presente número culmina com mais um ensaio da autoria do vice-presidente da AICP, Prof. Cat. José Carlos Venâncio, que serviu de base à sua última aula antes da jubilação na Universidade da Beira Interior, onde desenvolveu toda a sua atividade de docência e investigação na área das Ciências Sociais e Humanas, após o seu doutoramento, iniciado em 1979, na Universidade de Mainz (Alemanha), sustentado na contribuição do pensamento marxista para a consolidação das áreas académicas em questão e, adjacientemente, sobre a atualidade académica desse mesmo pensamento.

Esta edição de 2023 abre, naturalmente, com a cerimónia de homenagem póstuma à personalidade icónica, fundadora da AICP, em 1965, e figura eminente da história do nosso país ao longo de várias décadas, o Professor Doutor Adriano Moreira. Esta sessão realizou-se logo no início de 2023 – pouco tempo após o seu falecimento, em 23 de outubro de 2022 –, tendo contado com um conjunto de intervenções “In Memoriam” de um numeroso painel, composto por personalidades que muito admiravam a insigne figura de Adriano Moreira, pelas suas qualidades humanistas, intelectuais e científicas, expressas ao longo da sua vida pessoal, política e académica, nomeadamente, como docente e teorizador das relações internacionais e das questões estratégicas, no âmbito da Defesa Nacional e das Forças Armadas portuguesas.

N.º 50 | 2023

Presidente de Honra

Sua Ex.^a o Presidente da República,

Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Conselho Académico

Presidente: Prof.^a Doutora Maria Regina de Mongiardim

Vice-presidente: Prof. Cat. José Filipe Pinto

Vice-Presidente: Prof. Cat. José Carlos Venâncio

Vogal: Vice-almirante REF Rebelo Duarte

Vogal: Prof. Cat. Luís Aires-Barros – Presidente da SGL;

Secretária-geral: Prof.^a Doutora Sónia Frias Piepoli, substituída, em A-G de junho de 2023, pelo Prof. Doutor José Esteves Pereira

Académicos de Mérito

Prof. Doutor Adriano Alves Moreira¹ – Fundador da AICP; Dr. Pedro Rodrigues Pires; Dr. José Ramos Horta; Dom Manuel Nascimento Clemente; Prof.

Doutor João Pereira Neto²; Gen. REF José Pinto Ramalho; Prof. Doutor José Barata-Moura; Prof. Doutor António Dias Farinha

Académicos de Número portugueses

Dr. Carlos Monjardino; Prof. Doutor Martin Eduardo Corte Real de Albuquerque; Prof. Doutor Luís António Aires-Barros; Prof. Doutor

Adelino Torres; Prof. Doutor José Carlos Venâncio; Prof. Doutor Francisco Miguel Proença Garcia; V/Alm. REF João Pires Neves;

Prof. Doutor José Fontes; V/Alm. REF António Rebelo Duarte; Prof.^a Doutora Maria Regina de Mongiardim da Costa Flor e Almeida; Prof. Doutor José

Filipe Pinto; Prof.^a Doutora Maria Salomé Pais; Prof.^a Doutora Sónia Frias; Alm. REF Francisco Vidal Abreu; Prof. Doutor António Sampaio da Nôvoa;

Prof.^a Doutora Maria da Glória Garcia; Prof. Doutor José Esteves Pereira

Académicos Correspondentes estrangeiros

Prof. Doutor Evanildo Cavalcante Bechara; Prof. Doutor Manuel Chantre; Eng. Darc António da Luz Costa; Prof. Doutor Hipólito de la Torre Gómez;

Prof. Doutor Lawrence Graham; Prof. Doutor Carlos Francisco Ribeiro de Lessa; Prof. Doutor Ives Gandra Silva Martins; Prof. Doutor Raúl Morodo;

Prof. Doutor Carlos Nejar; Dr. Mário Cabral e Sá; Prof. Doutor Marcos Vinícios Vilaça; Dr. Zhang Weimin; Prof. Doutor Víctor Mário Chicua Kajibanga;

Prof. Doutor George Contogeorgis; Prof.^a Doutora Fátima Moura Roque; Dr. José Rodríguez Carballo; Dr. Gilberto Veríssimo; Dr. Domingos Simões

Pereira; Prof. Doutor José Carlos Gentili

Académicos Correspondentes portugueses

Prof. Doutor João Carlos Espada; Dr.^a Teresa Gouveia; Prof. Doutor António de Sousa Lara; Ten-Gen REF José Eduardo Garcia Leandro; Dr. Álvaro

José Laborinho Lúcio; Pe. Dr. Vítor Melícias; Dr. Joaquim Aguiar; Prof.^a Doutora Manuela Tavares Ribeiro; Prof.^a Doutora Maria José Ferro Tavares;

Dr. Fernando Nobre; D. José Manuel Garcia Cordeiro – Bispo de Braga e Primaz das Espanhas; Prof.^a Doutora Maria Manuela Mendonça; Dr. Luís

Amado; Prof. Doutor Paulo Mota Pinto; Eng. António Jorge Nunes; Dr.^a Gabriela Canavilhas; Dr. Pedro d' Ávilaz; Dr.^a Isabel Mayer Moreira; Dr. Onésimo

Teotónio Almeida; Prof. Doutor António Bensabat Rendas; Dr.^a Maria da Assunção Anes Moraes; Prof. Doutor Bernardo Ivo-Cruz; Prof.^a Doutora

Helena Chaves Carreiras; Dr. Vítor Gonçalves; Prof.^a Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade; Prof. Doutor Renato Epifânio; Prof. Doutor Luís Tomé;

Embaixador jubilado Doutor José Manuel Duarte de Jesus

PEER REVIEW OU REFEREE SYSTEM: a Academia Internacional da Cultura Portuguesa empenha esforços no sentido de manter a qualidade do conteúdo dos artigos que publica há já cinco décadas. No Boletim da AICP são publicadas as intervenções ou trabalhos científicos dos seus Académicos em Conferências, podendo também serem publicados trabalhos de outros autores, após análise elaborada pelo Conselho Académico e Editorial. A revisão de pares (peerreview) ou sistema de arbitragem (referee system) envolve o recurso sistemático a revisores, membros do nosso Conselho Académico, para avaliar e emitir parecer sobre a aceitação de artigos submetidos para publicação. É garantida aos autores a possibilidade de recorrer da decisão dos avaliadores por intermédio dos coordenadores científicos que, por sua vez, devem proporcionar um diálogo respeitoso e profissional entre o autor e o avaliador. É garantida a confidencialidade de todo processo. Na avaliação de cada artigo submetido para avaliação, a Perícia está essencialmente preocupada com:

- a qualidade e o rigor dos argumentos; • a relevância do artigo para a discussão de problemas na sua área de investigação; • a validade dos dados apresentados; • as recomendações do avaliador:

a) rejeição;

b) publicação sem revisão;

c) publicação após revisões (especificando);

O artigo proposto para publicação deverá ser enviado via correio eletrónico para geral@aicp.gov.pt

O texto terá de observar as seguintes normas:

- Ter entre 30 000 a 50 000 caracteres (espaços incluídos) em Word for Windows;
- Ser acompanhado de um resumo em português e em inglês (até 1000 caracteres cada);
- O Boletim poderá publicar artigos já editados noutras publicações mediante autorização por parte da respectiva Editora.

Todo o artigo publicado é da inteira responsabilidade do autor, sendo a revisão das provas tipográficas da responsabilidade da AICP.

The submitted article will have to be sent by email to geral@aicp.gov.pt

The text should obey to certain requirements:

- It should have between 30 000 and 50 000 caracteres (spaces included), and must be presented as a Microsoft Word document;
- The author should provide an abstract of the article (until 1000 caracteres);
- Written according to the Harvard reference system available at <http://libweb.anglia.ac.uk/referencing/harvard.htm>

The magazine's Editorial Board, on an anonymous basis, will appraise the text. The publication of non-exclusive articles by this magazine depends upon acknowledgment of the legitimate holder of the article's publishing rights. The author shall hold responsibility for the content of the published article. The AICP is responsible for the article's typographical revision.

¹ Falecido em 23 de Outubro de 2022;

² 50 Falecido em 2023;

ÍNDICE

	Pág.
NOTAS EDITORIAIS	7
SESSÃO DE HOMENAGEM PÓSTUMA AO PROFESSOR DOUTOR ADRIANO MOREIRA, FUNDADOR DA AICP (24FEV23):	
“Pai”	11
Dr. ^a Isabel Moreira (Deputada do PS na AR)	
ENTREGA DO PRÉMIO “PRO-DIGNITATE MARIA BARROSO” À DRA. MÓNICA MAYER MOREIRA, VIÚVA DE ADRIANO MOREIRA, O AGRACIADO, PELA DRA. ISABEL SOARES, FILHA DE MARIA BARROSO E DE MÁRIO SOARES	
“HOMENAGEM AO PROFESSOR ADRIANO MOREIRA – DEFESA NACIONAL”	13
Alm. Macieira Fragoso	
“HOMENAGEM AO PROFESSOR ADRIANO MOREIRA – UM PROFESSOR DE SALA CHEIA”	19
Prof. Doutor Luís Anjos Ferreira (Reitor da Universidade de Lisboa)	
“HOMENAGEM AO PROFESSOR ADRIANO MOREIRA – UMA VIDA DE LISBOA PARA O MUNDO”	21
Prof. ^a Doutora Maria Alice Trindade (Vice-presidente do ISCSP/UL)	
“ADRIANO MOREIRA, UM LÍDER ESTELAR”	25
Prof. Doutor José Carlos Gentili (Presidente de Honra Perpétuo da Academia de Letras de Brasília)	
SESSÃO DE ATRIBUIÇÃO DO GRAU DE ACADÉMICO DE NÚMERO DA AICP (09MAI23)	
“A ATUALIDADE DA OBRA DE GILBERTO FREYRE”	29
Prof. Doutor José Esteves Pereira	
SESSÃO DE ATRIBUIÇÃO DO GRAU DE ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA AICP (01JUN23)	
“DESTRUIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA ORDEM MUNDIAL”	41
Prof. Doutor Luís Tomé	
SESSÃO DE ATRIBUIÇÃO DO GRAU DE ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA AICP (19SET23)	
“PORTUGAL-CHINA – 506 ANOS DE DIÁLOGO ENTRE DUAS CULTURAS”	53
Embaixador jubilado Doutor José Manuel Duarte de Jesus	

SESSÃO DE LANÇAMENTO DO LIVRO “O FIM DA HEGEMONIA AMERICANA – UM MUNDO DE MÚLTIPLAS ORDENS”, DO PROF. CAT. JOSÉ FILIPE PINTO (20MAR23)

Apresentação da obra:

Dr. José Gabriel Quaresma, Jornalista & Senior Communication Advisor; e Autor; e Dr. David Ferreira, Jornalista 57
NÓTULAS DO PRESIDENTE DA SGL, Prof. Luís Aires-Barros, sobre o autor

SESSÃO CONJUNTA AICP-ALB DE ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE MEMBRO HONORÁRIO DA ALB (08MAI23)

“AOS CONFRADES E AMIGOS” 67

Prof. Doutor José Carlos Gentili (Presidente de Honra Perpétuo da Academia de Letras de Brasília)

“BRASIL E PORTUGAL NA COMUNIDADE DE INTERESSES DA CPLP” .. 71
V/Alm. REF. António Rebelo Duarte

ALMOÇO DE HOMENAGEM PÓSTUMA

AO PROF. CAT. JOÃO PEREIRA NETO (10OUT23)

Com intervenções do Prof. Cat. Luís Aires-Barros, do Dr. Carlos Monjardino e da Prof. Doutora Paula Espírito Santo, exaltando, com palavras de admiração e louvor, a vida e obra do homenageado..... 79

Sessão de lançamento da Revista “Nova Águia” (nº 32) em Homenagem ao Professor Doutor Adriano Moreira nos seus 101 Anos, em editorial do nosso Académico, Prof. Doutor Renato Laia Epifânio, diretor da Revista e presidente do MIL-Movimento Internacional Lusófono

Revista “Nova Águia” (nº 32)..... 87

Prof. Renato Epifânio

CONFERÊNCIA NA AICP (23OUT23)

“Brasil: Diversidade e Grupos de Interesse” 89

Mestre Paulo Rocha Trindade

ENSAIOS

“GREAT POWERS AND THE SEA: NAVAL POWER

IN INTERNATIONAL RELATIONS THEORIES” 99

Alm. António Ruy de Almeida Silva e Prof.^a Layla Dawood, académicos e docentes universitários brasileiros, que facultaram o trabalho para publicação no Boletim

“O QUE COLHI DE MARX. CONSIDERANDOS DE UM ITINERÁRIO DE INVESTIGAÇÃO”..... 117

Prof. Doutor José Carlos Venâncio (Professor Catedrático Aposentado da Universidade da Beira Interior)

Notas Editoriais¹

A AICP apresenta aos seus académicos e leitores o Boletim N° 50, referente a 2023, fortemente marcado pelo infausto acontecimento da morte do seu criador, o saudoso Professor Doutor Adriano Moreira.

Um ano que também ficaria marcado, a nível mundial e europeu, por graves crises e inerentes desafios, decorrentes da pandemia da Covid19, da inflação e altos juros, da guerra na Ucrânia, das alterações climáticas, da recessão na Alemanha, dos fluxos migratórios, da crise das instituições onusianas, da fome e da pobreza no mundo, e, mais recentemente, também, da guerra no Médio Oriente, mostrando à evidência que as reformas da ONU e da UE são absolutamente necessárias, bem como urgentes as medidas relativas à segurança e à transição ecológica. Isto, para já não falar do projeto estratégico de Xi Jinping com o objetivo de superar o poder mundial dos EUA e envolver o mundo no poder imperial chinês. A “Nova Rota da Seda” (*Belt and Road Initiative/BRI*, na sigla inglesa) é provavelmente o maior projeto de desenvolvimento de infraestruturas de sempre à escala global. Ao completar uma década sobre o seu lançamento, Pequim emprestou um bilião \$ a cerca de 100 países, financiou largas dezenas de novos equipamentos e comprou ou arrendou, ela própria, inúmeras infraestruturas estratégicas, como é o caso do porto de Pireu, na Grécia, novos parceiros internacionais da China que Michael Bennon e Francis Fukuyama consideram, num ensaio publicado na revista “*Foreign Affairs*”, apanhados na “armadilha da dívida”.

É aqui que estamos, ou seja, perante um impasse em termos de estratégia política europeia para o futuro próximo onde os fatores mais críticos são a guerra (Ucrânia e M-O) e a erosão geopolítica e geoeconómica, que aquela é capaz de gerar, com particular incidência no espaço europeu, mas não só. Nestes tempos preocupantes da conjuntura mundial, tal como na Ucrânia e na Palestina, as liberdades e a democracia vêm sendo desafiadas, a exemplo do que aconteceu com o ataque terrorista do Hamas a Israel, em 7 de outubro, e com as subseqüentes e por vezes desproporcionais retaliações israelitas, ou como já o haviam sido noutras regiões do globo, designadamente, na Síria (bombardeamentos de zonas residenciais em Idlib e Aleppo, atingindo, sem critério, centrais elétricas, escolas, estabelecimentos de saúde, mercados, etc.); na Turquia, com a dizimação dos curdos em solo sírio, a pretexto de um atentado do PKK, em Ancara; no Cáucaso, com o Azerbaijão a limpar etnicamente os arménios de Nagorno-Karabakh; no Níger, a mergulhar no esquecimento após o golpe de 26JUL23 e os subseqüentes mais de 700.000 casos de pobreza extrema, segundo estimativa do Banco Mundial; no Mali, com o exército e o grupo Wagner sob suspeita da decapitação de civis tuaregues, no início de OUT; no Sudão, com a continuação da guerra que já provocou, em cinco meses, mais de 5 milhões de deslocados, muitos deles a refugiarem-se no Chade.

Aparentemente, estamos condenados a assistir passivamente, como, na prática, as próprias Nações Unidas, à repetição selvagem de crimes de guerra - pelo menos, daqueles que chegam ao nosso conhecimento -, como se a barbárie ressurgisse numa nova geração globalizante pós-económica e securitária. Todas as carnificinas voltaram a ser possíveis, o que, de imediato, levanta a questão: quem e como fechar

¹ Da autoria do Conselho Académico da AICP;

portas à barbárie, eliminando a trágica e errada crença na violência como solução. Não há nada mais irrecusável, em termos geopolíticos, do que o conformismo perante o atual quadro situacional, uma posição que só agudizaria a sua gravidade, que talvez nem todos os diversos atores tenham dela consciência, o que aumenta a responsabilidade de não deixar que as emoções automáticas e solidariedades de interesses espúrios levem a melhor.

Portugal, como parceiro do projeto europeu, também não fica imune aos efeitos destas crises e desafios, vendo-se obrigado a acompanhar e antecipar as consequências das guerras, e do novo realinhamento geopolítico, terreno fértil para o aparecimento e crescimento de movimentos populistas e extremistas, a que se juntam as dificuldades de ordem económica e social, a reclamarem uma perseverante estratégia reformista, baseada numa nova forma de olhar para um Estado mais assertivo e com capacidade de garantir Segurança, Educação e Saúde, sem perder o sentido da boa gestão do dinheiro público, com pragmatismo na ação e, sobretudo, mais eficácia na prossecução dos objetivos a cumprir. É este o futuro próximo que os portugueses reclamam, quando se veem enredados num cenário de degradação dos patrimónios nacionais fulcrais, como a ferrovia, o SNS, a educação pública, a habitação, os baixos índices de produtividade e competitividade, e de crescimento económico, que vem relegando o país para a cauda da UE27.

Não obstante as múltiplas preocupações que nos pode suscitar este quadro global, europeu e nacional, em termos políticos, económicos e sociais, o presente boletim fixa-se, essencialmente, na homenagem póstuma a uma grande figura nacional, fundador da nossa Academia, com rasto brilhante, nomeadamente nos meandros da política, ciência, estratégia e RI, o saudoso Professor Doutor Adriano Moreira, a quem a AICP dedicou uma sessão especial, logo no início do ano (24FEV), decorridos cerca de 4 meses sobre o seu falecimento (23OUT22), convidando para o efeito um conjunto de individualidades relacionadas com o homenageado, a começar pela sua filha, Dr.^a Isabel Moreira, mas também o Alm. Macieira Fragoso, o Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor Luís Ferreira, a Prof.^a Doutora Alice Trindade, Vice-presidente do ISCSP, e o Prof. José Carlos Gentili, Presidente Perpétuo da Academia de Letras de Brasília. Falamos, obviamente, de uma personalidade - com idêntica longevidade de outras figuras públicas contemporâneas, como Edgar Morin ou Henry Kissinger, -, com enorme e reconhecida reputação pública, científica e humanista, cuja obra mereceu e granjeou fervorosos admiradores, e constituiu um legado e contribuição positivos, que não se apagará, porque só ao alcance dos mestres e principais pensadores do conservadorismo português, da segunda metade do século XX: prudente, avisado e sabedor, como foi Adriano Moreira. Foi também um reformador da antiga Escola Superior Colonial, que transformou no ISCSPU - atual ISCSP, da Universidade de Lisboa-, direcionando-o para as ciências sociais, as relações internacionais e a estratégia, e de que foi mestre e diretor emérito, para além de inspirador e artífice da formação dos quadros superiores das Forças Armadas, em cujas instituições de ensino superior lecionou, por longo tempo. Adriano Moreira marcou posição intelectual sobre os destinos da Europa e do seu país, que tanto amou. No primeiro caso, avaliou-a com expectativas favoráveis, mas prudentes, provavelmente por temer o predomínio dos poderes centrais sobre os Estados mais pequenos e periféricos, tal como hoje se verifica relativamente às projetadas novas adesões à União e às alterações nos Tratados, designadamente, no que respeita à

regra da unanimidade. Já quanto ao seu país, Adriano Moreira sempre o olhou na ótica do humanismo católico (cristão?), não dispensando especiais preocupações acerca da sobrevivência da secular nação portuguesa, empenhando-se em prolongá-la culturalmente, através da lusofonia e da ação diplomática concertada entre os diversos Estados saídos do antigo império lusitano, e vigiando as condições internas e externas das nossas instituições (políticas, mas também sociais, económicas e espirituais), face às atuais “*circunstâncias do Estado exíguo*”, que tão brilhantemente conceptualizou à luz da “*teoria da complexidade crescente*”. Acima de tudo, Adriano Moreira, tal como o enalteceu o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, “*teve, no princípio e no fim, o patriotismo, a crença num Portugal plataformas entre culturas, civilizações, oceanos e continentes ... (patriotismo esse) ... incompatível com a distração, o descaso ou a minimização do papel das Forças Armadas*”.

Já na parte final do ano (15NOV23), a AICP ficou ciente dos reiterados elogios a uma vida de exemplaridade académica e de abnegado serviço público, pela pena do académico Prof. Doutor Renato Epifânio, ao mencionar no n.º 32 da revista que dirige, a “*Nova Águia*”, exclusivamente dedicado a esse “*português de ouro*” (como o cognominou o também saudoso Alm. Vieira Matias), “*transmontano, português e cidadão do mundo*” (como lhe chamou o Professor Barbosa de Melo, em “*Adriano Moreira – Biblioteca em Bragança*”) e “*atento, acolhedor e sábio*” (como o caracterizou D. Manuel Clemente, na mesma obra), em todo o caso, “*... um português de grande carácter e conduta*”, como o designa a sua AICP.

Entretanto, a programação anual foi sendo cumprida, com a realização, em 08MAI23, de uma sessão conjunta AICP-Academia de Letras de Brasília, sob o patrocínio do seu presidente perpétuo, o Prof. José Carlos Gentili, para a atribuição do título de Membro Honorário da ALB ao académico V/Alm. Rebelo Duarte, distinção retribuída com uma comunicação intitulada “*Brasil e Portugal na comunidade de interesses da CPLP*”, culminada com a intervenção do outorgante, denominada “*Aos Confrades e Amigos*”.

Até final do ano, ainda se registaram três outras iniciativas, designadamente as apresentações, em 20MAR23, de uma obra da autoria do nosso Vice-presidente, Prof. Cat. José Filipe Pinto, intitulada “*O Fim da Hegemonia Americana – um mundo de múltiplas ordens*”, a cargo dos jornalistas José Gabriel Quaresma e Francisco David Ferreira, além do próprio autor, bem como as investiduras: na categoria de Académico de Número, do Prof. Doutor José Esteves Pereira, com uma comunicação a defender a “*Actualidade da obra de Gilberto Freyre*” – e que, cerca de um mês depois (15JUN23), seria empossado como S-G da AICP; e, na categoria de Académico Correspondente, o Embaixador jubilado Doutor Duarte de Jesus, que nos trouxe um tema de inequívoca atualidade e que bem conheceu no exercício da sua atividade diplomática, a China, no que representou de relacionamento com Portugal em mais de meio-século de interação.

Destaque ainda para a homenagem póstuma que a AICP dedicou – e a que a SGL se associou - ao saudoso Prof. Cat. João Pereira Neto, nosso Académico de Mérito e ex-Secretário-Perpétuo da SGL, que, em ambiente de convívio (almoço), contou com as alocações elogiosas sobre a vida e obra desta proeminente figura da intelectualidade portuguesa, pronunciadas pelo presidente da SGL, Prof. Doutor Luís Aires-Barros, pelo Dr. Carlos Monjardino, antigo presidente da AICP, e pela Prof. Doutora Paula Espírito Santo (ISCSP).

As sessões-conferência culminaram com uma interessante comunicação do Mestre Paulo Rocha Trindade, intitulada “*Brasil: Diversidade e Grupos de Interesse*”,

com uma análise dos dinâmicos processos demográficos, sociais e de decisão política durante a última presidência do país, incluindo uma apreciação acerca da composição das magistraturas judiciais.

A encerrar este número do Boletim, apresenta-se dois excelentes ensaios. Um, da autoria de duas reputadas figuras universitárias brasileiras, o Alm. Ruy de Almeida e Silva e a Prof.^a Dr.^a Layla Dawood, que ofereceram para publicação este seu valioso trabalho acerca do papel da componente naval enquanto instrumento de poder das grandes potências no quadro teórico das relações internacionais, como o seu título – *“Great Powers and the sea: naval power in international relations theories”* – deixa subentender. Deixamos aqui o nosso agradecimento pelo enriquecimento da presente edição. O outro, que serviu de base à sessão de jubilação do nosso Vice-presidente, Prof. Cat. José Carlos Venâncio, aquando da sua despedida da Universidade da Beira Interior, onde desenvolveu a docência e a investigação, debruça-se sobre a teoria e ideologia de Marx, em que desenvolveu os seus estudos para obtenção do doutoramento na Alemanha.

SESSÃO DE HOMENAGEM PÓSTUMA AO PROF. ADRIANO MOREIRA, FUNDADOR DA AICP (24FEV23)

“*Pai*”¹

Dr.ª Isabel Moreira²

É muito difícil escrever ou falar, neste contexto, sobre o académico Adriano Moreira, o nosso pai, o amor da minha mãe num casamento de mais de meio século, o avô de 18 netos e netas:

Pai.

Escreveu o Presidente da República: “O verdadeiramente fascinante em Adriano Moreira é que, há muito, entrou na História apesar de toda a sua vida ter sido feita de desencontros históricos. Chegou sempre cedo demais ou tarde demais a esses encontros”.

Este parágrafo certo explica muito da vida intelectualmente inquieta, viva e sabedora do meu pai. Se o nosso pai sabia bem da premissa “o homem e as suas circunstâncias”, é um exemplo de quem desafiou as suas. Nenhum de nós saberá o que foi nascer em 1922 em Trás-os-Montes profundos, pobre, recetor de uma memória oral de um país que ali chegava e perdurava perante passados vividos como que presentes e, ainda jovem, grato e orgulhoso das suas “fragas” ser uma promessa, precisamente por pensar o futuro com a inteligência e o rasgo de quem teve todas as possibilidades que não foram as suas.

Não me compete falar da obra do meu pai nem do seu percurso político, mas dar aqui testemunho do carácter por de trás disso mesmo, da razão profunda de toda a vida do nosso pai ter sido marcada pelos tais encontros e desencontros, precisamente porque quis saber, quis pensar a cidade, quis descobrir o mundo futuro pela lente do que o passado ensina, quis prevenir, quis ser de forma superiormente inteligente e ansiosa – como faz parte -o que foi exemplarmente:

- Um cidadão.

O meu pai foi efetivamente a definição de quem sabe o que é vínculo com a comunidade política, um participante interessado, ativo, na cidade próxima, o nosso país, e na cidade de todos, o mundo que o inquietava. Foi, do princípio ao fim da sua vida, um devoto do “bem-comum” e é por isso que vejo no meu pai um cidadão na

¹ Intervenção inicial na sessão de homenagem póstuma a seu pai, Prof. Adriano Moreira, realizada em 24FEV23;

² Deputada da bancada do Partido Socialista na AR;

verdadeira aceção da palavra, um homem que via o tempo e o espaço como fatores de atuação com sentido de dever nessa atuação.

Essa entrega vinda de uma infância improvável e feita num percurso ímpar marcou-nos em família. Também como nosso pai, viveu-nos todos em conjunto e cada um em separado, sabendo de todos e de cada um, de olhos postos no nosso destino que queria autodeterminado e feliz e cujo contexto o afligia.

Na sua inquietação de demonstração prudente, sentia alívio na minha mãe, cujo “poder”, no melhor sentido da palavra, admirava e fazia parte das tantas coisas que – expandindo-o – explicavam o seu amor total e maravilhosamente rendido.

No seu modo de ser entregue ao que seja ou bem-comum, quis, em casa, em primeiro lugar o nosso bem, em segundo lugar o nosso bem, em terceiro lugar o nosso bem. O nosso pai foi a pessoa mais generosa e desapegada (materialmente falando) que conheci. Tudo era para a minha mãe, para nós, depois para os netos, no presente que vivíamos e no futuro que acautelava sempre. O nosso. Sempre o nosso.

O nosso pai foi uma espécie de milagre nascido numa aldeia onde se praticava a torna-jeira que se fez futuro. Por isso a beleza dos tais encontros e desencontros com a história.

Na nossa história, há encontro com cada de um nós e com todos, há tempo imenso de memória que nos molda, que nos ampara e que nos faz saber que o nosso pai está aqui para o que for preciso.

“Para além do meu tempo”, escreveu o nosso pai a propósito disso mesmo, de cuidar de nós.

Acertou no cuidado, só não acertou no resto, porque o seu tempo nunca passará.

É assim o nosso amor.

OBRIGADA, PAI.

HOMENAGEM AO PROF. ADRIANO MOREIRA – DEFESA NACIONAL ¹

Almirante Macieira Fragoso ²

Começo por saudar a Exma. Senhora Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Professora Doutora Maria Regina Monjardim Flor e Almeida, a quem agradeço o muito honroso convite para integrar este painel em homenagem ao criador desta Academia, o nosso já muito saudoso mestre, Professor Doutor Adriano Moreira.

Saúdo também a Sra. Dra. Mónica Mayer Moreira, mulher do homenageado, bem como os seus filhos e netos, a quem cumprimento de forma especial com muita consideração e amizade.

Saúdo também os meus ilustres colegas de painel.

E saúdo todos os admiradores e amigos do Sr. Professor Doutor Adriano Moreira que aqui se quiseram associar a esta homenagem.

Da vida multifacetada do Professor Adriano Moreira, cabe-me nesta sessão abordar a importância do seu contributo para a Defesa Nacional.

O Senhor Professor era um homem convicto dos seus valores fundados nas suas raízes e no seu profundo pensamento, era também um institucionalista e um patriota para quem o país sempre esteve acima de tudo, tendo devotado por isso a sua vida à causa pública.

No desenvolvimento da sua carreira académica, iniciada em 1950 na então Escola Superior Colonial o Professor foi determinante na afirmação das Ciências Sociais e da Ciência Política, naturalmente na sua Escola, com especial ênfase nas questões ligadas ao ultramar. Fruto da sua ação, a Escola adquiriu o estatuto de instituição universitária, tendo passado a ser designada Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e passando a estar integrada na Universidade Técnica de Lisboa.

¹ Comunicação por ocasião da sessão de homenagem póstuma ao Prof. Adriano Moreira, realizada em 24FEV23;

² Almirante, no exercício do Chefe do Estado-Maior da Armada no período DEZ2013-16;

Nesta evolução, importa fazer referência ao Centro de Estudos Políticos e Sociais, de que foi o primeiro diretor. Este Centro, manteve uma pujança científica de monta, com publicações regulares e organizando eventos académicos de grande valor que entusiasmaram os novos investigadores. Com esta intervenção o Professor abriu o caminho para a consolidação em Portugal de um saber próprio, a Ciência Política, Relações Internacionais, Política Ultramarina e Estratégia. Foi já com esta nova área do saber, aceite e assimilada que em 1962 a escola adquiriu a designação se Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

Fiz estas considerações sobre o ISCSPU e a determinante ação do Professor Adriano Moreira na sua evolução, como introdução explicativa da sua ligação à Marinha, através do ISNG e, mais tarde, às Forças Armadas e aos assuntos da Defesa Nacional.

Com efeito, em 1956, o Diretor do ISNG, Almirante Marques Esparteiro, convidou o, então jovem, Professor para proferir uma conferência subordinada ao tema “Política Ultramarina Mundial – A Conjuntura Colonial Mundial”. Para este convite, e para o relacionamento amistoso e colaborativo com a Marinha, não será de estranhar a influência do Almirante Sarmento Rodrigues, como ele orgulhoso transmontano e a ele ligado pela partilha de convicções comuns, como aliás ressalta em muitos escritos e afirmações que ao longo da vida foi produzindo.

Certo é que desde então, o Professor Adriano Moreira passou a ser um conferencista assíduo no ISNG e também na escola Naval, começando desde então a marcar as gerações de oficiais de Marinha com o seu pensamento e cativante personalidade.

Na sequência desta colaboração regular e muito apreciada, ingressou como professor efetivo do Instituto Superior Naval de Guerra em 1968.

A partir desta data, desenvolveu de forma organizada a disciplina de Relações Internacionais cujos apontamentos das aulas conheceram uma primeira edição policopiada na Associação Académica do ISCSPU, e editadas pela Portucalense Editora em 1970, com o título “Política Internacional”. Trabalho que remodelou profundamente o ensino desta matéria.

A sua colaboração na preparação dos oficiais superiores e dos oficiais gerais da Marinha teve, naturalmente um especial enfoque em Relações Internacionais. De referir que o ISNG era frequentado regularmente por oficiais de países amigos, como o Brasil, Espanha, Alemanha, Marrocos, Tunísia e, mais tarde depois da independência dos atuais Países Africanos de Língua Portuguesa, também por oficiais desses países. Esta realidade possibilitou a exposição de futuros oficiais superiores e oficiais gerais desses países ao pensamento de Adriano Moreira.

Ao longo dos anos e com a passagem de muitos cursos pelo ISNG, a empatia recíproca entre professor e alunos foi uma constante e, da minha experiência lembro nos meus cursos, o entusiasmo como os temas alvo do ensino e discussão das aulas eram transferidos para os períodos de intervalo na ânsia do seu completo esclarecimento.

Mas a ligação, diria mesmo a afeição do Professor, à Marinha viria a ter um incremento muito significativo quando nos tempos atribulados que se seguiram à revolução de 25 de Abril, quando ocorreram muitos desmandos e afrontas gratuitas, o ISNG foi – nas palavras do próprio – “a única instituição que o poupou à injustiça, desconsideração e dano de um saneamento político e forçado exílio, que escapavam a qualquer normal entendimento”.

Outra expressão do seu profundo afeto ao ISNG e à Marinha ocorreu aquando da extinção desta escola em 2005, quando os estudos superiores dos três Ramos

das Forças Armadas e da GNR passaram a ser conjuntos, no então criado Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM). Nessa altura o Professor já estava jubilado da Universidade e despedia-se do ISNG, dele dizendo ter sido “o último lugar onde exerci uma função pública”. E numa carta dirigida ao Almirante CEMA, pediu que lhe fosse dada por finda a sua função de professor, com efeitos na data da extinção – acrescentando – “entre outras razões por que me conforta simbolicamente o sentimento de ter acompanhado a minha Escola até ao último dia”.

O ISNG foi efetivamente o último lugar onde o Professor Adriano Moreira exerceu uma função pública, mas nunca deixou o serviço público que, no âmbito da Defesa Nacional, desde logo se manifestou numa ativa colaboração com o IESM, continuando a sua atividade através de palestras, mantendo assim uma atividade docente, agora sem vínculo, em prol dos oficiais das Forças Armadas. Merece também destaque a sua regular participação nos OCS, designadamente com colunas nos mais prestigiados jornais, abordando temas de relações internacionais e de defesa, mas também o aconselhamento informal a muitos ministros da Defesa Nacional designadamente nas várias revisões do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, na defesa incessante, perante os seus pares, da importância e especificidade do ensino superior militar e, por último, mas mais importante, a sua nomeação como Conselheiro de Estado pelo atual Presidente da República.

Toda esta importantíssima atividade, e só estou a falar daquela com impacto direto no setor da Defesa Nacional, depois dos 83 anos atingidos em 2005, denotando uma longevidade, graças a Deus saudável, de que todos beneficiámos, como também acima de tudo, aquilo que sempre o norteou, um desinteressado serviço ao país.

Com efeito a alegoria que tanto o celebrizou, o eixo da roda, com ele aplicou-se completamente. O eixo dos seus valores, daquilo que ele entendia porque valia a pena viver, nunca se mexeu, enquanto a roda da história da sua vida deu muitas voltas. Desde o seu nascimento na aldeia transmontana, Grijó de Vale Benfeito, à sua vinda para Lisboa com 1 ano de idade, mas a sua ligação à terra assegurada pelas férias passadas com os avós, aos seus estudos suportados pelos pais com muitos sacrifícios, o pai polícia e a mãe costureira, a sua licenciatura em Direito na Faculdade de Direito de Lisboa com a média de 17 valores, à sua carreira académica na sua Escola, o ISCSPU, a sua profunda ligação à Marinha através do ISNG, a sua carreira política, primeiro como Ministro do Ultramar no Governo do Professor Salazar e, depois já em democracia, como Presidente do CDS, Deputado e Vice-Presidente da Assembleia da República e ainda muitas outras atividades académicas, como é o caso da Academia que hoje o homenageia. Foi uma vida muito longa plena de vicissitudes e desafios, mas a fidelidade aos seus valores, às suas raízes que o mesmo é dizer à família que o viu nascer e àquela que veio a criar, à sua Fé cristã, ao cuidado com os outros em especial os mais necessitados, à promoção da paz, mantiveram-se sempre firmes.

Voltando à importância da sua ação em prol da Defesa Nacional, já me alonguei a falar da Marinha, com a qual teve uma relação especial e intensa, mas a sua permanente disponibilidade para o serviço e para a partilha do seu esclarecido pensamento levou-o a colaborar como palestrante também na Academia Militar e no Instituto de Altos Estudos Militares. Merece também especial referência a sua iniciativa da criação de estudos pós-graduados em Estratégia, primeiro no grau de Mestrado e depois de Doutoramento, no ISCSP, cobrindo uma lacuna na formação civil e um importante contributo para os estudos militares.

Ainda no âmbito dos contributos do Professor para a Defesa Nacional, gostaria de aqui dar o meu testemunho pessoal enquanto Comandante da Escola Naval e depois do IESM, da importância do permanente e esclarecido apoio do Professor na defesa da importância, qualidade e especificidade do ensino superior militar, num tempo em que se estabeleciam critérios para a avaliação do ensino universitário, como foi a criação da A3ES. Nessa fase foi particularmente importante a intervenção do Senhor Professor, usando todo o peso da sua autoridade académica para que as Ciências Militares fossem consideradas como uma área científica própria nos estudos universitários.

Apesar do encerramento do ISNG que, como vimos, considerava a sua Escola, Adriano Moreira, não deixou de colaborar com o IESM, através de palestras regulares aos cursos de promoção a oficial general, de Estado-Maior e de promoção a oficial superior. Talvez mais importante, aceitou integrar o Conselho Científico do Instituto, aportando a este órgão toda a sua enorme experiência, profundo conhecimento do mundo académico e a sua sempre lúcida análise.

Desta sua colaboração com o IESM, num plano pessoal não posso deixar de referir quando eu exercia o cargo de Diretor, o Senhor Professor nas muitas vezes que se deslocava ao Instituto para proferir palestras, tinha a delicadeza de me ir cumprimentar e, na altura, entregar-me o texto da intervenção que ia fazer. Impressionou-me sempre este gesto, não só de enorme elegância, mas também da seriedade que punha em todos os seus atos e, todos sabemos como o Professor com toda a sua bagagem científica, continuada atualização e natural eloquência, podia discorrer sem dificuldade sem a necessidade de especial preparação e menos ainda de um texto de apoio. Esta prática sem paralelo sensibilizou-me e reforçou em mim a enorme admiração que por ele nutria.

Para terminar, gostaria de referir alguns episódios passados comigo e que são ilustrativos da pessoa que hoje homenageamos.

Fruto da sua profunda ligação à Marinha, foi sendo alvo por esta corporação de várias homenagens de reconhecimento pelos serviços prestados. Dessas cerimónias refiro a que se passou em 2008, sendo eu Comandante da Escola Naval, foi entendido que seria adequado para comemorar cinquenta anos de serviços do Professor à Marinha, convidá-lo para na Abertura Solene do Ano Letivo da Escola Naval proferir a lição inaugural e aproveitando a circunstância da cerimónia ser presidida pelo Senhor Presidente da República, condecorá-lo com a medalha privativa da Marinha, a Cruz Naval de 1ª classe. Devo confessar que embora com antecedência, conhecendo os muitos afazeres do Sr. Professor, tinha algum receio de que ele não pudesse aceitar. Felizmente quando o contactei a convidá-lo, prontamente aceitou e desde logo tudo se preparou em conformidade e lembro que atendendo à, já na altura, avançada idade do Sr. Professor Adriano Moreira, vieram perguntar-me se não seria avisado preparar uma cadeira e uma mesa de onde proferisse a Lição. Conhecendo o Professor, de imediato respondi que se o fizéssemos ele se sentiria ofendido pois ele sempre falava de pé. Mas a minha surpresa e causa da minha enorme admiração foi no dia da cerimónia, aperceber-me que nesse dia, durante a manhã participou numa cerimónia de Doutoramento Honoris Causa em Évora, de onde veio a correr para ter um almoço apreçado já na Escola Naval para estar a tempo no início da cerimónia. Mas mais, depois de proferida a lição inaugural e recebida a condecoração do Senhor Presidente da República, zarpou a toda a velocidade para o aeroporto para ir apanhar o avião para Bragança, onde nessa noite iria proferir uma conferência. Tudo isto, à

data com 86 anos. Fiquei-lhe sempre grato pela prova de consideração que teve para com a Escola Naval e a Marinha.

Por toda a dedicação ao serviço da Marinha, pela consideração e amizade que manifestou pelos seus oficiais e lembrado de expressões como a do Almirante Rebelo Duarte, “o nosso Almirante de cinco estrelas” ou do Almirante Vieira Matias, “Um português de ouro”, enquanto CEMA tive a honra e o prazer de promover a derradeira cerimónia de homenagem da Marinha, no dia 16 de junho de 2016, na Escola Naval, procurando à semelhança da honra académica de Doutoramento Honoris causa, considerar o Professor Doutor Adriano Moreira, honoris causa Almirante, fazendo-lhe a entrega pelo CEMA em funções e por todos os seus antecessores, de uma espada com o fiador de Almirante.

OBRIGADO, MESTRE.

HOMENAGEM AO PROFESSOR ADRIANO MOREIRA ¹

Prof. Dr. Luís Ferreira ²

Cumprimentos

Autoridades académicas, eclesiásticas, civis e militares
Amigos do Prof. Adriano Moreira

Já muito foi dito e escrito sobre o Professor Emérito da ULisboa, Adriano Moreira. Tudo o que dissemos e escrevemos não faz jus ao Homem e muito menos pode descrever a emoção com que sempre o evocamos.

Professor ilustre do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da UTL, participou como professor convidado em muitas outras Universidades nacionais e estrangeiras em lições e conferências para as quais era frequentemente convidado. Manteve sempre uma especial ligação às Instituições castrenses, para as quais tinha particular afinidade. Fundou uma Escola de pensamento que perdura em numerosas instituições de ensino superior, na área das relações internacionais. Humanista, servidor incondicional da causa pública, é reconhecido pela sua atividade política antes e depois do 25 de abril, tendo sido deputado e Presidente do CDS e Membro do Conselho de Estado. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e Professor Catedrático do ISCSP, exerceu numerosos cargos administrativos e científicos na academia. Recebeu numerosas condecorações do Estado Português e de Estados estrangeiros e vários títulos honoríficos académicos como de Professor Emérito e os de Doutor Honoris Causa por, pelo menos 12 Universidades.

Permitam que recorde 1 ou 2 aspetos, menos referidos desta figura ilustre da nossa história:

Era um professor de sala cheia. Mesmo depois de se jubilar, sempre que o convidávamos para proferir uma lição, uma palestra, ou uma conferência tínhamos garantido um público numeroso, à semelhança do que acontecia nas suas aulas dos cursos de graduação.

Cultivava uma grande proximidade com os estudantes que assistiam às suas

¹ Intervenção representativa da área da CPLP e Lusofonia, na sessão de homenagem póstuma ao Prof. Adriano Moreira, realizada em 24FEV23;

² Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa;

aulas. Sempre pronto a esclarecer dúvidas. Para ele não havia perguntas irrelevantes ou impertinentes: todas tinham uma resposta. As únicas perguntas impertinentes eram as que não eram feitas.

Foi sempre muito procurado por estudantes de pós-graduação, especialmente de doutoramento, para ser seu orientador. Por vezes, tentava escusar-se devido aos seus muitos afazeres e responsabilidades, mas encontrava sempre muita insistência para que aceitasse.

Primeiro e único Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa, tendo exercido esse cargo nos mandatos dos Reitores Ramôa Ribeiro, Helena Pereira e Cruz Serra.

Teve um papel importante na qualidade de Presidente do Conselho Geral da UTL no processo de fusão das Universidade Técnica com a Universidade Clássica para darem a atual Universidade de Lisboa.

O professor Adriano Moreira era sem dúvida uma pessoa de uma inteligência superior, de enorme coerência e de um trato afável e elegante. Cultivava uma serenidade que se diria mais própria de um místico do que de um político e de um fazedor, sem deixar de ser firme e determinado na defesa das suas convicções, sempre preocupado em refletir sobre a posição de Portugal na Europa e no mundo.

CERIMÓNIA DE HOMENAGEM PROFESSOR ADRIANO MOREIRA¹

Prof.^a Dr.^a Alice Trindade²

Saudações iniciais

Senhora Presidente do Conselho Académico da AICP, Professora Doutora Maria Regina de Mongiardim,

Dr.^a Mónica Mayer Moreira, Dra. Isabel Moreira e restantes membros da Família,

Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Luís Ferreira,

Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Professor Aires-Barros,

Senhor Almirante Macieira Fragoso;

Professor Doutor José Carlos Gentili,

Ilustres Convidados

Decidiu a Academia Internacional da Cultura Portuguesa homenagear um dos seus fundadores, referido no decreto de criação da Academia como uns dos 12 académicos de número (1965), o Professor Doutor Adriano Moreira. Este gesto acompanha todos os que foram tomados pelas mais diferentes entidades que usufruíram da sua liderança, valia académica e intelectual, e capacidade de inovação. O Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas que hoje aqui represento na minha qualidade de Vice-presidente, e em nome do seu Presidente, Professor Ricardo Ramos Pinto, é exemplo de uma das instituições que usufruiu das qualidades mencionadas do homenageado de hoje. As palavras que vou proferir vêm da Escola do Professor Adriano Moreira e, brevemente, passarão pela condição humana do Homenageado, por esta Academia e pela missão que cumpre, e da ligação existente entre os dois, rememorando hoje, aqui, na Sociedade de Geografia de Lisboa, um português do Mundo.

A Universidade é uma entidade especial, aberta, plural, inovadora, curiosa de saber: esta poderia também ser descrição de alguns dos atributos do Professor Adriano Moreira. A Universidade de Lisboa, a que o ISCSP tem a honra de pertencer,

¹ Intervenção representativa da área da CPLP e Lusofonia, na sessão de homenagem póstuma ao Prof. Adriano Moreira, realizada em 24FEV23;

² Vice-presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas,

tem como um dos seus motes, de Lisboa para o Mundo: assim foi a vida do Professor, com inícios nos nossos majestosos Trás-os-Montes, uma região forte, de história poderosa e gentes resilientes com pés bem assentes na terra. Daí partiu para percorrer diferentes paragens e aprender sempre.

Utilizando agora as palavras do Presidente do ISCSP, proferidas na sessão de homenagem ao Professor Adriano Moreira a 20 de setembro de 2022:

Como o próprio fazia questão de permanentemente recordar, na génese do académico, do político e do estadista estava um transmontano orgulhoso das suas origens que se transformou num cidadão do mundo.

O “eixo da roda” de Adriano Moreira nasce nesse Portugal profundo, onde as raízes e valores são criadas de perseverança e de espírito livre. Como o próprio sempre defendeu, sem valores não existem escolhas verdadeiras e sem escolhas verdadeiras, não existe cidadania plena.

O facto de estar permanentemente à frente do seu tempo, aliado a uma extraordinária capacidade de mobilização de vontades e à tenacidade transmontana que o caracterizava, complementado com a bênção de uma longevidade lúcida, tornaram-no um ator privilegiado da transformação do País. Um participante ativo, com grande sentido de missão, um pedagogo, um político, um europeísta, que foi crescendo como “voz autorizada e respeitada” e reconhecido como um senador da República. (Ramos Pinto, 2022)

No decurso da sua vida, surge, em 1965 a AICP, cujo Decreto fundador realça como objetivo a salvaguarda da herança cultural, que partilham as comunidades portuguesas dispersas pelo mundo. O mundo mudara muito nessa década e nas anteriores, descentrava-se de visões eurocêntricas ou ocidentalistas impositivas. Contudo, a valorização das expressões culturais remanescentes de um tempo passado não sugeria que se olvidasse o conceito do tempo trípulo, lembrado em escrito do Professor, acessível no sítio da Biblioteca Adriano Moreira, e que passo a citar: “O tempo trípulo exige simultaneamente a preservação da memória, a percepção da conjuntura e a intuição dos valores, para não acontecer que se viva e decida fora do tempo” (Textos de Adriano Moreira). Salvaguardar uma herança cultural é assim um exercício de preservação de memória, que, contudo, não descuida a conjuntura atual, pois a decisão deve ser temporal, e não fora desta dimensão que nos situa, em cada momento. Por outro lado, a preservação dos valores, símbolos e expressões de uma cultura, não pode conduzir à negação de outras culturas, que têm, elas também, o mesmo repositório de elementos materiais e imateriais para preservar.

Em outro capítulo elaborado pelo Senhor Professor, que o autor intitulou ‘Portugal e a geopolítica da interculturalidade’, podemos ler algumas das suas considerações sobre o trajeto, durante séculos impositivo, de ‘culturas obrigatórias’, modelos ocidentais, que procuravam suplantar outros. Adriano Moreira recorre nesse texto a uma afirmação de Mahatma Gandhi, que considerava particularmente ‘iluminante’ e cito-o de novo: “Não quero que a minha casa seja cercada de muros por todos os lados, nem que as minhas janelas sejam tapadas. Quero que as culturas de todas as terras sejam sopradas para dentro da minha casa, o mais livremente possível. Mas recuso-me a ser desapossado da minha por qualquer outra” (Moreira, 2009, p. 70). É esse o espírito da manutenção de legados culturais, que as culturas possam coexistir e não desapossar, e permanecer, enquanto memórias dignas de uma história, que podemos visitar e continuar a construir, como é característica de qualquer cultura.

Nesta sessão de homenagem, proposta por uma Academia cujo objetivo é salvaguardar herança cultural portuguesa espalhada pelo globo, rememora-se um grande português, um cidadão do Mundo, de visão muito clara sobre a forma como os passados constroem os presentes, e como estes os recordam de formas tão diversas, dependendo da geografia e do momento onde a memória é exercida. Não é tarefa simples, mas é tarefa necessária.

Finalmente, o Professor Adriano Moreira lançou e acarinhou a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, albergada fisicamente em uma outra instituição, a Sociedade de Geografia de Lisboa, uma Sociedade que ele apoiou e para a qual trabalhou ao longo da vida toda. Neste nosso tempo tribulo, rememoremos o Professor, e, em nome do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, aqui fica a nossa reiterada homenagem.

Referências Bibliográficas

https://www.igac.gov.pt/documents. (6 de fevereiro de 1965). Obtido em 27 de fevereiro de 2023, de *www.igac.gov.pt*: *https://www.igac.gov.pt/documents/20178/358210/Decreto+n.º++46180_+1965+de+06+de+fevereiro.pdf/1250bfaf-6639-48c6-a391-92bb4147c161*
Ramos Pinto, R. (20 de setembro de 2022). Discurso Homenagem Professor Adriano Moreira.

Textos de Adriano Moreira. (s.d.). Obtido de *https://bibliotecaadrianomoreira.cm-braganca.pt/pages/1*: *https://bibliotecaadrianomoreira.cm-braganca.pt/pages/233*

“ADRIANO MOREIRA, UM LÍDER ESTELAR”¹

Prof. José Carlos Gentili²

Hoje, encontramos-nos, brasileiros e portugueses, na Academia Internacional da Cultura Portuguesa, em Lisboa, a promover os ensinamentos de Heródoto – Pai da História –, que já ensinava, na Grécia Antiga, assim:

“PENSAR O PASSADO PARA COMPREENDER O PRESENTE”.

Mais, também nos orientou:

“ESCREVER PARA EVITAR QUE AS GRANDES AÇÕES FIQUEM PRIVADAS DE GLÓRIA.”

Isso é o que essa Casa de Cultura está a realizar, ao cultivar a memória de Adriano Moreira, de forma exemplar e histórica, a fim de que os pósteros possam compreender a dimensão desse ícone internacional do universo da lusofonia.

Em 13 de maio do ano passado, isso é, em 2022, estivemos na terra de Camões, quando escrevemos vivemos um passado recente, oportunidade mágica de abraçar o amigo ADRIANO MOREIRA, um homem simples e extraordinariamente generoso, que assim foi descrito para todo o Brasil e para todos os países da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa - CPLP.

A crônica recebeu o título – *ADRIANO MOREIRA – Um jovem centenário*, assim narrada:

“O Restelo, em Lisboa, mantém viva a historicidade portuguesa, ao acolher a figura gigantesca de Adriano Moreira em sua invejável senectude centenária, a distribuir conhecimentos aos seus circundantes e amigos, que têm o privilégio e a honra cívica de merecer suas atenções.

Em 6 de setembro próximo estará a completar 100 anos de vida – um século!

Ao chegar de Brasília, fomos abraçá-lo em seu recanto de viver, em companhia do Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa – Almirante António Carlos Rebelo Duarte.

A Capital Federal e a sua Academia de Letras de Brasília, várias vezes, o receberam com a fraternidade que une brasileiros e portugueses, verdadeira seiva que alimenta as raízes profundas e históricas de nossos processos civilizatórios.

¹ Intervenção representativa da área da CPLP e Lusofonia, na sessão de homenagem póstuma ao Prof. Adriano Moreira, realizada em 24FEV23;

² Académico Correspondente da AICP. Presidente de Honra Perpétuo da Academia de Letras de Brasília e Cidadão Honorário de Brasília;

Adriano Moreira é um integrador de pessoas e mundos.

A lucidez, aliada à extraordinária vastidão de seus conhecimentos, permite que este longo transmontano, em seu recolhimento de vida, continue a espargir ensinamentos a todos aqueles que o circundam, a feitura de um oráculo grego.

A sua extraordinária capacidade de antevisão geopolítica, aliada a um invejável tirocínio mundial, especialmente neste período em que a ONU está a envelhecer, após a Segunda Guerra Mundial, enquanto que o Projeto da ilha de Ventotene, atualmente, tem o seu curso, estruturado nos ditames do Livro Branco, é algo fantasmagórico.

Um momento mágico para ouvir sabedoria!

Há alguns anos, proferiu-se comunicação na Academia das Ciências de Lisboa, a qual pertencemos, abrangendo temática indicada pelo culto Presidente Artur Anselmo, presente Adriano Moreira, intitulada: “O futuro da União Europeia passará, também, pelo Brasil?”, que mais tarde redundou num livro de idêntica nomenclatura.

A Europa atual é uma colcha de retalhos de 26 países, fruto lamentável das duas Guerras Mundiais, enfeixada numa só moeda e delimitada pelo Espaço Schengen, que eliminou fronteiras, a gerar distorções migratórias incontornáveis.

A Inglaterra, todavia, continuou com sua tradicional libra, a coparticipar da União Europeia, até aos limites do Brexit e a manter seu hermetismo grupal da Commonwealth, a reunir 53 países independentes do Império Britânico.

Londres – a velha Albion –, mantém o seu tradicional conservadorismo, adequando-o às constantes mutações geopolíticas, mas preservando enlaços e laços sob a égide do Poder, que rege o mundo – as finanças.

Os processos migratórios no mundo sempre derivaram de tragédias e de movimentações populacionais para centros vivenciais, onde a cultura, o poder temporal e novas oportunidades fixaram grandezas de toda ordem.

A migração é uma realidade e seus processos civilizacionais são irreversíveis, pois apresenta parâmetros nos limites societários de suas fronteiras. Tem como marco gregário as respectivas órbitas da Segurança Nacional, sob a égide da ideia daquilo que os povos chamam de soberania.

A Europa, multifária, politicamente racial e geneticamente multifacetada, vai sofrendo mutações com as migrações diversas que o orbe movimenta com quase seus 8 bilhões de seres, à procura de melhores condições de vida.

É pura realidade geopolítica, independente dos avanços da inteligência artificial, que mantém descompassos geográficos, continentais.

Escreve-se, também, há anos, a demonstrar que a França, por exemplo, brevemente, será uma comunidade árabe. As migrações de seguidores de Alá, reproduzem-se geometricamente, enquanto que os franceses procriam-se aritmeticamente.

A nova geração ocidental dá mais valor aos cães do que a um filho!

O próprio Papa, lá de seus redutos vaticanos, do saudoso Latrão, promove o proselitismo migratório sob o condão da religiosidade mediática, evangelizadora.

Aqueles que vão a Paris e a Veneza, deveriam visitar, também, Marseille, atualmente, verdadeiras realidades árabes, onde as *burkas* e os véus muçulmanos competem com as máscaras *covidianas*.

É uma simples constatação, nada mais!

Recentemente, o Fórum Econômico de Davos, que centraliza os poderosos do mundo, examinou a temática dos custos de recuperação econômica da Ucrânia, ainda

em fase de aniquilamento nacional, como se as pessoas fossem meros objetos indesejáveis.

Os centros de poder deveriam examinar, tempestivamente, a questão da migração mundial coma importância devida, sob pena de uma hecatombe famélica.

A geopolítica da fome é uma realidade inevitável e deve ser tratada, permanentemente. Há carência de estadistas.

Há falta de verdadeiros líderes mundiais, a feição de Mahatama Ghandi e de tantos outros.

Pensa-se que o mundo está a precisar de muitos Adrianos Moreiras com suas reflexões futuristas, visionárias, que somente aos sábios pertencem.” Minhas senhoras, meus senhores!

Essa crônica é PASSADO, pois fisicamente Adriano Moreira, homem de Grijó e do mundo, completou o seu centenário em 6 de setembro de 2022 e veio a falecer em 23.10.2022.

Cá estamos nós a vivenciar o PRESENTE e a projetar o futuro, no dizer de Heródoto, celebrando o PASSADO desse homem multifacetado, que o Brasil recebeu e o acolheu com a costumeira fidalguia e fraternidade, como soe acontecer entre brasileiros e portugueses, unidos umbilicalmente, enraizados e alimentados na idêntica seiva *mater* que é a Língua Portuguesa.

Adriano vaticinava, assim, ilustre diplomata, Doutora Maria Regina de Mongiardim, atual Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa:

“A LÍNGUA TRANSPORTA VALORES.”

Prolífico escritor, autor de obras solares como ESTE É O TEMPO, A CIRCUNSTÂNCIA DO ESTADO EXÍGUO, ADRIANO MOREIRA PARA ALÉM DA ESPUMA DO TEMPO E ANOSSA ÉPOCA, pontificam seus pensares, suas antevisões geopolíticas, meio a um acervo literário gigantesco.

No Brasil, onde viveu para nosso gáudio e felicidade, pinçamos as láureas recebidas, tais como Membro da Academia Brasileira de Letras, Professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro, Doutor *Honoris Causa* pelas Universidades de Manaus, de São Paulo, da Bahia, de Brasília, de Recife; Professor Honorário da Universidade de Santa Maria, Curador da Universidade Cândido Mendes /Rio de Janeiro, Professor Honorário do Instituto Politécnico de Porto Alegre/RS, além de ser Membro Honorário da Academia de Letras de Brasília, ao receber Medalha Cultural, de ouro, – E. D’Almeida Vitor.

Participe do SIMPÓSIO INTERNACIONAL LINGÜÍSTICO - ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, em setembro de 2014, quando esse evento magno mereceu a presença do Secretário – Executivo da Comissão dos Países da Língua Portuguesa – CPLP, Embaixador Murad Isaac Miguigy Murargy, com quem a Academia de Letras de Brasília manteve estreitas relações, ao longo do tempo.

Adriano Moreira afirmou e cumpriu sua palavra, a imantar a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Internacional da Cultura Portuguesa à jovem Academia de Letras de Brasília, a representar a condensação do sonho quimérico de DOM BOSCO, consubstanciado pelo fundador da Capital da Esperança – Presidente da República Federativa do Brasil –, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Patrono desta Casa de Cultura.

Eis a promessa cumprida!

“ESPERO CONTRIBUIR PARA O APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE AS NOSSAS INSTITUIÇÕES.”

Assim, hoje, estou na Academia Internacional da Cultura Portuguesa para agradecer esse extraordinário contributo, porquanto afirmo sempre:

“A GRATIDÃO É ALGO IMPERECÍVEL.”

Para finalizar esta manifestação, permita-me senhora Mônica Moreira, que eu declame o poema Cavaleiro da Esperança, dedicado ao seu saudoso esposo, poesia há muitos anos proferida como encerramento da Conferência Mundial da Paz, na Índia, quando fui guindado a representante do Brasil naquele magno evento.

CAVALEIRO DA ESPERANÇA

CAVALEIRO DA ESPERANÇA,
SEM MEDO, SEM RAÇA,
SEM MOINHO,
SEM SANCHO PANÇA.

ERGA A LANÇA E CAVALGUE O TEMPO
AGORA SEM TEMPO,
A PASTOREAR AS OVELHAS
BRANCAS DO ALVORECER.

COM EMOÇÃO, CRAVE
AS ESPORAS
NO VAZIO DA
IMAGINAÇÃO.

PELOS CANTOS E
RECANTOS DO MUNDO,
CONDUZA O CORCEL DO TEMPO,
INDOMÁVELA FEITIO DO VENTO,
A DESFRALDAR A BANDEIRA
BRANCA DA PAZ.”

OBRIGADO – ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA! QUE A PAZ ESTEJA CONVOSCO!

SESSÃO DE ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE ACADÉMICO DE NÚMERO AO ACADÉMICO CORRESPONDENTE PROF. DOUTOR JOSÉ ESTEVES PEREIRA

(09MAI23)

A sessão foi aberta pela Presidente da AICP, Professora Doutora Maria Regina Mongiardim, proferindo as seguintes palavras de apresentação do Académico então elevado à categoria de Número:

A Academia Internacional da Cultura Portuguesa só pode regozijar-se de ter entre os seus membros uma personalidade como o Professor Doutor José Esteves Pereira, que hoje ascende ao grau de Académico de Número, na categoria de Académicos de Número portugueses.

Licenciado e doutorado em Filosofia pela Universidade de Coimbra, o Professor Doutor José Esteves Pereira tem uma longa carreira docente, dedicada às áreas da história das ideias (nas vertentes filosófica, política, económica e social), da ciência política e das relações internacionais, e da cultura e língua portuguesa, tendo produzido uma vasta e rica obra intelectual, da qual me permito destacar “*O pensamento filosófico em Portugal – conhecimento, razão e valores nos séculos XVIII e XIX*” (1986) e “*Percursos de História das Ideias*” (2004).

O núcleo central da sua produção científica incide sobre a evolução do pensamento político em Portugal, nomeadamente, através do estudo das ideias de individualidades marcantes da nossa história e intelectualidade, em especial das épocas de oitocentos e novecentos, entre as quais, Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro do Reino, da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, na década de 1820, e José d’Arriaga, historiador, filósofo e escritor, da 2ª metade de oitocentos.

Mas os estudos do Professor José Esteves Pereira foram além das nossas fronteiras políticas e culturais, debruçando-se também sobre figuras magnas do pensamento hispânico e da lusofonia, como o poeta, ensaísta e ativista político espanhol, Ortega y Gasset, e o sociólogo, antropólogo e historiador brasileiro, Gilberto Freyre, criador da teoria sobre o “*Luso-Tropicalismo*”, ou seja, a especial relação de Portugal com os trópicos.

É sobre esta mesma personalidade do mundo lusófono que o nosso insigne académico resolveu presentear-nos com uma comunicação intitulada “*A atualidade da obra de Gilberto Freyre*”.

O intercâmbio cultural luso-brasileiro assume, assim, um lugar de destaque na reflexão e obra do Professor Doutor José Esteves Pereira, em razão dos vínculos históricos, culturais, sociais e políticos, entre Portugal e o Brasil, vínculos esses que, num mundo em processo de reconfiguração das suas hegemonias, assumem particular relevância política e estratégica.

A comum pertença à CPLP, a emergência do Brasil, como grande potência no chamado Sul Global, e o posicionamento de Portugal no mundo ocidental, remetem-nos incontornavelmente para essa mesma relevância político-estratégica.

Professor Catedrático (jubilado) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, da qual foi Vice-Reitor durante 4 mandatos, e onde lançou os Estudos da Ciência Política e das Relações Internacionais, o nosso académico averba ainda no seu vasto currículo a docência na Universidade Católica Portuguesa e na Universidade de Évora, e a orientação e arguição de múltiplas teses de mestrado e de doutoramento. A tudo isto, somam-se as inúmeras participações em conferências, seminários e mesas redondas.

O Professor Doutor José Esteves Pereira é Vice-Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Ciência Política, Presidente da Direção do Observatório do Mundo Islâmico, membro do Conselho Consultivo da Fundação António Quadros, e membro do Conselho de Acompanhamento Científico do Instituto do Oriente/ISCSP/UL.

Foi membro fundador e Presidente do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira (1991), e pertence à Academia das Ciências de Lisboa, à Academia Brasileira de Filosofia, à Sociedade Histórica da Independência de Portugal, à Academia Sergipiana de Letras, à Academia Amazonense de Letras e, naturalmente, à nossa academia (AICP).

É, pois, com grande honra e satisfação que dou a palavra e o palco ao nosso Académico Correspondente, Professor Doutor José Esteves Pereira, que irá proferir uma lição magistral, adequada à sua ascensão a Académico de Número.

Segue-se a comunicação proferida pelo novo Académico de Número:

“A ATUALIDADE DA OBRA DE GILBERTO FREYRE”¹

José Esteves Pereira²

Ex.ma Senhora Presidente da Academia Internacional de Cultura
Portuguesa
Caras e caros confrades
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Começo por agradecer a honra da atribuição da qualidade de sócio de número depois de em 2003 ter sido admitido como académico correspondente. Recordando essa ocasião não posso esquecer o acolhimento do nosso saudoso presidente Professor Adriano Moreira e, se me permitem, a comunicação que hoje apresento ser-lhe-á dedicada.

Ao mesmo tempo que presto a minha singela homenagem de preito pessoal a Adriano Moreira afigura-se-me importante sublinhar a sua convivência e admiração por Gilberto Freyre e a presença de alguma da sua concetualização na forma original como teorizaria a ciência política e as relações internacionais.

Gostaria ainda, nesta ocasião, de recordar discípulos e amigos portugueses de Adriano Moreira que com ele estiveram presentes num evento determinante para uma nova precepção dos estudos gilbertianos que ocorreu no Recife em 2000, por ocasião do centenário do nascimento de Gilberto. Recordo a presença, entre outros, de Narana Coissoró e de José Carlos Venâncio personalidades ilustres desta academia. E entre os brasileiros, de modo muito especial, o discípulo do mestre de Apipucos Vamireh Chacon.

Passarei agora a apresentar a minha comunicação. Vou procurar sublinhar os aspetos fundamentais em que Gilberto Freyre estruturou o seu pensamento e justificando o título em que se refere a sua atualidade pretendo referir-me à vigência e pertinência de muitas das suas preocupações teóricas que ultrapassaram mesmo a mais comum avocação do luso-tropicalismo como foi o caso da mais perdurável

¹ Sessão de tomada de posse de Académico de Número, realizada na AICP em 09MAI23;

² Antigo Professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, da qual foi vice-reitor; presidente do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira e membro da Academia Sergipana de Letras. Eleito Académico Correspondente da AICP, agora elevado a Correspondente de Número; Eleito Secretário-Geral em A-G da AICP de 15JUN23;

afirmação da tropicologia em que aquela realidade se pode estudar. A sua atualidade reconhecida por Hans Steigre e as lições que da reflexão gilbertiana poderiam ser bem aproveitadas para os impasses e dramas decorrentes do exacerbado etnonacionalismo, das atitudes xenófobas e racistas e por fim, de um modo muito presente o que se passa a montante da criação da CPLP, os problemas que hoje se colocam e o que impõe projetar como futuro possível remetendo para o mundo que o português criou

Ao folhear a *Revue des Deux Mondes* do passado mês de Fevereiro, deparei com um artigo intitulado “Théorie d’Olinda” de Sébastien Lapaque onde a par de uma emotiva recordação da terra e do espírito pernambucano o autor coloca a pergunta *Qui se souvient de Gilberto Freyre?* E nós, lusófonos, como podemos responder?

Como não tenho a certeza de uma resposta de sentido totalmente afirmativo (excetuando obviamente os presentes) aventurei-me a tecer algumas considerações mostrando quão necessário e importante é não esquecer o alcance universal e atual das ideias do autor da trilogia fundamental de *Casa Grande e Senzala*, *Sobrados e Mocambos* e *Ordem e Progresso*

Reportando-me ainda a este autor francês continuam pertinentes as suas considerações sobre o facto de, presentemente, se verificar uma falta de interesse nas universidades brasileiras pela obra de Gilberto Freyre embora sublinhando a circunstância de a sua obra “Contesté dans les années soixante au nom des luttes de classe, déconstruite depuis les années deux mille au nom de l’égalité raciale, elle demeure un roc auquel on ne se lasse pas de revenir” (Lapaque,2023:104). Julgo que sim.

A vasta obra de Gilberto Freyre, com efeito, reveste-se de extrema importância e atualidade, não apenas no sentido da compreensão das realidades brasileira e lusófona mas, igualmente, no que concerne à problematização intercultural, de sentido universal e à reflexão ecológica ³. Como há dois anos atrás uma investigadora teve oportunidade de afirmar “Reler a obra de Freyre sob o ponto de vista peculiar (os estudos contemporâneos sobre ambiente e sociedade) é jogar nova luz sobre sua obra e abrir caminho a um longo projeto de reflexão sobre a história do que se pensou acerca das relações entre sociedade e natureza na sociologia brasileira” (Santos,2021:172). A meu ver não só na sociedade brasileira. As suas propostas de articulação de sociedade, natureza e cultura tal como as problematizou, especialmente em *Nordeste* (1937), dando especial relevo à dimensão do tempo continuam atuais frente a concepções de natureza mais quantitavística em que a categoria de espaço predomina. Voltarei daqui a pouco a esta senda de complementaridade de fatores explicativos que constituem o cerne do pensamento de Freyre.

Além da oportunidade temática e problematizadora de Gilberto Freyre uma outra pergunta se pode fazerem que medida a sua obra se reveste de atualidade no que diz respeito aos pressupostos epistemológicos que fundamentam as propostas que avançou. Vejamos então como o autor de *Casa Grande e Senzala*, de *Dona Sinhá e o seu filho padre* ou de *Sociologia, Introdução ao estudo dos seus princípios* ancorou a sua escrita. E digo bem escrita por parte de quem se considerava mais escritor e menos sociólogo ou antropólogo:

³ “Reler a obra de Freyre sob o ponto de vista peculiar (os estudos contemporâneos sobre ambiente e sociedade) é jogar nova luz sobre sua obra e abrir caminho a um longo projeto de reflexão sobre a história do que se pensou acerca das relações entre sociedade e natureza na sociologia brasileira” (Santos,2021, p.172).

“Escritor de sistemática formação científica, é certo, e esta de modo específico, a antropológica e a sociológica. Porém escritor a quem talvez não faltem características literárias que lhe deem direito senão ao título a uma condição que só se atinge através da arte de escrever”⁴.

Esta atitude intelectual continua a fazer correr muita tinta e como, com muita pertinência, Gilberto Mello Kujawsky, seu convivente, advertiu “não podemos passar negligentemente sobre essa afirmação e outras equivalentes, quase obsessivas em seus escritos” (Kujawsky, 1987:176). Além disso, sem compreender o modo íntimo como dá conta das realidades sociais será, porventura, difícil entender a obra gilbertiana. É ainda Mello Kujawsky que, socorrendo-se de um paralelismo com Ortega y Gasset, invoca a captação da realidade “in fieri”, o uso da razão histórica, para ver *como se faz o facto*; e aprender as coisas situadas no seu espaço e no tempo (Kujawsky, *Idem*: 181). Como afirmaria Anísio Teixeira ao prefaciar a 4ª edição de *Sociologia – Introdução ao estudo dos seus princípios*, de 1967, Gilberto Freyre via-se, no fundo, como cientista e escritor¹⁷.

A reflexão sociológica do escritor, sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre veio a manifestar-se, essencialmente através de uma sociologia existencial¹⁸, de um pensar e perspetivar modo situado, sem redução de tal consciência de existir a toda e qualquer eventual intelectualização.

Ao prefaciar, a 2ª edição, de *Sociologia*, em 1955, Freyre refere, sensibilizado, as apreciações, entre outros, do filósofo e etnólogo Jean Pouillon (1916-2002), sobre *Casa Grande e Senzala*, cuja tradução francesa era então lida com muito interesse. O tropicólogo tinha a consciência de contribuir “para uma sistemática sociológica em que a situação do homem social seja considerada no seu máximo de situação existencial ao mesmo tempo que funcional e histórica” (Freyre, 1967, I:12). É significativo, também, a este propósito lembrar que, entre outras referências de teor “existencialista”, como Jean-Paul Sartre, Gilberto Freyre esteve muito atento aos conceitos de António Quadros (de quem neste ano se comemora o centenário do seu nascimento) a propósito de “estar-no-mundo” e “estar- em-situação” que conhecia pela leitura atenta da obra *Introdução a uma ética existencial* publicada em Lisboa, em 1955. Um outro aspeto relevante e de intemporal aplicação seria a sistematização de um tempo tribulo.

Mas atente-se melhor ao percurso do aluno do Colégio americano Gilreath, que, no Recife, obteve uma formação inicial completada depois nos EUA, de modo especial na noviorquina Columbia onde estudou Ciência Política.

Gilberto Freyre desde muito cedo manifestou uma vontade de observação atenta das circunstâncias que o envolviam, predisposto para uma imersão observante, buscando sentido para a sua aventura criativa e procurando situar-se no campo disciplinar sociológico e antropológico que lhe era contemporâneo.

⁴ “Sou escritor – ou um constante aprendiz de escritor-que nas suas tentativas de captar e interpretar aspetos situados da condição humana, em geral, através do homem tropical, especificamente da do brasileiro, em particular, vem procurando captá-los e interpretá-los por meio de várias perspetivas, por vezes simultâneas (Cartaxo, 1999, p. 227).

⁵ A reflexão teórica de Gilberto Freyre sobre a Sociologia que foi depois organizada nas sucessivas edições de *Sociologia-Introdução ao estudo dos seus princípios* teve início nos cursos que deu na Universidade do Distrito Federal durante os anos de 1937 e 1938. A edição póstuma, de 2009, conta com um prefácio de Simone Meucci e um posfácio do seu discípulo e autorizado intérprete, Vamireh Chacon, ambos os textos importantes sobre o legado freiriano.

⁶ É significativo lembrar que, entre outras referências de teor “existencialista”, como Jean Paul Sartre, Gilberto Freyre esteve muito atento aos conceitos de António Quadros: sobre “estar- no-mundo” e “estar- em-situação” que conhecia pela leitura atenta da obra *Introdução a uma ética existencial* publicada em Lisboa, em 1955. (Freyre, *Idem*, p.22).

Atenderá, *ab initio* à operacionalidade das *sociologias especiais*, numa certa revolta contra o geral, contra o imperialismo da Sociologia enquanto ciência social (Freyre, *Idem*:319), o que o conduz ao afastamento da Sociologia *pura* ao mesmo tempo que considerava bem pobre, também, certa historiografia de matiz exclusivamente social. Podemos ver nessa atitude uma confessada atitude romântica, de pendor mais subjetivo, como recorda no prefácio à primeira edição de *Vida social no Brasil em meados do século XIX* publicada em 1963⁷:

“Mais do que estudo de História Social é aquele trabalho de adolescente, ensaio um tanto à la Goncourt— tal o seu modo realista e, ao mesmo tempo, romântico, nunca, porém, novelesco. Tentativa de reconstituição de alguns aspetos menos ostensivamente públicos e menos brilhantemente oficiais, nem por isto, menos sociológica e psicologicamente significativos do viver em família (...)” Romântico ele é por não lhe faltar um pouco daquela simpatia pelo passado em que os “louvores dos tempos idos”, desde os românticos tanto se extremam” (Freyre, 1985, p. 27).

Importa, a este propósito ver como, posteriormente, se iria verificar uma reflexão mais informada, mas que não altera as intuições iniciais correspondentes a uma percepção existencial e compreensiva do real, sem esquecer o uso de formas interpretativas avessas, em todo o caso, a qualquer formalismo sem substância:

“A parte mais plástica, mais perecível e mais variável no tempo e no espaço físico e social do mesmo conjunto que nos ossos— as formas sociais, meios de expressão dos processos e das funções sociais— se exprimiria menos individualmente, menos plasticamente e menos perecivelmente. Mas sem que ossos ou carne, independentes, constituam o conjunto social, que só pode ser estudado compreensivamente pelo sociólogo nas suas formas, processos e funções, animados por conteúdos: como vida inteira e como conjunto (Freyre, 1967, II:208-209).

Entretanto, a atenção prestada ao biologismo, que Freyre procura situar e integrar, ajuda-nos, sobremaneira, a perceber a solidez do trabalho científico que pretendia empreender socorrendo-se de obras oriundas de todas as correntes sociológicas além de vasta leitura de temas e problemas do pensamento contemporâneo. Ao longo (não só das várias edições de Sociologia) mas de toda a obra podemos seguir esse envolvimento reflexivo, por vezes desassombradamente crítico, quanto aos autores que vai referenciando. Tal exercício é particularmente evidente quando se acerca, por exemplo, da sociologia biológica tal como o anatomista Charles Rupert Stockard (1879-1939) a desenvolvera em *The Physical Basis of Personality* (1931). Se é certo que Freyre admitia, em meditação sobre este autor, a interação contínua do indivíduo e do ambiente, nem por isso deixou de advertir para os perigos do biologismo extremo. Considerava que tais excessos decorriam da fase de expansão da Sociologia do século XIX que ia buscar à Biologia e à linhagem de Darwin “ não só a terminologia — organismo, seleção, variação, etc. — como a filosofia predominante entre os biólogos: a evolucionista” (Freyre, *Idem*, II:324). Sublinha, a esse propósito o facto de Paul von Lilienfeld (1829-1903), teorizador de uma conceção orgânica da sociedade, surgir como um dos “intérpretes mais lógicos e exatos da tendência exageradamente biológica em Sociologia” (Freyre, *Idem*:ib) de modo tal que a disciplina aparecia como simples extensão da Biologia. A sociedade não passaria, no âmbito de tal entendimento, de um “organismo natural,” enquanto manifestação das forças que se encontram na base de todos

⁷ A obra resultou de uma reformulação da tese de mestrado apresentada à Universidade Columbia, em 1923.

os fenômenos naturais. Com a indesmentida ironia que sempre acompanhou o sociólogo de Apipucos seria caso para dizer que “em latim de herege para a maioria dos sociólogos *Sociologus nemo, nisi biologus* pois *nihil est in societate quod non prius fuerit in natura* (Freyre, *Idem*, II, :325). Compreende-se na atitude gilbertiana a menção a todo este *background* biosociológico no sentido de fazer ressaltar problematização pessoal lembrando, também, em contraponto, que em fins de Oitocentos se tinha colocado em dúvida a própria validade da Sociologia tendo presente a posição radical de Heinrich Treitschke (1834-1896) no que seria secundado, no Brasil, pelo seu compatriota nordestino Tobias Barreto (1839-1889).

No âmbito de informada argumentação para delimitar o campo da Sociologia Gilberto Freyre não deixaria, assim, de aproveitar a polêmica que confrontou os sergipanos Tobias Barreto e Sílvio Romero (1851-1914). De um lado encontrava-se a total desconfiança tobiática no que diz respeito à Sociologia, na linha de Treitschke, e de outro, o intensivo labor sociológico romeriano. De Tobias Barreto, o autor de *Aventura e Rotina* não deixava de aproveitar a oposição deste às “explicações mecânicas do Homem, da Família, do Estado, da Sociedade em geral” (Freyre, *Idem*, II:325) sem cair no exagero tobiático que nos seus *Estudos Alemães* considerou que “os sociólogos em geral não são homens com quem se possa falar sério” (Freyre, *Idem*: 399).

Tobias Barreto, como lembra Gilberto Freyre, afirmava que “em relação à forma dos organismos, há sempre um resto que a mecânica não explica, aumentando essa inexplicabilidade, na medida do maior desenvolvimento dos mesmos organismos e maior complexidade das suas funções” (Freyre, *Idem*:ib). O que importa sublinhar é que Freyre, ao seguir a polêmica de 1895, valorizava, nitidamente, a posição de Sílvio Romero em detrimento dos extremismos culturalistas do outro contendor, simpatizando com a sua mediação de Natureza e Cultura. O homem sendo um “ente cultural” era também um “ser natural” porquanto as “chamadas escolas naturalista e social” eram “exclusivistas pois ”consideram natureza e cultura ou como duas coisas estupidamente idênticas ou como duas coisas inteiramente autonômicas e irredutíveis, pontos de vista de todo errôneos” (Freyre, *Idem*:327). Na simpatia que manifesta pela atitude de *complementaridade de fatores*, presente em Romero, Gilberto Freyre concordava que a “ verdadeira escola do Direito, da Moral, da Estética, da História, da Crítica, da Sociologia, da atividade humana, em suma, será aquela que reunir os fatores da natureza e os da civilização, os fatores sociológicos e os psicológicos, os biológicos e os sociais” (Freyre, *Idem*:327).

Gilberto Freyre, ao recordar o debate e a polêmica brasileira tardo oitocentista tinha presente os iniludíveis os desafios que se lhe colocavam, embora em contexto diverso, relativamente à experiência civilizacional e social brasileira. Procurava, sobretudo, avaliar o processo biológico da hibridização e a sua articulação possível com processos sociais de competição ou dominação. A problematização epistemológica a que deu espaço nos cursos fluminenses de 1938 e 1939 vinha na esteira das suas reflexões sobre a insuficiência do biologismo subjacente como o vemos expresso em *Casa Grande e Senzala* (1933), tentativa pioneira de analisar e fundamentar a contribuição das raças na miscigenação de que o Brasil se fez e a que presidia, obviamente, um *background* teórico que nada tinha de improvisado ou de hipótese subjectiva.

Um outro questionamento, de certo modo ainda relacionado com o fator biológico, foi suscitado por Gilberto Freyre relativamente à importância do meio, arrastando

tudo aquilo que em apreciação crítica a Rahdakamal Mukerjee (1889-1968), autor de *Regional Sociology* (1926) seria avaliado pela exigência de uma sociologia genética. Esta atitude não significava, porém, a substituição da Sociologia Geral, na sua configuração supra histórica e supra ecológica, relativamente ao domínio temporal e espacial, por uma conformação puramente historicista. O que, realmente, Freyre pretendia provar, aproximando-se das ideias de Leopold von Wiese (1876-1969) era que entre Sociologia “sistemática” geral e aquela que é propriamente histórica o que existe, no fundo, são critérios ou pontos de vista de uma mesma realidade que importa compreender.

A visitação às concepções conflituantes do sistemático e do histórico seria ocasião oportuna para Freyre sublinhar, igualmente, a pouca importância prestada à perspectiva histórica pelos sociólogos norte-americanos embora sublinhe a exceção de Franklin Henry Giddings (1855-1931).

“Giddings como que fez da experiência histórica de sociedades diversas um laboratório de material histórico de interesse ou expressão sociológica quando procurou estudar nessa diversidade de experiência, fenômenos de composição de população por idade, sexo, raça; de amalgamento de raças; de concorrência de espécie; de organização social; de personalidade social. Para isso valeu-se de seleções de numerosos estudos e documentos históricos nos quais deu vida sociológica pela comparação de vários aspetos do mesmo fenômeno em tempos e espaços diversos” (...) Trata-se de uma aventura de método, perigosa na prática, mas que importa no reconhecimento da importância da Sociologia histórica em relação a uma Sociologia pura e com a própria Sociologia aplicada que Giddings denominava “Sociologia da probabilidade” (Freyre, *Idem*:498).

Penso que nos acercamos, aqui, da posição epistemológica fulcral de Gilberto Freyre e da intuição fundamental presente e sempre válida na sua pesquisa sociológica e antropológica. No fundo, importava interferir no campo da própria feição epistemológica de alguma historiografia corrente, ainda presa ao fetichismo do positivismo fáctico e, como antes referi, da pobreza de uma historiografia apenas centrada no social. O mesmo se poderia afirmar a respeito da história *natural* das instituições sendo certo que a natureza, como afirmava Wilhelm Dilthey (1833-1911), só pela imaginação a compreendemos.

Esse pendor imaginativo levaria, aliás, um atento admirador, amigo e interprete da obra gilbertiana, Peter Burke, a afirmar, com alguns exemplos, que os livros de Gilberto são como que pinturas. (Burke,2000:140), sem prejuízo da objetividade e rigor da análise. Será importante atender, também, a tal propósito à relação empática, intelectual e pessoal, de Gilberto Freyre com personalidades importantes da Escola dos *Annales*, particularmente com Fernand Braudel que prefaciou a tradução italiana de *Casa Grande e Senzala* ⁸, E que explica bem asserções como esta:

“É uma história a do homem, impossível de reduzir-se a simples história natural. Tanto mais quanto o sociólogo é capaz de percepção íntima e de especial compreensão dessa história como participante efetivo de suas sobrevivências e empático, dos antecedentes ou das situações básicas” (Freyre, *Idem*:502).

Depois, com a leitura e a reflexão crítica de Max Weber (1864-1920), a propósito dos *tipos ideais*, o sociólogo pernambucano definirá, melhor, os seus pontos de vista.

⁸ Sobre a consonância de posições e o relacionamento de Gilberto Freyre com Fernand Braudel, que prefaciou a tradução italiana de *Casa Grande e Senzala*, ver Vamireh Chacon, *Gilberto Freyre, Uma biografia intelectual*, Brasileira, vol. 387, Recife/S.Paulo, Fundação Joaquim Nabuco / Edit. Massangana/ Companhia Editora Nacional, 1993, pp. 245-249.

Em todo o caso, os *Idealtypen* weberianos perfilam-se-lhe tão só como hipóteses no intuito de se descobrirem relações em que a fuga do naturalismo é compensada pela não adesão ao historicismo absoluto. Importa, portanto, atender ao modo cuidadoso como Freyre utiliza sugestões weberianas ao mesmo tempo que faz, a meu ver, uma exegese correta dos efetivos propósitos do sociólogo alemão que não raro deslisou para discutíveis generalizações⁹.

A sua abertura a um questionamento sobre a facticidade histórica, que importava à Sociologia, sugeriu a Freyre um comentário à potencial fecundidade estruturante das concepções de Max Weber ao afirmar que “não há problema de Sociologia histórica definitivamente resolvido em todos os seus aspetos; nem ocorrência histórica da qual um de nós possa dizer-se senhor de todas as suas complexas conexões de causa por tê-la estudado, exaustivamente, sob critério a que a geração seguinte pode acrescentar pontos de vista novos” (.) acrescentando ainda que “na Sociologia histórica e pura de Max Weber, a formulação de conceitos constitui meios heurísticos de organização da realidade empírica resultando daí um processo de concentração de tal modo “elástico” -a expressão é de um crítico de Weber, o Professor Abel (Theodore Abel, *Systematic Sociology in Germany*, Nova York, 1929) -que pode acomodar-se às exigências de situações diversas” (Freyre, *Idem*:511).

Gilberto Freyre, convicto da fecundidade de um método que se adequasse aos problemas que o seu labor prático levantava é no horizonte da temporalidade, no primado do existencial e da atenção observante da vida concreta e quotidiana que viria a ancorar a sua aventura sociológica e antropológica.

Para tanto, foi decisiva e incontornável, como tem sido recorrentemente invocado, a inspiração inicial e perdurável de Franz Boas (1858-1942)¹⁰, nomeadamente, no que concerne à distinção fulcral de *raça* e *cultura* ou às relações puramente genéticas, por um lado, e de marcantes influências sociais, por outro lado. Assim o assinala, em 1933, no prefácio de *Casa Grande e Senzala*:

“Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor- separados dos traços de *raça* os efeitos de ambiente ou de experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre *raça* e *cultura*; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, da herança cultural e de meio” (Freyre, 1943:18).

Que se complementa com reflexões como esta:

“Com efeito, o grupo e a instituição que podemos considerar básicos da organização social - a família e o casamento, tal sua correspondência com expressões naturais ou fisiológicas da vida humana: o sexo e a infância longa do ser humano - deixam-se retratar em história natural em que a natureza começa por estar mais na história do que a história na natureza. À proporção, porém, que tal grupo e tal instituição

⁹ A esse propósito, Gilberto Freyre afirmaria que “a Sociologia histórica, cujos horizontes Max Weber alargou como ninguém, pode ser considerada uma antecipação da própria História pela claridade que a construção ideal – típica de dada situação—-a transformação, por exemplo, de uma economia artesã em economia capitalista — projeta sobre os motivos e condições que teriam determinado a mesma situação. Condições e motivos que, comparados com os registrados pela História convencional ou que esta possa vir a registrar, podem apresentar traços que necessitem de retificação de excessos sem ter, entretanto, deixado de haver antecipação do *Idealtypus* sobre a representação puramente histórica” (Freyre *Idem*, II, p.512).

¹⁰ Como Vamireh Chacon teve oportunidade de afirmar a ninguém mais Gilberto Freyre prestou semelhante preito de gratidão intelectual. A obra científica de Franz Boas, vinculava, assim, o autor de *Casa Grande e Senzala*, a uma genealogia “que melhor se denominaria de início como Escola de Columbia, remontando a Kroeber, dos primeiros grandes discípulos de Boas, e estendendo-se a Ruth Benedict e os contemporâneos de mestrado de Gilberto Freyre, Melville J. Herskovits e Margaret Mead” (Chacon, 1993, pp. 123-124).

se relacionam com outros, sua história natural empalidece para tomar mais relevo sua história social e cultural. Mas uma história se alonga na outra, sem se poder determinar sempre, de modo absoluto, onde a história social de uma instituição, grupo ou pessoa social ---a mulher com *status* de mãe, por exemplo---começa a absorver a história natural da mesma pessoa social. Essa discriminação pouco interessa, aliás, à Sociologia genética ou histórica, para a qual é histórico tanto o que a natureza chamada original do homem possa oferecer como repetição no comportamento do homem social” (Freyre, 1967: 508).

Para Gilberto Freyre nunca foi, porém, a incorporação histórica e genética, centrada no individual e no existencial, sinônimo de esquecimento de critérios gerais necessários “ao estudo de formas e situações de convivência e dos processos pelos quais estas operam e aquelas se realizam, organizando-se e desorganizando-se constantemente através de pessoas, personalidades e grupos múltiplos, diferentes em seus motivos e funções e em suas condições de extensão (espacialidade) e de desenvolvimento (temporalidade)” (Freyre, *Idem*:322)). No Prefácio da 2ª edição de *Sociologia*, de 1955, Gilberto Freyre, a este propósito, situava-se do seguinte modo perante correntes do pensamento que lhe foram contemporâneas:

“Para que a [Sociologia] seja estudo menos do homem social abstrato que do concreto não é preciso que o viver do Homem em grupo deixe de ser considerado forma, dentro da qual se admita diversidade de conteúdo histórico ou etnográfico. Apenas esse conteúdo diverso não tem para o sociólogo de hoje importância como unidade substancial como vem sendo a tendência das ciências, em geral, e não apenas da Sociologia, para a interpretação do mundo, através do que o Professor G. Niemeyer, citado pelo Professor Robert King Merton, no seu *Social Theory and Social Structure* (Glencoe, 1951), chama de “terms of interconnection of operation” Ou seja, a procura da “realidade”, não em “substâncias”, mas na chamada “interação funcional”, sem que isto implique em estreito funcionalismo (Freyre, *Idem*:20-21).

É, em definitivo, em coordenadas como a que acabei de apresentar de forte sentido antropológico, histórico e psicológico, com *percepção íntima*¹¹ e *compreensão ativa*, conceitos muito seus-isto é- “compreendendo o comportamento dos seres humanos em relação com os significados dos atos que constituem os mesmos comportamentos” (Freyre, *Idem*:512) que Gilberto Freyre superou a mera adesão ao fáctico, às crescentes tendências quantitativistas emergentes, e a posições valorativas (embora situando os valores e compreendendo-os no seu contexto próprio).

Foi com este posicionamento sociológico que, efetivamente, conseguiria compreender o sistema patriarcal, latifundiário e escravocrata do Brasil miscigenado.

Em *Problemas brasileiros de antropologia* teve o sociólogo recifense ocasião de sublinhar que na sua aventura científica «o critério principalmente seguido é o regional, o ecológico, o histórico, de tentativa de fixação e às vezes de interpretação e até de avaliação extracientífica de característicos brasileiros da cultura e de «raça», através de consideração de problemas de relações inter-humanas e interregionais entre nós» (Freyre, 1973, p.XXXIII).

Gostaria ainda, antes de concluir afirmar que se a obra sociológica, antropológica e tropológica do autor de *Aventura e Rotina* continua a ser fundamental para a “interpretação do Brasil”, pra estudos de âmbito ecológico de interpenetração do

¹¹ “É uma história a do homem, impossível de reduzir-se a simples história natural. Tanto mais quanto o sociólogo é capaz de percepção íntima e de especial compreensão dessa história como participante efetivo de sua sobrevivências e empático dos antecedentes ou das situações básicas” (Freyre, 1957, p.502).

homem e do meio projeta-se de modo fecundo em problemas interculturais de atualíssima relevância. Talvez seja apropriado recordar, em tempo de guerra e de fraturas étnicas, o modo como o estimado e saudoso amigo de Gilberto Freyre, Hans – Albert Steger (1923-2015) procurava resposta na obra do sociólogo brasileiro, no âmbito da globalização, para a “prática da relatividade dos processos vitais e culturais tendo presente as circunstâncias da Europa central (...) projetadas na possibilidade de harmonizar contradições étnicas, raciais e culturais” (Steger. 2000, pp.100-101). Jugo que o saudoso professor alemão na reivindicação argumentativa de relatividade dos processos estaria a avocar a necessidade de uma compreensão histórica e existencial que permita o diálogo e não uma mera arrumação multicultural sempre propiciadora de guetos, o caminho gilbertiano sempre apontou para o que devemos considerar como intercultural. E não se tratava de algo distanciadamente acadêmico. Steger confessando não se ter aproveitado a experiência gilbertiana do luso tropicalismo (lembrava aliás que a tradução alemã de *Casa Grande e Senzala* do amigo de Freyre Conde Luis de Schonenfeldt estivera na gaveta 15 anos antes de surgir publicada). Parece-me relevante o modo como o reconhecido especialista do mundo latino-americano Hans Albert Steger apontava as circunstâncias alemãs e o proveito que poderia advir da correção de um autismo absolutizante *versus* relativismo circunstancial mediando unidade e pluralidade (dinamicamente uno e dinamicamente plural) que superasse a situação de não saber “manejar bem os nossos comportamentos na Alemanha em relação aos imigrantes, sobretudo islâmicos (turcos). Embora estas reflexões sobre a Alemanha sejam do início do presente milênio com um acréscimo de problemas não só étnicos permite-nos, mais uma vez, justificar a atualidade do legado gilbertiano que aqui vimos invocado.

Menos que transposição de um modelo do que aqui se trata é, no meu entender, de vontade de investimento, em políticas públicas de coesão coletiva mediante condições de convivência vital e cultural que se colocam em múltiplas situações de globalização.

Referências bibliográficas

- Burke, Peter (2000), “The place of material culture in Ingleses no Brasil” *Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*, Recife, Fundação Gilberto Freyre.
- Cartaxo, Maria de Fátima (1999), “Ensaísmo e Ficção em Gilberto Freyre”, *A obra em tempos vários* (org. Fátima Quintas), Recife, Editora Massangana.
- Chacon, Vamireh (1993) *Gilberto Freyre, Uma biografia intelectual*, Recife/S. Paulo, Editora Massangana/ Companhia Editora Nacional (Brasileira, vol. 387).
- Freyre, Gilberto (1943), *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 4ª Edição, definitiva.
- (1967) *Sociologia, Introdução ao estudo dos seus princípios*, Rio de Janeiro, Livraria. José Olympio Editora, 4ª Edição. 2 tomos.
- (1968) *Como e porque sou e não sou sociólogo*, Brasília, Universidade Federal de Brasília.
- (1973) *Problemas brasileiros de antropologia*, Livraria José Olympio Editora/MEC
- (1985) *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, Recife, Editora. Massangana, 3ª ed. revista.
- Kujawsky, Gilberto de Mello (1987), “Gilberto Freyre e seu projeto de escritor”, *Ciência e Trópico*, Recife, vol. 15, nº 7 (Julho-Dezembro).

Lapaque, Sébastien (2023), "Théorie d'Olinda", *Revue des Deux Mondes*, Février/2023. pp.96-104.

Santos, Ana Carolina Vila Ramos (2010), "Ecologias em disputas. A ecologia de Gilberto Freyre e a Ecologia Humana da Escola de Chicago (1930-1940) ", *Revista Urutágua*, UEM, 21 (Maio-Agosto).

Steger, Hans – Albert (2000), "Gilberto Freyre y Alemania", *Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*, Recife, Fundação Gilberto Freyre.

“Desconstrução e Reconstrução da Ordem Mundial”¹

Prof. Doutor Luís Tomé²

Slides que acompanharam a comunicação do autor, a qual, por imperativos de agenda, fica diferida para o próximo número do Boletim.



ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA

Sociedade de Geografia de Lisboa, 1 Junho 2023

Desconstrução e Reconstrução da Ordem Mundial

Luís Tomé

ltome@autonomia.pt



www.autonomia.pt



<https://observare.autonomia.pt>



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

<https://ipri.unl.pt/index.php/pt/>

¹ Sessão de tomada de posse de Académico Correspondente, realizada na AICP em 01JUN23;

² Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa, onde é Diretor do Departamento de Relações Internacionais e da sua unidade de investigação OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores. Investigador integrado no Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa (IPRI-NOVA). Professor Convidado do Instituto da Defesa Nacional (IDN), do Instituto Universitário Militar (IUM), do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCP SI) e Visiting Professor de La Sapienza-Università di Roma, Itália e da Middle East Technical University (METU) de Ankara-Turquia.

➤ Limites e Dilemas das Teorias das RI “convencionais”

➤ **ABORDAGEM ECLÉTICA:** realidade deve ditar teorização; Pragmatismo + Prudência + “Desnaturalização de expectativas” + Combinação de “hipóteses explicativas” + Resolução de problemas + Complementaridades

TEORIAS DO CAOS E DA COMPLEXIDADE

Imprevisibilidade, complexidade, permanente mutação >>> não-linearidade

Noção de “**Sistemas Complexos Adaptativos**” (*Complex Adaptive Systems - CAS*) aplicável ao Sistema Internacional

- grande número de agentes/atores diversos, independentes e interdependentes
- percepções e respostas constantes entre atores + entre actores e sistema internacional
- coevolução e coadaptação dos actores e do sistema
- auto-organização, pela qual o sistema se forma *espontaneamente*
- mudança e *ordem*

Exemplos de eventos não previstos forçando co-evolução e co-adaptação actores e sistema...



“Caos” >> *crise, desordem, transformação* com resultados imprevisíveis

Luis Torné

Ordem “internacional” vs “mundial”

“**Ordem Internacional**” = padrão proeminente de ideias, valores, interesses, regras, instituições, comportamentos e interações entre actores, estatais e não-estatais

Ordem atenua o carácter anárquico do sistema internacional e o recurso à violência, limita a dependência dos jogos de poder e proporciona um certo tipo de autoridade, regulação e estabilidade na convivência entre actores

Quando a ordem internacional abrange o espaço-mundo e os atores principais, transforma-se em “**Ordem Mundial**”. Dito de outro modo, a **ordem mundial** pode incluir várias e distintas ordens internacionais, mas uma ordem internacional só é mundial ou global se e quando alargada à escala planetária.

Ordem Liberal

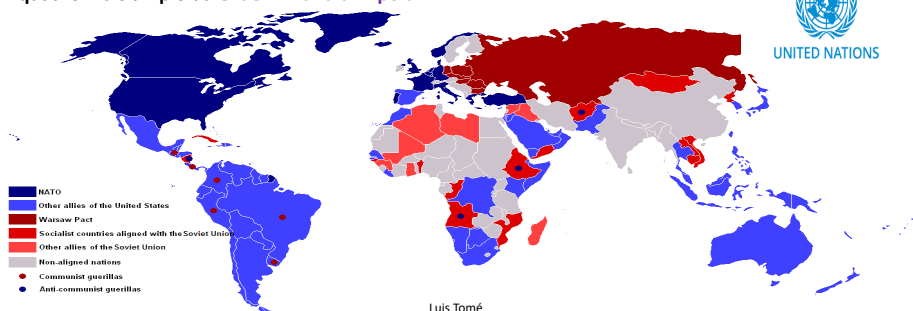
Ordem internacional Liberal está ligada à supremacia do “Ocidente” e à hegemonia dos Estados Unidos, mas “liberal” significa um **conjunto específico de valores, normas e instituições...**

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS: Democracia Liberal; economia de mercado aberta e comércio livre; certa limitação das soberanias dos Estados e partilha de responsabilidades, através da criação conjunta de regras comuns, primado da lei, multilateralismo e ação coletiva; segurança coletiva (segurança por todos, para todos e em nome de todos); livre navegação dos mares; acesso livre aos “bens comuns globais”; reconhecimento da legitimidade de diferentes atores internacionais, estatais e não-estatais; concepção dos Direitos Humanos que implica a salvaguarda da liberdade individual, da dignidade humana, respeito dos direitos inalienáveis do indivíduo, minorias, mulheres, crianças e migrantes e refugiados.

construção da ordem internacional liberal

1ª tentativa I GM: «*tornar o mundo seguro para a democracia*», Presidente W. Wilson, 2 ABR 1917; 14 Pontos de Wilson, 8 JAN 1918 >>> SOCIEDADE DAS NAÇÕES

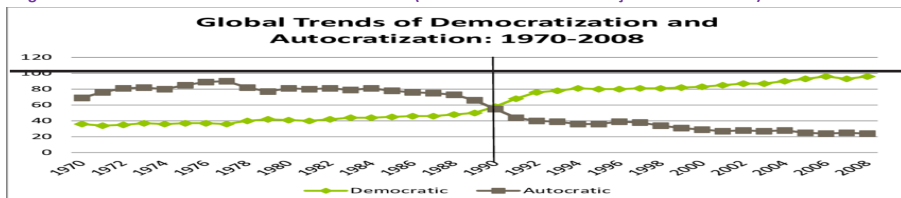
Após II GM – GUERRA FRIA: consolidação de uma “*ordem internacional Liberal*” (Ocidente, Mundo Livre, Capitalista) a par de uma “*ordem Soviética/Comunista*” no quadro mais amplo da Ordem Mundial Bipolar



Luis Tomé

Final da “dupla Guerra Fria” >> Mundialização da Ordem Liberal

EUA *hyperpuissance* ++ Vaga de “*democratização*” ++ Aceleração globalização económica liberal (comércio livre e internacionalização das economias e mercados) ++ Afirmação concepção liberal dos Direitos Humanos (incl campanhas Dts Mulheres, Crianças, Minorias e Refugiados) ++ Erosão da Soberania tradicional ++ “segurança humana” ++ direito de “ingerência humanitária”, “antiterrorista” e “Responsabilidade de Proteger” ++ Desenvolvimento Justiça Penal Internacional ++ Expansão da *pax americana* ++ multilateralismo Paz e Segurança (incl ONU, org regionais e “coligações de vontade”) ++ reforço papel actores não-estatais ++ expansão dos *global commons* e tentativas de sua regulação ++ Alargamento “instituições Ocidentais” (incl. antigos adversários) + proliferação organizações internacionais e regionais ++ Desenvolvimento Direito Internacional (inúmeros acordos e convenções internacionais).....

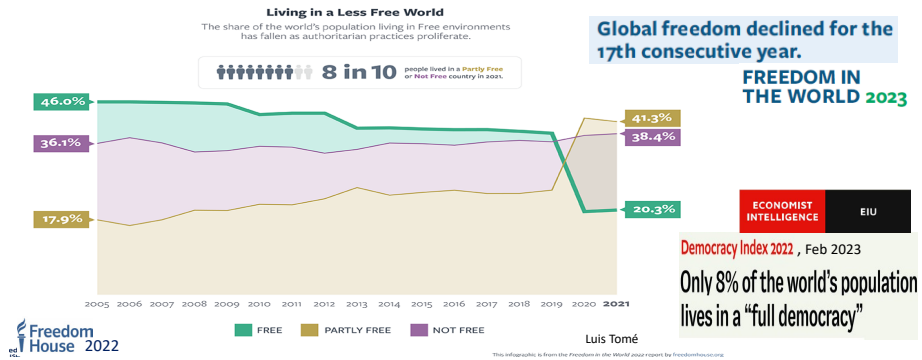


Source: ResearchGate

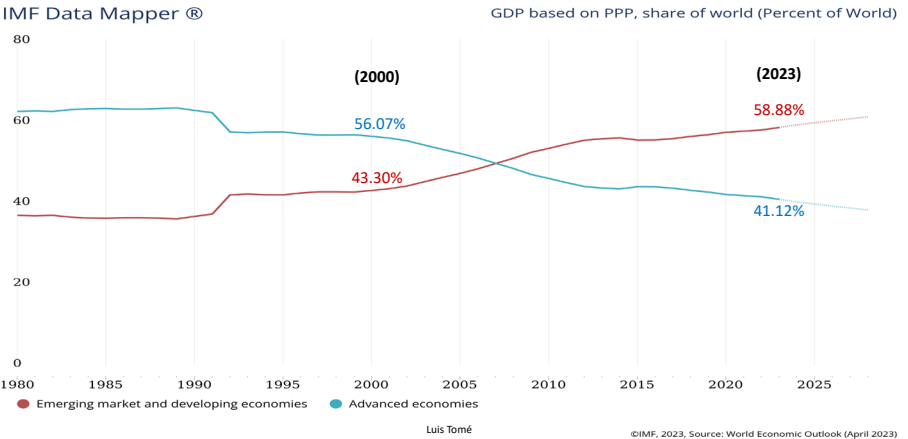
Luis Tomé

Desconstrução da Ordem Mundial Liberal

EUA e os seus aliados mostraram estar dispostos a “quebrar as regras” da ordem de segurança (Kosovo, 1999; Iraque, 2003); não ratificaram ou não aderiram certas convenções internacionais (Protocolo Quioto, Convenção sobre trabalho forçado da OIT, UNCLOS, TPI...); imposição de sanções unilaterais e práticas de “mudança de regime”; desregulação economia e comércio globais; grandes democracias liberais perdem na “hiperglobalização”; recuo da Democracia >> expansão autoritarismos, nacionalismos e populismos...



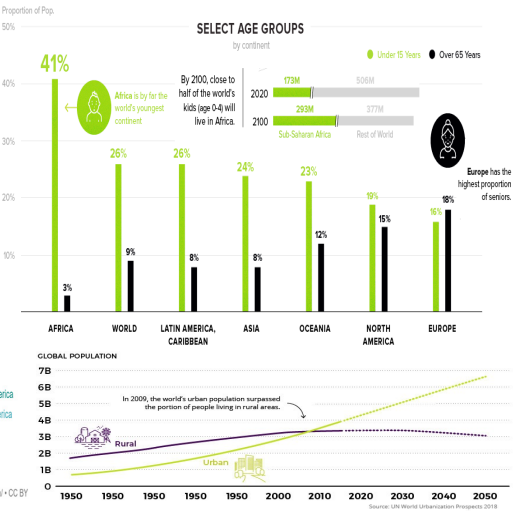
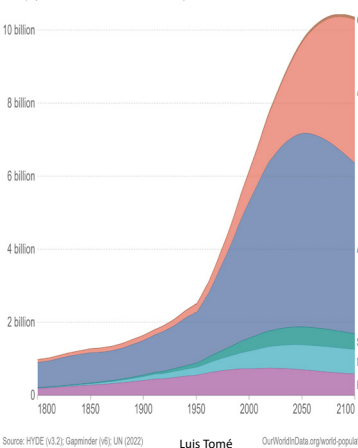
Declínio da hegemonia EUA >>> Multipolaridade ++ Declínio do “Ocidente”



Centralidade da Ásia-Pacífico e da China



World population by region, including UN projections
Future projections are based on the UN's medium-fertility scenario.



Top Annual CO₂ Emitting countries

(from fossil fuels)

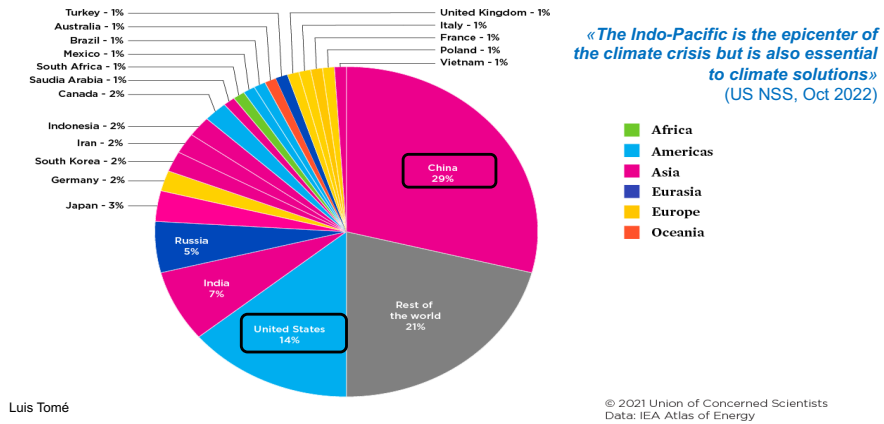
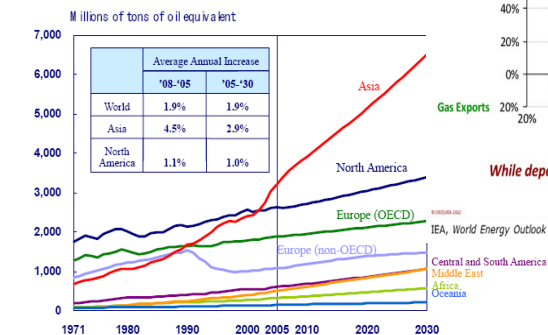


Figure 2-1 Global primary energy demand (by region)



Net oil & gas import dependency in selected countries

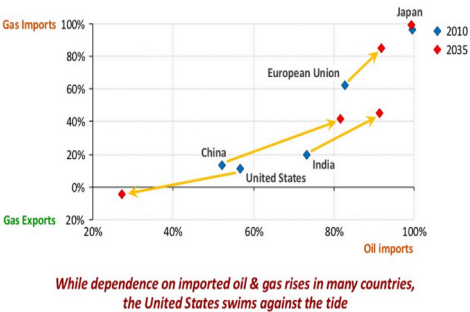
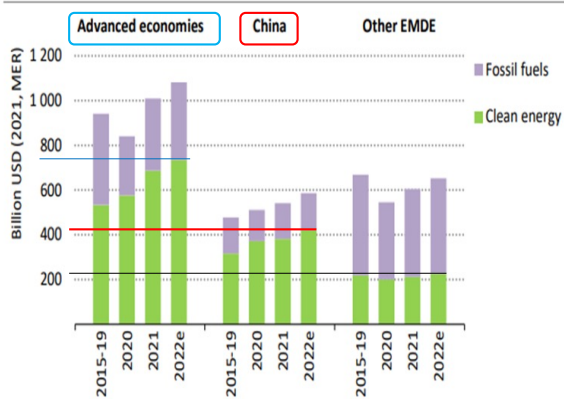


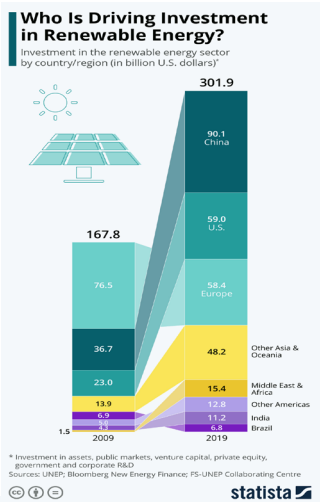
Figure 2.7 ▶ Global energy investment by region



<https://www.weforum.org/agenda/2022/11/russia-ukraine-invasion-global-energy-crisis/>

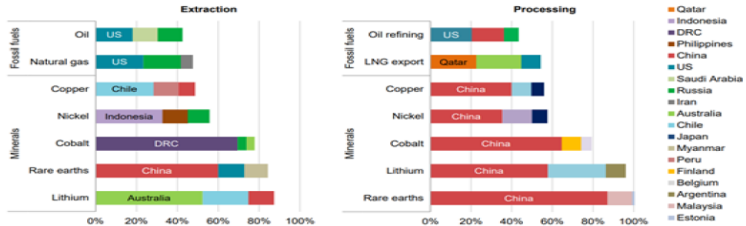
IEA, CC BY 4.0.

Luis Tomé

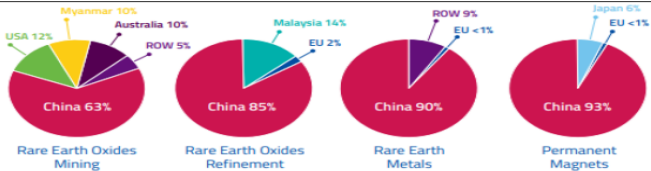


Concentration production of raw materials vs fossil fuels

Share of top three producing countries in production of selected minerals and fossil fuels, 2019



Chinese dominance over the rare earth permanent magnets value chain

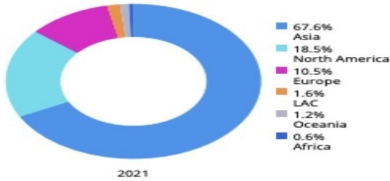
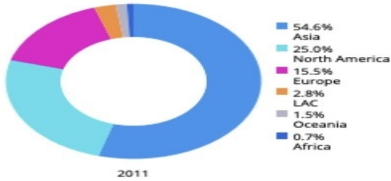


Source: European Commission, EU strategic dependencies and capacities: second stage of in-depth reviews, 2022

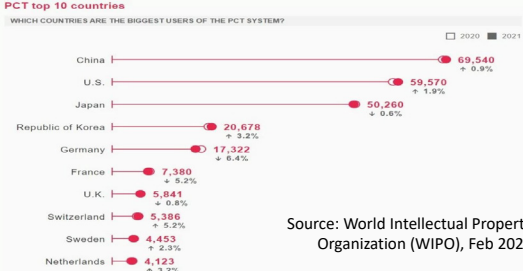
Luis Tomé

Two-thirds of patent filings activity worldwide took place in Asia
1.3. Patent applications by region, 2011 and 2021

Luis Tomé

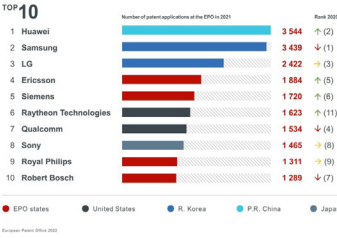


Source: Table A5. World Economic Forum



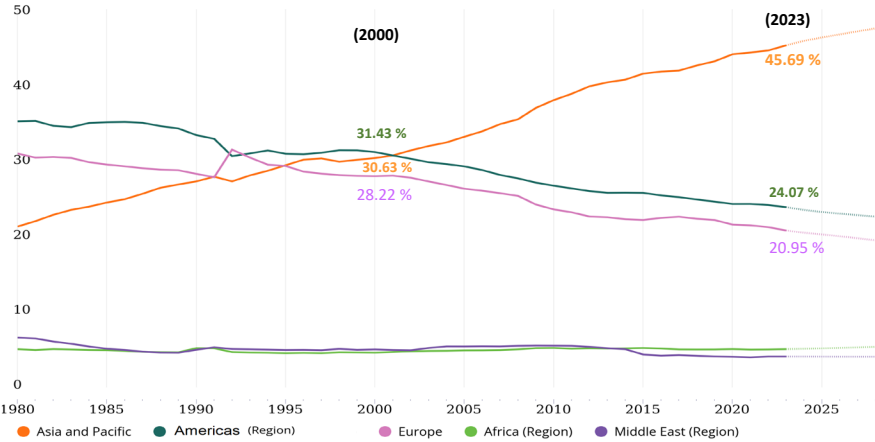
Source: World Intellectual Property Organization (WIPO), Feb 2023

Top 10 der Anmelder 2021
Top ten applicants 2021
Principaux demandeurs de brevets 2021



IMF Data Mapper ®

GDP based on PPP, share of world (Percent of World)



Luis Tomé

©IMF, 2023. Source: World Economic Outlook (April 2023)

Military expenditure by region in constant US dollars © SIPRI 2023

in US\$ b., at constant 2021 prices and exchange rates

Region / Year	1988	1998	2008	2018	2022
World	1602,1	1114,6	1725,1	1950,2	2181,9
Africa	16,2	14,1	31,9	36,3	37,9
North Africa	3,3	5,2	9,2	17,2	18,6
sub-Saharan Africa	12,9	8,9	22,7	19,1	19,3
Americas	761,6	529,8	890,4	816,7	891,1
Central America and the Caribbean	4,3	4,4	5,5	8,4	10,3
North America	728,9	497,9	847,0	761,4	837,7
South America	28,5	27,4	38,0	46,9	43,1
Asia & Oceania	142,4	188,5	313,7	523,0	595,9
Oceania	15,8	17,3	23,8	31,1	36,0
South Asia	26,0	33,7	56,9	89,5	99,4
East Asia	85,7	115,5	200,4	357,2	414,6
South East Asia	14,9	21,6	31,5	43,5	44,6
Central Asia	0,0	0,3	1,2	1,7	1,3
Europe	615,6	292,4	355,9	368,4	477,0
Central Europe	44,7	19,9	22,9	29,8	39,5
Eastern Europe	272,2	17,0	52,2	69,0	120,4
Western Europe	298,7	255,6	280,8	269,5	317,2
Middle East	66,4	89,9	133,2	205,7	180,1

Luis Tomé

Table 1. The countries with the highest military expenditure in 2022

Spending figures and GDP are in US dollars, at current prices and exchange rates. Changes are based on constant (2021) US dollars.

Rank 2022	2021 ^a	Country	Spending (\$ b.), 2022	Change (%)		Spending as a share of GDP (%) ^b		World share (%), 2022
				2021–22	2013–22	2022	2013	
1	1	United States	877	0.7	2.7	3.5	4.0	39
2	2	China	[292]	4.2	6.3	[1.6]	[1.7]	[1.3]
3	5	Russia	[86.4]	9.2	15	[4.1]	[3.9]	[3.9]
4	3	India	81.4	6.0	47	2.4	2.5	3.6
5	8	Saudi Arabia	[75.0]	16	–2.7	[7.4]	[9.0]	[3.3]
Subtotal top 5			1 412	..	..	..	..	63
6	4	United Kingdom	68.5	3.7	9.7	2.2	2.3	3.1
7	7	Germany	55.8	2.3	3.3	1.4	1.2	2.5
8	6	France	53.6	0.6	15	1.9	1.8	2.4
9	10	South Korea	46.4	–2.5	37	2.7	2.1	2.1
10	9	Japan	46.0	5.9	18	1.1	0.9	2.1
Subtotal top 10			1 682	..	..	..	..	75

Source: SIPRI Fact Sheet, Trends in World Military Expenditure, 24 APRIL 2023

Aumentos oficiais orçamentos Defesa em 2023 face a 2022

Japão: 26,3% (++ objetivo 2% do PIB até 2017)

Austrália: 14%

Índia:13%

EUA: 8% (quase 4% do PIB)

China: 7,2% (1,7% do PIB)

Antes da invasão russa da Ucrânia, as despesas militares dos Países Europa-NATO deveriam atingir cerca de 1,8 bilhões USD até 2026, um aumento de 14% em cinco anos; agora, estima-se que essas despesas aumentem entre 53% e 65% (McKinsey & Company).

Luis Tomé

ESTIMATED GLOBAL NUCLEAR WARHEAD INVENTORIES, 2022

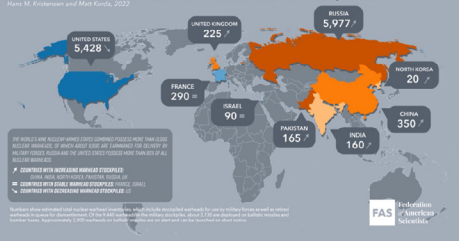
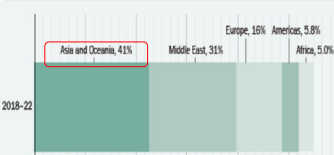


Table 2. The 40 largest importers of major arms and their main suppliers, 2018–22
Percentages below 10 are rounded to 1 decimal place; percentages over 10 are rounded to whole numbers.

Rank	Importer	Share of global arms imports (%)		Per cent change from 2013–17 to 2018–22 ^a	Main suppliers and their share of importer's total imports (%), 2018–22				
		2018–22	2013–17		1st	2nd	3rd		
1	India	11	12	-11	Russia	45	France	29	USA
2	Saudi Arabia	9.6	10	-8.7	USA	78	France	6.4	Spain
3	Qatar	6.4	1.5	311	USA	42	France	29	Italy
4	Australia	4.7	3.6	23	USA	73	Spain	19	Switzerland
5	China	4.6	4.2	4.1	Russia	83	France	8.1	Ukraine
6	Egypt	4.5	4.5	-5.3	Russia	34	Italy	19	France
7	South Korea	3.7	2.2	61	USA	71	Germany	19	France
8	Pakistan	3.7	3.0	14	China	77	Sweden	5.1	Russia
9	Japan	3.5	1.2	171	USA	97	UK	1.9	Sweden
10	United States	2.7	2.0	31	UK	24	Netherlands	13	France



SIPRI, Trends in International Arms Transfers, 13 MAR 2023

Luis Tomé

Table 1. The largest exporters of major arms and their main recipients, 2018–22
Percentages below 10 are rounded to 1 decimal place; percentages over 10 are rounded to whole numbers.

Exporter	Share of global arms exports (%)		Per cent change from 2013–17 to 2018–22 ^a	Main recipients and their share of exporter's total exports (%), 2018–22				
	2018–22	2013–17		1st	2nd	3rd		
1 United States	40	33	14	Saudi Arabia	19	Japan	8.6	Australia
2 Russia	16	22	-31	India	31	China	23	Egypt
3 France	11	7.1	44	India	30	Qatar	17	Egypt
4 China	5.2	6.3	-23	Pakistan	54	Bangladesh	12	Serbia
5 Germany	4.2	6.1	-35	Egypt	18	South Korea	17	Israel
6 Italy	3.8	2.5	45	Qatar	24	Egypt	23	Türkiye
7 United Kingdom	3.2	4.7	-35	USA	20	Qatar	16	Saudi Arabia
8 Spain	2.6	2.5	-4.4	Australia	35	Saudi Arabia	19	Belgium
9 South Korea	2.4	1.3	74	Philippines	16	India	13	Thailand

Selected Chinese Territorial Claims



Convenções Internacionais a que EUA Com Administração Trump renunciou

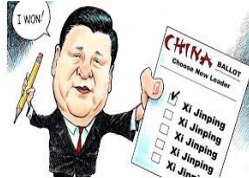
- NAFTA > United-States-Mexico-Canada Agreement or USMCA
- Trans-Pacific Partnership (TPP)
- Transatlantic Trade and Investment Partnership ("TTIP")
- Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas e Protecção Ambiental
- Acordo Nuclear P5+1 com o Irão ou Joint Comprehensive Plan of Action
- Tratado INF sobre Forças Nucleares de Alcance Intermédio
- Conselho dos Direitos Humanos da ONU
- UNESCO (Agência da ONU para Educação, Ciência e Cultura)
- Tribunal Internacional de Justiça
- Pacto Global sobre Migrações e Refugiados
- United Nations' Arms Trade Treaty (ATT)
- Organização Mundial de Saúde (OMS)



BREXIT (2016-31 JAN 2020)

Desconstrução e contestação da Ordem Liberal

"The liberal idea as become obsolete... The Cold War was a bad thing . . . but there were at least some rules...Now, it seems that there are no rules at all!"
(Vladimir Putin in a FT interview. June 27, 2019)



«a **distinction between three elements of the "U.S.-led world order"**: "the American value system," "the U.S. military alignment system"; and "the international institutions including the UN system"» (Fu Ying, Chairwoman of the Foreign Affairs Committee of the Chinese National People's Congress at the 52nd Munich Security Conference.13 Feb 2016).

Luis Tomé

creating "a world without the West"



Novo Banco de Desenvolvimento

++Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB)

++Silk Road Fund

++Belt and Road Forum for International Cooperation

Global Energy Interconnection (2016)

Global Development Initiative (2021)

Global Security Initiative (April 2022)

Global Civilization Initiative (March 2023)



- Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC)
- China-Arab States Cooperation Forum
- Forum China - Community of Latin American and Caribbean States
- Boao Forum for Asia
- Conference on Dialogue of Asian Civilizations
- Macao Forum
- China + 16 CEE (Central and Eastern Europe) and Greece



Luis Tomé

“PORTUGAL-CHINA – 506 ANOS DE DIÁLOGO ENTRE DUAS CULTURAS”¹

Embaixador jubilado Doutor José Duarte de Jesus²

Senhora Doutora Maria Regina Mongiardim, Presidente do Conselho Académico da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Senhores Académicos, Minhas Senhoras e Meus Senhores

Antes de mais, queria agradecer a esta Academia, na pessoa da sua Presidente do Conselho Académico, pelo convite que me dirigiu para fazer parte dos seus membros, pelo qual fiquei horado e sensibilizado. Muito obrigado.

Para usar uma expressão/conceito que o nosso saudoso Professor Adriano Moreira muito usava: a *Circunstância*, seja ela histórica ou política em que se insere, as nossas relações com a China transcendem em muito a *Circunstância* do quadro em que vivemos, em termos de Relações Internacionais. Não se trata duma Circunstância de curto ou médio prazo, mas sim, de 5 séculos.

Infelizmente, não nos lembramos que Portugal foi o primeiro país europeu a contactar a China, através da ida lá de Jorge Alvares, que se encontrava na altura em Malaca, a mando do sobrinho de Afonso de Albuquerque, em 1513 e, pouco depois, enviámos um Embaixador à capital do Império do Meio, a Pequim, Tomé Pires em 1517. Portugal foi também o primeiro país europeu a assinar um *Acordo de Comércio* com uma autoridade chinesa, a autoridade de Guandong, em 1557.

É certo que Tomé Pires não chegou a ser recebido pelo Imperador Zheng De esse percalço, porém, não obsteu às futuras relações entre os nossos dois países, designadamente, ao envio de muitos outros embaixadores que foram recebidos pelo Imperador.

¹ Sessão de tomada de posse de Académico Correspondente, realizada na AICP em 19SET23;

² Diplomata de carreira. Licenciado em História e Filosofia, com mestrado em Lógica Matemática pela Universidade de Lisboa, é também doutorado em História das Relações Internacionais pela Universidade Nova. Durante a sua carreira serviu em Rabat, Bona, Lille, Praga, na CEE, tendo sido embaixador em Kinshasa, Brazzaville, Bangui, Kigali, Bujumbura, Pequim, Ulan Bator, Pyongyang e Otava. Possui vários livros publicados, assim como artigos em revistas científicas, tanto em Portugal como no estrangeiro. Os seus temas principais de especialização são a China, a África, a negociação e a teoria da decisão. Docente convidado em várias faculdades, é investigador integrado no Instituto do Oriente do ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa;

De então para cá, com altos e baixos, o diálogo tem sido permanente, especialmente a partir do momento em que nos fixámos em Macau.

Por vezes, uma certa ambiguidade caracterizou as relações entre os nossos dois países, ambiguidade, porém, que teria sido usada conscientemente por ambas as partes, com o fim de evitar situações de algum possível confronto político.

Estou a pensar nas ocasiões em que o Rei de Portugal enviava, regularmente, através do nosso Governador de Macau, uma oferta ao Imperador, com o fim de manter uma boa relação entre os nossos dois países, no entanto, o Imperador da China teria recebido aquela oferenda, como o “*pagamento*” de um Estado Tributário do Império.

Na realidade, a *soberania* sobre Macau nunca deixou, aos olhos da China, e eventualmente aos olhos dos responsáveis portugueses, de pertencer ao Império do Meio e a *administração* do território pertencer à Coroa Portuguesa.

Macau foi, é e será no futuro uma plataforma de diálogo político, cultural e económico com a China, mas não só.

Muitos foram os locais onde um português foi o primeiro visitante europeu. Em África, por exemplo, foi António Fernandes o primeiro europeu a contactar o Reino de Monomotapa, em 1515, na costa oriental de África. Mas a China, foi o Império onde Portugal, enquanto país europeu, enviou um embaixador e durante os cinco séculos que se sucederam, manteve um diálogo intercultural e comercial que nunca cessou até aos nossos dias.

Durante cinco séculos nunca nenhuma das duas partes deixou que uma fratura nas relações bilaterais pudesse interromper, com gravidade, esse diálogo.

A situação assim criada definia-se como o resultado dum “*Acordo*” tácito, mas nunca formalizado, mas que criou uma situação “*win-win*”, para ambas as partes.

Esta situação está claramente expressa no famoso Tratado de Amizade e Comercio que veio somente a ser formalizado no sec. XIX.

Passando sobre todo um complexo período político e negocial, que levou inicialmente ao primeiro projeto de Tratado com a China, esboçado em 1862, mas que só em 1 de dezembro de 1887, seria finalmente assinado, o “*Tratado de Amizade e Comercio entre Portugal e a China*”. Este Tratado que procuraria definir o problema da *soberania versus administração* do território de Macau, só vem a ser ratificado em 1888.

Ele define três princípios fundamentais:

- 1 – *A ocupação perpétua do território e a sua governação por portugueses;*
- 2 – *Remete a definição das fronteiras para um instrumento jurídico posterior;*
- 3 – *Portugal obriga-se a nunca alienar o aludido território sem prévio acordo do Império Chinês.*

Também esta formulação tem alguma ambiguidade, mas é evidente o pressuposto de que Macau era território chinês, sob administração perpétua por parte de Portugal, pois caso contrário, Portugal poderia alienar aquele território sem prévio acordo do Imperio, que detinha a soberania sobre ele.

Com o evoluir da nossa presença em Macau, penso que há três momentos que determinaram, até aos nossos dias, a identidade cultural da comunidade macaense e deste território: Foi a criação da *Santa Casa da Misericórdia*, em 1569; a criação de uma *Diocese*, em 1576 e do *Senado*, em 1583, como formas de administração de tipo municipal semelhante à que existia em Portugal.

Já no sec. XIX, houve ocasiões em que o Senado emitiu pareceres que refletiam claramente esta ideia, a do chamado “*duplo compromisso*”, um com Lisboa, o outro com Pequim.

É um erro pensarmos que, por vezes, alguma ambiguidade como técnica diplomática seja uma má prática. Bem pelo contrário, pode ser uma excelente técnica, quando praticada conscientemente pelos “*players*” duma certa conjuntura, sempre que essa técnica possa afastar uma tensão que se possa vir a tornar internacionalmente perigosa.

Mas não foi somente Macau que representou o palco do nosso diálogo. Também Pequim, onde os jesuítas portugueses contribuíram de modo marcante para a continuidade deste diálogo.

Recorde-se o papel importante desempenhado por Tomás ou Tomé Pereira, como conselheiro diplomático do Imperador Kang Xi, na elaboração do famoso Tratado de Paz entre a China e a Rússia, em 1685, o chamado Tratado de Nerchinsk. Foi com este instrumento diplomático que o Imperador Kang Xi conseguiu pacificar a região norte do Império, depois de ter conseguido anteriormente pacificar o sul, ao ter expulsado, em 1683, o clã do pirata Zheng Cheng gong de Taiwan.

Além das várias funções que desempenhou em Pequim, como coadjutor do bispo de Pequim, Grimaldi – outro famoso jesuíta italiano – Tomas Pereira esteve pessoalmente envolvido na reconstrução da Igreja da Nan Tang, ainda hoje conhecida como a Igreja dos Portugueses. Também foi Presidente interino, de 1688 a 1694, do chamado *Tribunal das Matemáticas*.

Mas, mais importante do que as funções que desempenhou nas ciências e na política, áreas mais do domínio da *razão*, queria referir uma área da *cultura*, na sua atividade como professor de música do próprio Imperador, que certamente gerou uma relação de amizade entre ambos. Penso que essa relação ficou claramente expressa no facto de quando Tomás Pereira faleceu, o Imperador ter mandado realizar um funeral com pompa e circunstância em Pequim e, mais do que isto, ter sido ele própria a escrever o epitáfio.

Tomás Pereira foi elevado à plataforma sociocultural do Mandarinato, facto que o insere culturalmente na sociedade chinesa.

Tudo isto mostra, mais uma vez, que as nossas relações e diálogo estão para lá da mera formalidade oficial.

Ainda só para referir outro português, entre vários, permito-me fazer alusão à figura do Padre António de Magalhães. Quando este chegou à China, vivia-se uma crise importante com a Santa Sé, depois do Imperador ter decretado o *Edito da Tolerância*, em 1692.

No seguimento da desastrosa visita do Legado Papal, *Charles Maillard de Tournon*, que devido ao desconhecimento total da cultura chinesa, fez com que o Papa Clemente XI publicasse um Decreto em que proíbe o “*culto*” de Confúcio, como se este estivesse inserido num contexto religioso, e o “*ritual dos antepassados*”, como se este se inserisse nalgum contexto de bruxaria.

Magalhães foi um dos que contrariou estas medidas, por elas representarem uma completa ignorância da cultura confucionista e chinesa.

Sabemos o resultado destas controvérsias que levaram à suspensão, graças ao bom senso, temporária, mas de várias décadas da Ordem dos jesuítas.

Quem leu e estudou Confúcio sabe bem que este homem era *areligioso* e fundamentalmente um *civilista*.

Em suma, os portugueses entenderam, antes de muitos, a cultura da China e, em certas alturas da história, defenderam-na contra a ignorância de parte do Ocidente.

Vemos hoje que em Macau existe uma Praça que se chama “*Companhia de Jesus*”

a lembrar o papel que os jesuítas desempenharam nas relações entre Portugal e a China.

Mas não me quero deixar levar pela minha formação em história e olhemos para os nossos dias.

O nosso diálogo assenta hoje em mais de 30 Acordos, assinados depois do 25 de abril de 1974 e do estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China. Esses Acordos cobrem os mais vastos domínios, a Cultura, a Ciência, a Tecnologia, a Saúde, o Turismo, o Investimento, e entre eles está a chamada *Declaração Conjunta*, que solucionou amigavelmente a integração de Macau na RPC, no quadro do princípio, que Deng Xiao Ping criou, *Um País Dois Sistemas*. Por outras palavras, o nosso diálogo assenta em múltiplos pilares.

Ainda quando da visita do Presidente Xi Jing Ping a Portugal, em 2018, foram assinados mais 17 acordos e um no âmbito da chamada *Uma Faixa Uma Rota* ou também chamada *Nova Rota da Seda*.

Assim, o nosso diálogo continua para além do bilateralismo convencional, hoje através de Macau numa plataforma que engloba não só o *Projeto da Grande Baía*, mas que, através do *Forum de Macau*, adquire uma dimensão multicontinental, designadamente com os PALOPs.

Este diálogo, por se assumir em primeiro lugar como *cultural* – no sentido mais lato do conceito - coloca-se acima da circunstância internacional envolvente, nomeadamente acima das tensões atualmente existentes entre as duas grandes potências.

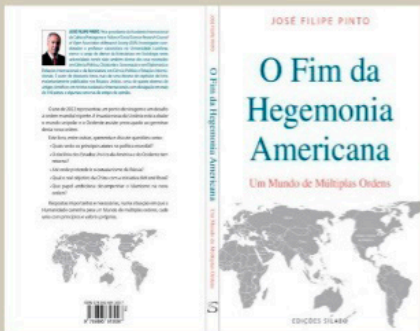
A Ordem Mundial está em plena transformação de Paradigma. Basta olharmos para o alargamento previsto de um novo e importante Ator Internacional, refiro-me ao grupo BRICS. Já na sua configuração dos 5 países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, ele representava mais de 30% do GDP mundial, além de agrupar 42% da população mundial.

Nele encontramos o maior país da América do Sul, membro da CPLP.

Portugal, nesta nova Ordem Mundial que se avizinha, continua a ter uma voz de diálogo com a China, enquanto país e enquanto membro da CPLP.

A China e Portugal, a primeira pela sua experiência globalizante através da Antiga e da nova Rota da Seda e o segundo, através do seu “*Império Sombra*”, legado cultural deixado no mundo, através da sua Expansão Marítima e do seu *Empório Global*, usufruem numa herança comum: um diálogo cultural e humano que resistiu e resiste à *Circunstância* do momento.

SESSÃO REALIZADA NA SALA ALGARVE¹, DE LANÇAMENTO DO LIVRO DO PROF. CAT. JOSÉ FILIPE PINTO² (SGL, em 20MAR23)



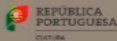
O Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Prof. Catedrático Luís Aires-Barros convida V. Exa. para o lançamento do Livro

"O FIM DA HEGEMONIA AMERICANA. UM MUNDO DE MÚLTIPLOS ORDENS"

da autoria do Prof. Catedrático José Filipe Pinto, no dia 20 de Março de 2023, pelas 17h00, na Sala Portugal.

A obra será apresentada pelos jornalistas Francisco David Ferreira e José Gabriel Quaresma (CNN Portugal), e Rita Rato Nunes (Visão).

RUA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO, 100 – 1150-269 LISBOA



Apresentadores:

Do livro: Dr. José Gabriel Quaresma e Dr. David Ferreira

Resumo do autor

Nótlua do Presidente da SGL, Prof. Aires-Barros sobre o autor

¹ Sessão presidida pelo Senhor Prof. Luís Aires-Barros, presidente da anfitriã SGL e Vogal da AICP,

² Professor Catedrático com Agregação na U. Lusófona. Investigador Coordenador do CICPRIS. Director da licenciatura e do mestrado em Sociologia. Autor de diversas obras, com destaque para a problemática dos populismos e da Europa;

“Guião de apresentação do livro “O Fim da Hegemonia Americana – Um Mundo de Múltiplas Ordens”

Dr. José Gabriel Quaresma, Jornalista

Parte I

Exmos. Srs.
Exmas. Sras.

Hoje sinto-me muito honrado:

Pelo convite do professor José Filipe Pinto

Por estar na Sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, uma casa onde desde sempre se procurou o aperfeiçoamento moral do homem. o caminho em direção à luz e ao bem.

Neste lugar estiveram nomes gigantes. Sinto-me pequenino aqui.

Este livro nasce do desenvolvimento das ideias e das respostas do professor José Filipe Pinto às questões dos jornalistas da CNN Portugal, entre eles eu, desde que começou a guerra na Ucrânia

É mais um dado diferenciador desta obra, mas há mais, muitos mais.

Parte II

O autor professor José Filipe Pinto

Os presentes conhecem a vida/obra do professor que é mais do que isso, investigador, analista, homem bom

Escreveu 16 livros – mais de 10 capítulos de livros nos EUA – 40 artigos científicos -centenas de artigos de opinião – tem frequentes intervenções na televisão e nos outros meios de comunicação social

Agora: **O Fim da Hegemonia Americana – Um Mundo de Múltiplas Ordens**

Parte III

Apresentação do livro

Livro que me foi autografado:

“ao José Gabriel Quaresma como agradecimento por ter aceitado apresentar a obra – que privilégio – e com a certeza de que continuará a ser uma das minhas referências jornalísticas,”

Fico estarecido perante tamanho elogio vindo de alguém como o professor José Pinto, não sou merecedor

Referi a dedicatória, mas mesmo antes dela há um texto que vou citar:

“na definição da nossa época, entre os factos históricos, verificamos que não há coincidência geral entre o espaço partilhado e o tempo memória que em tantas parcelas do mundo único é realmente diferente”

Quem assina este texto é o nosso estimado e saudoso professor doutor Adriano Moreira, um dos ilustres que nesta casa sempre foi luz bondosa e sapiente

Este livro é o redesenhar do novo mapa do mundo política, económica, financeira e estrategicamente, mas é um livro diferente da maioria não só devido a esse aspeto, mas a um outro...não tem prefácio

Parte IV

Adriano Moreira vs José Filipe Pinto

O professor Adriano Moreira não é só uma referência eterna da nossa cultura, da bondade, do amor, do saber

Era muito próximo do autor. Por isso o livro não tem prefácio, porque o professor Adriano Moreira seguiu em direção à eternidade no dia 23 outubro do ano passado

O autor, em mais um ato de relevo e de dignidade, decidiu homenagear o seu mentor desta forma, sem prefácio

Ambos discutiram o conteúdo deste livro minuciosamente sob o olhar clínico de Adriano Moreira

Uma semana antes da morte – na última visita - o autor cruzou se com o cardeal-patriarca Dom Manuel Clemente em casa de Adriano Moreira

A lucidez já não era a mesma, mas Adriano Moreira meneou a cabeça. Concordava com tudo. percebeu o cerne deste livro

E quis saber mais...pediu para o autor explicar, por exemplo, o envolvimento da igreja ortodoxa russa na política de Putin e que falasse sobre a ideia de um mundo de múltiplas ordens

Parte V

As inquietações e as incertezas

O mentor (Adriano) do autor (José Filipe Pinto) ficou desconfortável com dois aspetos que este livro tão bem demonstra:

- os dois principais princípios da ONU estavam a ser postos em causa se calhar de forma definitiva..."*o mundo único*" e "*terra, casa comum da humanidade*"

Adriano Moreira estava feliz... mas a temática incomodava-o, como a todos nós.

Como todos nós, receava pelo futuro da Humanidade

Ele está de facto em risco e a prova está exatamente contida neste livro "Um Mundo de Múltiplas Ordens"

Diz o autor: "face aos desígnios de Deus publico este livro sem prefácio, na convicção de que, lá do alto, o Senhor Professor abanará a cabeça em sinal de aprovação."

Todos acreditamos que sim

Parte VI

O Fim da Hegemonia Americana – O Mundo de Múltiplas Ordens

O mapa-mundi que víamos nas paredes das escolas antigamente mudou. A escolha do centro do mundo decorre de interesses próprios e nem o progresso consegue alterar isso

A decisão dessa escolha obedece a outra ordem, a do foro civilizacional. Um dado a ter em conta neste livro

O ano que terminou...2022, representou um ponto de viragem e um desafio à ordem mundial vigente

Sem ser oficialmente anunciada estamos na terceira guerra mundial

Einstein dizia: não sei como será a terceira guerra mundial. Espero que a quarta não seja com paus e pedras

Esperamos todos...por isso ler esta obra permite começarmos a entender que tudo mudou e continuará a mudar na nova ordem ou nas novas ordens mundiais

Parte VII

As grandes questões

Este livro apresenta e discute várias questões ligadas ao título do livro

Quais serão os principais atores na política mundial?

O declínio dos EUA e do Ocidente tem retorno?

Até onde pode ir o eurasianismo da Rússia?

Qual o real objetivo da China?

Que papel ambiciona desempenhar o islamismo na nova ordem?

Perguntas que aqui nesta obra têm as respostas importantes e necessárias

Estamos numa situação em que a Humanidade caminha para um mundo de múltiplas ordens, desde o dia 20 de fevereiro do ano passado. Recordo-me, foi a uma quinta-feira que o mundo começou a mudar. Foi o início da invasão da Ucrânia

Cada nova ordem tem princípios e valores próprios

Parte VIII

A Nova Ordem e o declínio dos EUA (as respostas)

A Rússia invadiu a Ucrânia e o mundo unipolar abalou

O Ocidente assiste preocupado – e até um pouco desorientado – ao germinar desta nova ordem ou ordens

O livro aborda as teorias da transição num mundo globalizado

A ordem euroasiática – do euroasianismo clássico ao de Putin

Voltamos à rota da seda séculos depois: a China e o expansionismo de Xi Jinping

Oo sharp power do novo czar – o conceito – e o sharp power chinês

O Ocidente – a ordem liberal – mas o Ocidente é agora uma questão pouco pacífica

A ordem islâmica – a religião/secularismo – será uma realidade próxima?

A nova ordem mundial – o mundo de (todas estas) múltiplas ordens

Parte IX

Final

Este livro não ter prefácio pelos motivos que mencionei no início, mas, também não terá fim. Não pode ter.

É uma decisão ajustada à realidade que vivemos, mas também porque, à semelhança do caminhar de António Machado, o investigador continuará a fazer o seu caminho na esperança de captar o sentido da nova ordem mundial

Mas também porque, como afirmou Popper, todo o conhecimento é temporário
A Humanidade volta a enfrentar um enorme desafio
Há 3 ordens já nítidas e uma em processo de formação, pouco pacífico
Este é o enorme desafio que coloca em causa os princípios do “mundo único” e da “terra, casa comum da humanidade”

Uma troca por um mundo de múltiplas ordens que irá espalhar esse mundo com o consequente fim da hegemonia americana

Uma realidade a que não é alheia a memória dos povos
Tenhamos memória...

Parte x

Conclusão

Exmos. Srs. e Exmas. Sras.

Apresento-vos o livro **O Fim da Hegemonia Americana – Um Mundo de Múltiplas Ordens**

Termino como comecei:

“na definição da nossa época, entre os factos históricos, verificamos que não há coincidência geral entre o espaço partilhado e o tempo memória que em tantas parcelas do mundo único é realmente diferente” - professor Adriano Moreira

Muito obrigado por terem vindo e por terem escutado estas palavras singelas, mas sinceras

Dr. Francisco David Ferreira, Jornalista

Quando o Professor José Filipe Pinto, a propósito da apresentação do novo livre, me concedeu um acesso prévio ao trabalho *O Fim da Hegemonia Americana - Um Mundo de Múltiplas Ordens*, dois capítulos suscitaram imediatamente a minha curiosidade, sobretudo pelo contexto actual que acompanhamos com atenção no fluxo noticioso diário - e que o Professor gentilmente comenta na antena da minha estação, a TVI / CNN Portugal.

Os capítulos em causa: *A Ordem Euroasiática* e *A Ordem da Rota da Seda*. Começo por partilhar algumas reflexões sobre o primeiro, com base no texto do autor.

No livro *Beyond Crimea: The New Russian Empire*, de Agnia Grigas, há uma ideia fundamental. Vladimir Putin (e a estrutura da Rússia) receiam de forma clara as revoluções e mudanças profundas que acontecem nos países do chamado espaço soviético. Primeiro, porque isso significa perda de influência de Moscovo. E isso é evidente na postura do Kremlin relativamente aos acontecimentos políticos na Geórgia em 2003, no Quirguistão em 2005, e, claro, na Ucrânia em 2014. São apenas alguns exemplos para ilustrar a problemática.

Ora, as preocupações russas, além da questão da esfera de influência já referida, estendem-se a outros pontos estratégicos. Desde logo, os motivos económicos, muito ligados também ao acesso a recursos naturais de uma forma mais competitiva. A isso junta-se a exportação, porque há um conjunto de países que são vistos por

Moscovo como fundamentais na construção de ligações comerciais a outros países. A título de exemplo, os portos da Ucrânia ou as questões do gás natural. Os portos ucranianos que, diga-se, são uma plataforma para o médio oriente, para a zona dos Balcãs, também para a zona oriental do Mediterrâneo...

Destaca-se também a questão da União Europeia, e faço aqui a ligação com a obra de José Filipe Pinto. Para uma série destes países do Leste e do espaço pós-soviético, a UE pode ser uma aposta interessante por motivos económicos. Vimos isso nos países do Báltico, e, portanto, essa é uma clara preocupação para Moscovo - a perda de influência... na sua suposta zona de influência. Faço então a ligação ao livro *O Fim da Hegemonia Americana*. José Filipe Pinto fala numa "tripla escolha de identidade" para a Rússia - a escolha entre ser um país europeu que segue um caminho de desenvolvimento não ocidental, seguir o caminho do desenvolvimento ocidental enquanto país europeu, ou ser um país simplesmente não europeu. E acrescenta, e cito: «a definição da Rússia como pertencente a uma civilização era sempre feita em relação à Europa como critério, nunca com a Ásia».

Esta é uma ideia que me parece particularmente importante de sublinhar. A Rússia é (ou será?) uma potência europeia ou euroasiática? Persegue o espaço de influência a olhar para a Bielorrússia e Ucrânia (Estónia, Letónia e Lituânia são espaço já perdido), ou terá que olhar essencialmente para os países asiáticos da antiga URSS, com do Azerbaijão ao Cazaquistão? Este é um aspecto fundamental para perceber o momento actual.

Ainda sobre a questão russa, José Filipe Pinto recorda as palavras de Anatoly Sobchak, quando se refere em 1992 às fronteiras da URSS - defende que as Repúblicas que denunciaram o Tratado da URSS de 1922, deviam "regressar às fronteiras que tinham antes de aderirem à União Soviética". Ou seja, e olhando também para Vladimir Putin, todas as aquisições territoriais estão sujeitas a negociar, discutir, uma vez que "a base foi revogada". Ou seja, acrescenta José Filipe Pinto, "as fronteiras actuais de vários países do antigo Bloco de Leste não correspondem às suas fronteiras históricas. Um dado passível de vir a estar na origem de conflitos entre esses países, sobretudo se houver a confluência de outros fatores.". Um alerta importante, com um olhar sobre o passado: a questão da Geórgia em 2008. Nesse momento, a Rússia mostrou-se determinada a mostrar que estava preparada para usar a força no sentido de defender os seus interesses na Eurásia pós-soviética.

Abordando agora a questão da China e a chamada Nova Rota da Seda, José Filipe Pinto faz questão de sublinhar a preocupação militar americana com o evidente crescimento chinês - a todos os níveis. Faz até referência ao relatório do *RAND Arroyo Center's Strategy, Doctrine, and Resources Program*, onde surgem vários cenários numa escala descendente, tendo em conta os interesses chineses. Passo a citar os quatro pontos:

"1. China triunfante, em que Pequim é notavelmente bem-sucedida na realização da sua grande estratégia;

2. China ascendente, em que Pequim é bem-sucedida na realização de muitos, mas não todos, os objetivos da sua grande estratégia;

3. China estagnada, em que Pequim não conseguiu atingir os seus objetivos a longo prazo;

4. China a implodir, em que Pequim é cercada por uma multiplicidade de problemas que ameaçam a existência do regime comunista."

A pergunta que faço, e que deixo para a reflexão de José Filipe Pinto: em que medida o actual cenário internacional pode ter uma influência directa nos cenários avançados no relatório? E isso significa o quê para a posição americana, com os EUA tão preocupados com a situação chinesa?

Tendo isto em conta, José Filipe Pinto deixa mais pistas, sobretudo quando se fala de um mundo de múltiplas ordens que se desenha inequivocamente nesta fase. Tendo em conta a evolução estratégica da China, pode o mundo multipolar evoluir para uma hegemonia bipolar, “atendendo à superioridade que os Estados Unidos e a China já estão a evidenciar face aos demais países”? É uma possibilidade, admite o autor. Mas, e socorrendo-se de Flockhart, pergunta se estamos ou não perante um cenário de múltiplas parcerias, mas que assente no internacionalismo liberal, uma hegemonia liberal? Mas sobre esta reflexão, deixo a questão. É ou não possível um sistema de parceria entre o liberalismo e o espaço de orientação socialista e comunista, encabeçado naturalmente pela China? Ou é um cenário tão novo que se faz demasiado improvável?

Fecho com mais uma citação do livro, que resume também aquele que é o pensamento de José Filipe Pinto: “depois da longa bipolaridade EUA-URSS, e da curta unipolaridade da Terra do Tio Sam, parece ter chegado a vez de a nova ordem mundial assumir a pluralidade. Um processo ainda em construção. Nem todos os centros decisores estão completamente definidos.”.

Estaremos atentos às diferentes potências regionais e a capacidade que podem ter para influenciar todo este processo de transformação, como também refere José Filipe Pinto.

Apresentação do Livro (pelo autor)

Prof. José Filipe Pinto, Vice-presidente da AICP

Esta é uma ocasião em que o papel do autor do livro fica simplificado. Manda a tradição que praticamente se limite a agradecer e a tecer alguns comentários, necessariamente breves, sobre pormenores relacionados com a investigação.

Como não quero quebrar a tradição, começo por agradecer ao Senhor Professor Luís Aires-Barros, digníssimo Presidente da Sociedade de Geografia, não só por presidir à cerimónia, mas também por ter autorizado que a mesma se realizasse na Sala Portugal. Uma honra para alguém que nunca sonhou ver um livro da sua autoria ser apresentado na sala onde, em 1964, decorreu a sessão inaugural do I Congresso das comunidades filiadas na cultura portuguesa.

Agradeço também à Rita Rato Nunes, ao Francisco David Ferreira e ao José Gabriel Quaresma por terem aceitado apresentar a obra, bem como ao António Vieira e ao Rui Loura cuja magistratura de influência contribuiu para compor este excelente painel. Não posso deixar de reconhecer que os jornalistas foram importantes na fase da revisão final deste livro, pois muitas das questões que me colocaram revelaram-se úteis para uma última reflexão sobre um trabalho de investigação iniciado há quase nove anos. Mais uma prova que abona no sentido da pertinência de uma comunicação social livre e bem preparada.

Este é um trabalho que, seguindo a regra da vida habitual desde há meia-dúzia de anos, a Sílabo fez questão de publicar. Por isso, agradeço ao Dr. Manuel Robalo e penitencio-me por algumas marcas académicas com as quais o mercado não convive bem. Na verdade, malgrado as sucessivas sugestões nesse sentido,

assumo que continuo a ter dificuldade em encontrar o meio-termo entre a música clássica e a música popular. Uma imagem feliz da responsabilidade do Dr. Manuel Robalo. Maquiavel ensinou que “para conhecer bem a natureza dos povos, convém ser príncipe, e, para conhecer bem a dos príncipes, ser popular”, mas, mesmo não sendo príncipe, não me é fácil traduzir em palavras simples uma realidade complexa.

Agradeço, igualmente, aos presentes. Todos são importantes para mim, mas julgo que perceberão que não posso deixar de agradecer a presença da Dra. Mónica Mayer Moreira, a esposa do Senhor Professor Adriano Moreira. Sei que deveria dizer «a viúva», mas ainda não me consegui habituar à palavra porque continuo a sentir a presença do Mestre no que digo e escrevo. Aliás, como conto na nótula introdutória, foi com o Senhor Professor, frequentemente na presença da Dra. Mónica, que discuti a ideia-chave deste livro. Uma ideia que, desde o início, senti que despertava o seu interesse e curiosidade, mas que lhe causava preocupação. Percebeu que as grandes cartas de princípios, escritas por mãos ocidentais para um mundo que começava a falar a diferentes vozes, corria o risco de perder validade e de colocar em causa os dois princípios da ONU: o Mundo Único e a Terra Casa Comum da Humanidade. Uma situação que o entristecia e sobre a qual as suas perguntas nunca paravam. Percebi que queria salvar a esperança. A tarefa de uma vida. Não estou seguro de ter contribuído para o tranquilizar na fase em que se preparava para a viagem para a outra dimensão.

Agradeço, também à Universidade Lusófona, a minha casa neste século. É bom ver na assistência tantos daqueles – alunos, dirigentes com funções académicas e administrativas, colegas, funcionários - que fazem parte da minha vida quotidiana. Uma palavra especial para o Senhor Administrador, Professor Manuel de Almeida Damásio porque foi ele que, por sugestão do então Reitor Fernando dos Santos Neves, me franqueou as portas da instituição e, mesmo nas situações mais adversas, quando, em nome do reforço da qualidade do processo de ensino/aprendizagem, foi preciso tomar decisões difíceis, mas inadiáveis, me apoiou sempre. Sem o seu suporte, não teria logrado a disponibilidade intelectual para continuar a tentar afastar a espuma dos dias na tentativa de me aproximar da realidade dos tempos.

Um último agradecimento para a minha família. Com o Senhor Professor aprendi que, na fase de emigração, Portugal tinha uma dívida para com as viúvas de homens vivos. No meu caso, tenho a perfeita consciência de que não é fácil ser esposa, filha ou neta de alguém com uma agenda tão preenchida e que, com demasiada frequência, mesmo quando está presente, não consegue afastar totalmente o pensamento da dimensão investigativa.

Não me desejo alongar, mas quero que saibam que a investigação que conduziu a este livro exigiu um pouco mais de oito anos. Tudo começou com a invasão russa da Crimeia. Depois passou por muitas horas de leitura, pela orientação de dissertações de mestrado sobre a política externa da Rússia e da China e por trabalho de campo em Xangai e em vários países do antigo Bloco de Leste. A parte mais fácil foi a escrita porque consistiu apenas em ditar para o papel a construção que já morava na cabeça.

A exemplo de Almeida Garret, que transformou uma viagem real ao Vale de Santarém em muitas viagens produto de reflexão, também eu ousei traduzir em livro algumas das minhas viagens pelos países e pelas bibliotecas. Uma viagem preocupada. Uma tentativa de salvar a esperança. O Mestre merece. Quanto ao livro, cabe-vos a vós a avaliação.

Obrigado

NÓTULAS SOBRE UM LIVRO QUE OBRIGA A PENSAR

Prof. Luís Aires-Barros, Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa

Na minha posição de Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) tenho presidido ao lançamento de vários livros, fazendo, sempre, muito breve enquadramento das obras, quer na vida socio-cultural dos seus autores, quer ainda sobre a ligação entre o livro em causa e o mundo em que vivemos.

É sempre um prazer realizar e cumprir esta função que obriga ao estudo de várias facetas que têm as obras sobre que opinamos e os seus autores exigem.

Conheço José Filipe Pinto há uns bons 20 anos quando as minhas relações com o Prof. Adriano Moreira se acentuaram.

O Prof. Adriano Moreira presidiu à SGL de 1964 a 1974 deixando a sua marca indelével na instituição. Depois, a partir de 1977 a sua ligação com a SGL foi sempre muito intensa. Com ela muito beneficiámos.

Foi durante esta minha vivência com Adriano Moreira que fui chamado a observar a caminhada cultural de José Filipe Pinto. Depois, na altura do seu doutoramento, o recém-falecido professor João Pereira Neto, um dos arguentes da sua tese de doutoramento, falou-me com interesse no hoje professor catedrático José Filipe Pinto.

É algo entusiasmante assistir à evolução crescente de alguém que se dedica a obter mais e mais conhecimento e aprofundar os conhecimentos com sólidos suportes.

Como “ocidental” leio este livro com preocupação. Como interessado na vivência religiosa dos povos, é perplexo procurar compreender o que se está a passar no Médio-Oriente (em sentido amplo).

Verificamos como a Geografia de mão dada com a História e a vivência do transcendente move os povos para o incompreensível. As rotas geográficas mantêm-se (até os portugueses andaram por elas), a sua perenidade é extraordinária. Por elas, o Homem, vem se deslocando a pé, de cavalo, pelos mares e pelos ares. O Homem, ao muro, ou à espadeirada, com canhões, ou mísseis e drones pelos mesmos mares e ares e percorrendo os mesmos belos rios persiste no seu louco vaivém. Contem-se os países e as cidades que assistiram a tantas guerras, como o Danúbio e outros belos rios.

Será que o tempo, o espaço e a perenidade da “nossa casa” se pulverizam, voltando tudo ao início?

Ler o livro “O fim da hegemonia americana. Um mundo de múltiplas ordens” obriga-nos a refletir sobre hoje e o amanhã, mas nunca esquecendo o fulgor, a perenidade (?) do belo mundo greco-romano-europeu.

Meu caro Prof. José Filipe Pinto, aqui estão umas descoloridas notas, com a minha estima, pedindo-lhe que não se canse de pensar e escrever.

SESSÃO CONJUNTA AICP-ALB DE ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE MEMBRO HONORÁRIO DA ACADEMIA DE LETRAS DE BRASÍLIA

“Aos Confrades e Amigos”¹

Prof. José Carlos Gentili²
(Presidente Perpétuo da Academia de Letras de Brasília)

Em 8 de Maio do ano fluente (2023) – Dia da Vitória -, as instituições: Academia de Letras de Brasília e Academia Internacional da Cultura Portuguesa, liderada pela diplomata Maria Regina Mongiardim, realizaram importante reunião para entrega de título de Membro Honorário da primeira ao Almirante António Rebelo Duarte.



Foto da entrega do título, com a presenças, da esquerda para a direita, de: Senhor Embaixador do Brasil em Portugal, Raimundo Carreiro Silva, jornalista Prof. Alexandre Garcia, Prof. José Carlos Gentili, presidente da AICP, Prof.ª Maria Regina Mongiardim e do titulado, V/Alm. Rebelo Duarte, vogal do seu Conselho Académico

¹ Atribuição do título de Membro Honorário pela ALB, representada pelo seu presidente perpétuo Prof. José Carlos Gentili, ao V/Alm. REF António Rebelo Duarte, vogal do Conselho Académico da AICP. A cerimónia contou ainda com a presença do Senhor Embaixador do Brasil em Portugal, Raimundo e do jornalista Prof.

Alexandre Garcia;

² Presidente de Honra Perpétuo da Academia de Letras de Brasília; Cidadão Honorário de Brasília; Membro da Academia de Ciências de Lisboa e Académico Correspondente da AICP;

I – Agradecimentos protocolares.

Embaixadora Maria Regina Mongiardim
Embaixador Raimundo Carreiro Silva
Almirante António Carlos Rebelo Duarte

Saúdo, também, as autoridades aqui presentes e representadas, senhoras e senhores, que compõem esse seletó auditório.

A Academia de Letras de Brasília, neste dia 8 de maio de 2023, Dia da Vitória, na sede da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, tem a honra de outorgar o título de Membro Honorário ao Vice-almirante António Carlos Rebelo Duarte, anterior presidente desta Casa da Cultura.

Navegar é preciso!

A célebre frase “Navegar é preciso, viver não é preciso” foi utilizada pelo general romano Pompeu, que viveu entre 106 e 148 anos a.C. para encorajar seus marinheiros temerosos de viajar durante a guerra, segundo relato de Plutarco. Mesmo sendo escrita em grego sua forma eternizada é latina: “*Navigare necesse, vivere non est necesse*”. Assim está grafada no brasão de Hamburgo, cidade alemã, antiga sede da Liga Hanseática.

Hoje, ela é rememorada em homenagem a um homem da Marinha de Portugal – Almirante António Carlos Rebelo Duarte –, dedicado aos mares da cultura e da inteligência do ser humano.

Essa entidade cultural, que foi dirigida pelo homenageado Almirante António Carlos Rebelo Duarte, tem como escopo, além de outros, o “fomento de esforços tendentes à investigação da expansão da Cultura Portuguesa no mundo, particularmente no que se refere às comunidades sediadas fora do Território português”.

Eis o que rege o Estatuto da Casa de Adriano Moreira, ora presidida pela Excelentíssima Embaixadora Maria Regina Mongiardim!

O saudoso Adriano Moreira – ex-Ministro de Além-mar – e o galardoado António Carlos Rebelo Duarte –, amigos, desenvolveram notável trabalho de integração com a Academia de Letras de Brasília, irmanados sob a égide da lusofonia e conscientes da importância vital das raízes comuns da Língua de Camões.

Daí, o reconhecimento verdadeiro e justo da coirmã brasileira, a outorgar-lhe título e medalha de Membro Honorário, vez que Adriano Moreira já o recebera em memorável solenidade na Embaixada do Brasil, em Lisboa.

Do extenso *curriculum vitae* de serviços prestados pelo Almirante Duarte, pontifico a sua participação por quase um lustro na Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, também designada de North Atlantic Treaty Organization – NATO.

Estamos frente a um poliglota, estrategista internacional, que honra Portugal e seu almirantado no desempenho de funções estratégicas e culturais, mundo afora!

Sucintamente, de forma brevíssima, eis esse antigo integrante do navio-escola Sagres a navegar pelos mares do mundo, inclusive pela Terra Brasilis.

Deve-se registrar que o novo académico vem a compor uma plêiade de notáveis confrades, a partir de Arnaldo Niskier e. Evanildo Cavalcante Bechara, ambos membros da Academia Brasileira de Letras ABL; do saudoso gramático João Malaca Castelleiro, da Academia do Duque de Lafões- ACL; do filólogo Deonísio da Silva, partícipe da Academia Brasileira de Filologia- ABF; do notável escritor Artur Anselmo, da Academia das Ciências de Lisboa, e do saudoso e particular amigo Adriano

Moreira, ambos membros da Academia das Ciências de Lisboa- ACL; além de Derek Alton Walcott— Prémio Nobel de Literatura.

Acresça-se que a entidade tem como Patrono a figura do maior estadista do país — Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, um homem probo e inatacável, que fundou a Nova Capital da Nação, transferindo a sede litorânea para a hinterlândia brasileira.

Verdadeiro sonho preconizado por Dom Bosco, em 1883, ao afirmar que entre os paralelos 15º e 20º nasceria uma cidade, onde jorraria riquezas mil a promover profundas modificações no processo civilizacional da antiga Terra de Vera Cruz.

Desde os seus primórdios, a Academia de Letras de Brasília desenvolveu um trabalho de integração nacional, bem como expandiu suas relações culturais e literárias com a Academia das Ciências de Lisboa, com a qual mantém vínculo científico e linguístico. Igualmente, interligou-se com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — CPLP, sob o amparo do Excelentíssimo Senhor Embaixador Murad Isaac Miguigy Murargy.

Igualmente, passou a integrar os Colóquios da Lusofonia e o Museu da Língua Portuguesa, em Bragança, no qual participamos na condição de Membro do Conselho Consultivo.

Desde os seus primórdios, foram estabelecidos laços de integração com a Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Dáí, o reconhecimento da coirmã brasiliense, em conceder-lhe título e medalha de Membro Honorário, que ora se perfaz.

Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem sois, é manifestação solar de Johann Wolfgang von Goethe.

Os liames institucionais alcançaram também a Svenska Akademien, em Estocolmo, na Suécia, entidade concedente do Prémio Nobel de Literatura; época, pontificada pelo Secretário-Geral Odd Zschiedrich, ora guindado à condição de Mestre de Cerimónias da Casa Real, cuja rainha é a teuto-brasileira Sílvia Renata Sommerlath.

É de conhecimento geral, que observados os ditames legais, especialmente o do silêncio absoluto da indicação, a Academia de Letras de Brasília, formaliza/ anualmente, a indicação de um nome das Letras brasileiras, como candidato ao Prémio Nobel de Literatura a feitura de centenas de outras instituições somente até agora concedido a José Saramago, navegante dos mares de Camões taxativo ao afirmar de forma peremptória: “NÃO EXISTE A LÍNGUA PORTUGUESA! EXISTEM LÍNGUAS EM PORTUGUÊS.”

A Casa de Cultura da Capital da Esperança, no dizer de André Malraux, passou a estreitar seus laços com a Academia Internacional da Cultura Portuguesa- AICP, então presidida pelo Excelentíssimo Almirante António Carlos Rebelo Duarte, amigo comum do saudoso Adriano Moreira, fundador da instituição, onde nos encontramos.

Adriano Moreira sempre foi taxativo ao afirmar que: “A LÍNGUA TRANSPORTA VALORES.”

A propósito, recordemos que Adriano Moreira, em determinada época, viveu no Brasil, quando estendemos o tapete de abraços da amizade transoceânica, a proporcionar-lhe trabalhos e representatividade junto às universidades brasileiras, que se viram robustecidas pela sua inteligência invulgar e seu descortino geopolítico.

Em 1966, a Universidade de Brasília concedeu-lhe o título de Doutor Honoris Causa, onde já me encontrava, desde 1962, vez que tivemos o raro privilégio de ser o primeiro aluno do corpo discente. Adriano Moreira era um estadista!

Um cidadão cuja inteligência e grandeza cívica pairavam acima de patamares da politicagem vã e de arrufos insensatos de natureza ideológica.

Tanto é que a Academia de Letras de Brasília convidou-o a promover a abertura do Simpósio Internacional Linguístico-Ortográfico da Língua Portuguesa, evento magno que reuniu cabeças pensantes na discussão do polémico Acordo Ortográfico AO 90, até hoje incompleto.

Assim, também, Excelentíssima Senhora Embaixadora Maria Regina Mongiardim — Adriano Moreira e António Carlos Rebelo Duarte, trouxeram-me para o recanto dessa Casa de Cultura, facto que honrou e dignificou Brasília uma vez que, desde antes de sua fundação, em 1960, já me encontrava no então Quadrilátero Cruls.

Ao finalizar, relembro o saudoso médico e renomado escritor português Júlio Dantas, que presidiu a Academia das Ciências de Lisboa por meritórios vinte e sete longos anos, de quem recolho esse lapidar e professoral adágio:

O QUE É MAIS DIFÍCIL NÃO É ESCREVER MUITO; DIFÍCIL É DIZER TUDO/ESCREVENDO POUCO.» MUITO OBRIGADO!

“BRASIL E PORTUGAL NA COMUNIDADE DE INTERESSES DA CPLP”¹

V/Alm. REF. António Rebelo Duarte²

ESTRUTURA

I – Agradecimento

II – Um ausente presente nesta cerimónia

III – Brasil, do gostoso recuo ao passado (1965) aos contactos até ao termo da carreira naval (2011)

IV – CPLP com vista de Portugal para Brasil, África e Ásia

V – Um olhar e um balanço da ligação histórica (Brasil e CPLP)

VI – Notas finais

I – Agradecimento

As minhas primeiras palavras vão para o “mensageiro” da concessão deste honroso título de membro honorário da Academia de Letras de Brasília (ALB), seu proeminente presidente perpétuo e meu prestimoso amigo, o Prof. José Carlos Gentili, Académico Correspondente Estrangeiro da nossa Academia Internacional da Cultura Portuguesa (AICP).

Para esta distinção, que muito me sensibiliza, só encontro uma explicação: a grande generosidade própria de um coração cristão, como o do nosso Académico, Prof. José Carlos Gentili.

Agradeço também à nossa Presidente, Prof.^a Maria Regina Mongiardim, por ter acolhido e presidido a esta cerimónia, um agradecimento que estendo aos nossos Académicos, Amigos, Convidados e Camaradas e Colegas, pela sua reconfortante presença e companhia. Bem hajam!

Permitam-me que saúde e dê as boas-vindas, muito em especial, ao Senhor Embaixador da República Federativa do Brasil. Mui grato com a sua aconchegante presença e simpática companhia, Senhor Embaixador Raimundo Carreiro, com o meu sincero apreço pela sua exemplar entrega ao serviço da “causa” e “coisa” públicas, como tive a oportunidade de constatar ao ver o seu percurso curricular.

II – Um ausente-presente nesta cerimónia

Poderá surpreender-vos o porquê desta relação “patrono-agraciado”. A resposta é simples e directa: tem a chancela do nosso comum amigo, o Prof. Adriano Moreira, que já não está connosco, mas a admiração e amizade, que lhe devemos, perdurarão sempre.

¹ Comunicação apresentada na cerimónia de atribuição do título de Membro Honorário da Academia de Letras de Brasília, das mãos do seu presidente perpétuo, Prof. José Carlos Gentili;

² Vogal do Conselho Académico da AICP. Anterior presidente da AICP e do Instituto D. João de Castro. Membro Emérito da Academia de Marinha. Professor convidado do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (2009-22); Membro da direcção da SGL;

Homenageando-o “*in memoriam*”, direi que, de facto, a presente sessão é uma consequência do seu papel fundador e acção sempre atenta ao leme do destino da nossa Academia, que fundou e orientou entre FEV1965 e 23OUT2022, aquando do seu falecimento.

Provavelmente, insistirão na pergunta: mas porquê estas duas pessoas nesta particular sessão? Tudo começou em regulares visitas a casa do Prof. Adriano Moreira, já então debilitado, mas ainda com a lucidez para me sensibilizar para um assunto que tinha como importante e prioritário: a proposta de admissão à AICP do Prof. Académico José Carlos Gentili, a secundar a sua anterior eleição para Académico brasileiro da Classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa (ACL).

De facto, a sua entrada nesta Academia deve-se ao nosso comum amigo, Prof. Adriano Moreira, ao “*sugerir-me*” (entre aspas) a sua entronização como Académico Estrangeiro. Obviamente que me prontifiquei, de imediato, a diligenciar no sentido de correspondermos ao desejo do nosso fundador, até porque sabedor da relação que ambos tinham fortalecido na terra de acolhimento do professor português forçado ao exílio por saneamento do exercício de funções públicas na Universidade portuguesa, por atropelo danoso de mais uma obscenidade do nosso PREC do 25ABR1974.

A Academia accionou, desde logo, os preceitos estatutários, prometendo ao proponente da candidatura cumprir com lealdade a sua justa e indisfarçável vontade. E assim aconteceu! Tive o privilégio, em 13MAI22, de presidir à sessão da sua tomada de posse na nossa Academia e o prazer de escutar a respectiva comunicação, curiosamente, mas não por acaso, no ciclo de homenagem ao feito dos aviadores navais, Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Imaginem facilmente que um desejo de Adriano Moreira, deveria ser rapidamente concretizado pela AICP, na referida data, com a entrega do diploma de Académico Correspondente, na sequência da sua excelente conferência intitulada “*SAGA DAS NAVEGAÇÕES. Um povo mítico e inovador*”, integrada no mencionado ciclo comemorativo do Centenário da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul, que decorreu entre 06ABR e 08JUN22, sob a organização conjunta das Academias de Marinha (coordenadora do projecto), Portuguesa de História (APH), de Ciências de Lisboa (ACL), Nacional de Belas-Artes (ANB-A), e das Sociedades de Geografia de Lisboa (SGL) e Histórica da Independência de Portugal (SHIP) e da Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), em homenagem aos destemidos aeronautas.

Essa sessão de entronização do Prof. Gentili foi, para mim, um momento alto, a nível pessoal e institucional, por um duplo motivo: o privilégio de partilhar o púlpito com o novo membro, para falar dos advenientes “*Impactos políticos, diplomáticos e culturais, nas relações Brasil-Portugal*”, na sequência daquele feito épico; mas principalmente porque levei rapidamente a “carta a Garcia” com a notícia do novo recrutamento gostosamente recebida pelo seu grande amigo e proponente, o Prof. Adriano Moreira.

Confirmei, então, a estirpe intelectual e humanista do nosso novo académico José Carlos Gentili, orgulhando-me da amizade, quase que espontaneamente desabrochada entre nós, e que me envaideceu ao tratar-se de um gaúcho pioneiro de Brasília, autor de meia centena de livros publicados, entre os quais e a título de mero e interessante exemplo, “*A infernização do hífen*”, agraciado com o Prémio Antenor Nascentes, da Academia Brasileira de Filologia.

Não admira, pois, que até hoje tenhamos vindo a aprofundar a bilateralidade da relação afectiva, impulsionada pelo genuíno apreço que o Prof. Gentili nutre pelo nosso país e os portugueses.

Este intelectual e escritor, amante de Portugal e das suas gentes, como cedo intui, tem sido o principal responsável por importantes eventos literários, no Brasil e no exterior, de que foi exemplo o Simpósio Internacional da Língua Portuguesa, na Capital Federal, e, que, enquanto na sua presente estadia entre nós, já prepara mais um magno evento, desta feita em MAI2024, em Belmonte, sob a responsabilidade do Fórum Internacional da Língua Portuguesa (FILP), centrado na problemática da língua portuguesa, sob o título: “*A língua é uma só e suas variantes*”.

Uma língua que “*não é nossa, também é nossa*”, como gostava de defini-la o Prof. Adriano Moreira, e que é o símbolo e a marca de identidade comum da enorme família da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), repartida por todos os continentes, uma língua de muitos povos, culturas, literaturas e rumos que se cruzam todos, com a sua pluralidade, numa só língua. Esse foi o reconhecimento inequivocamente consagrado pela aprovação da Assembleia-Geral da UNESCO, em 2019, enquanto uma das principais e mais importantes línguas de comunicação internacional a nível global, tendo sido, a partir de 2020, objecto de celebração pela comunidade internacional no seu conjunto, a 05MAI de cada ano, como o Dia Mundial da Língua Portuguesa.

III – Brasil, do gostoso recuo ao passado (1965) aos contactos até ao termo da carreira naval (2011)

A presente distinção espoletou em mim um particular e saboroso efeito, ao transportar-me ao longo passado, sempre enfaticamente recordado, aquando da fase da juventude. Refiro-me ao agradável contacto com o Brasil, o seu povo e a sua Marinha, por ocasião da minha viagem de instrução no fim do 2º ano do curso da EN em 1965, a bordo do NE “Sagres”, com a participação dos então cadetes e meus camaradas, na celebração do centenário da batalha naval de Riachuelo, travada nas margens desse afluente do rio Paraná, em 11JUN1865, data magna para a Marinha do Brasil.

Permanecemos, na altura, 1 mês em território brasileiro, com saborosas estadias no Rio de Janeiro, Santos (e um salto por estrada, com paisagens lindas, a São Paulo), além da Baía e Recife. A melhor prova do amigo acolhimento, então dispensado, foi a decorrente união matrimonial de 2 camaradas de curso com lindas moças cariocas, julgo que apresentadas no baile de recepção aos cadetes portugueses, realizado na Escola de Guerra Naval.

A minha relação com camaradas da Marinha brasileira prosseguiu bem mais tarde, ao receber na Escola Naval, no Alfeite, em 2000, o Alm. Castro Leal, então responsável pela congénere brasileira, ao acompanhar uma comitiva dos seus cadetes que participaram, durante uma semana, nas nossas *Jornadas do Mar* desse ano, e, pouco tempo depois, outra relação amiga com o Almirante e Prof. universitário, Ruy de Almeida e Silva, desta feita em encontro nos EUA (no *Naval War College*, Newport, Rhode Island), onde frequentámos cursos de pós-graduação e que ainda hoje preservamos a regular ligação “virtual” e presencial, com as suas visitas a Lisboa, como conferencista nos painéis organizados pelo Instituto de Defesa Nacional (IDN) de Lisboa.

IV – CPLP com vista de Portugal para Brasil, África e Ásia

A relação entre Portugal e Brasil tem sido descrita de muitas e variadas formas, expressas, nomeadamente, por: “*laços de sangue*” (como disse D. Pedro I quando,

em 1822, declarou a independência do Brasil); “*relações sentimentais de dois países que se vêem como irmãos*” (como afirmou o Presidente Juscelino Kubitschek quando visitou Portugal em 1960); “*nações irmãs*” (como declarado pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, em 2022, por ocasião do bicentenário da independência brasileira). Hoje, eu acrescentaria “*parentes com lastro familiar de proximidade*”.

Algum acento e retórica nos afectos e na fraternidade têm sido a marca dessa relação fraternal, assim como também não devemos escamotear alguns desencontros, numa espécie de hiato entre intenções e acções, reflectido em adiamentos ou mesmo não concretizações.

Aliás, a evolução desse relacionamento luso-brasileiro tem acompanhado o evoluir dos tempos, com especial realce para as lideranças que abraçaram inicialmente o projecto, como foi o caso, do lado brasileiro, dos presidentes José Sarney (1985-1990) e Itamar Franco (1992-1995), ao apostarem na vertente lusófona e cultural; Henrique Cardoso com uma atitude mais pragmática e valorizadora da vertente económica; Lula da Silva a recuperar a Cooperação Sul-Sul própria da política africana do Brasil dos anos 70, a impulsionar a criação dos BRICS; e, actualmente, a recuperar a política externa autónoma, movida pelos seus próprios interesses, como já teorizava Lord Palmerstone (1784-1865), ao afirmar que os ingleses não tinham “... *amigos eternos, nem inimigos perpétuos, sim eternos e perpétuos interesses*”.

Essa foi a mensagem levada, depois de 2004, 2008 e 2009, na sua recente e 4ª visita a Pequim, de vários dias, em meados ABR23 —, coincidindo com a posse de Dilma Rousseff, a que assistiu, como presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla inglesa) dos BRICS — classificado por Lula da Silva como um banco do Sul Global alternativo ao FMI, num claro propósito de recolocar o seu grande país no centro do palco internacional, bem como à sua exercitada política externa de neutralidade e liderança do chamado “Sul Global”.

Teoricamente, uma “neutralidade equidistante” bem mais fácil no princípio do século, durante os seus dois primeiros mandatos, hoje, quiçá, mais complexa, perante um mundo dramaticamente polarizado e marcado pela rivalidade entre os EUA e a China, exacerbada pela guerra da Ucrânia e a questão taiwanesa.

Com toda a legitimidade, o presidente Lula pretenderá marcar o seu terceiro mandato com o regresso do Brasil ao centro do palco internacional, bem como à velha política externa de neutralidade e liderança do chamado Sul Global, uma estratégia que, na sua óptica, lhe poderá assegurar, simultaneamente, interesses (relações económicas e políticas com os diferentes parceiros estratégicos, como EUA, China e UE) e um desígnio (perfil assinalável na cena internacional). Quanto à exequibilidade do propósito, neste mundo convulso, só o futuro o dirá.

Eventuais dificuldades não impedem a valoração da política externa ensaiada pelo recente governo do presidente Lula da Silva, ao pugnar por um lugar de destaque na geopolítica mundial, a partir das hipóteses que lhe advêm da ascensão da China e do reavivar dos BRICS.

É natural que o Brasil, com a sua importância de país-continente e escala regional, se ache destinado a liderar o Sul Global, o grosso da população mundial, países na maioria não-alinhados quanto à guerra na Ucrânia, que não se identificam com a hostilidade ocidental face à Rússia e que comprem aos russos o que os europeus já não querem comercializar. Por outro lado, não convém menosprezar a dependência do agro-negócio brasileiro da indústria de fertilizantes russa e o papel instrumental da Rússia na construção da tal nova ordem multipolar ou bipolar. A reaproximação

a Pequim forjada por Lula é ainda menos indiferente ao facto de a China ser, de longe, o principal parceiro comercial do Brasil e de ter retomado, recentemente, a importação de carne bovina brasileira. Se se juntar a isso o dinheiro que a “Rota da Seda” poderá fazer jorrar na economia brasileira, fica um pouco mais fácil avaliar os alinhamentos que não podem ser desprezados.

Aqui chegados, ousamos lançar um alerta. Para que tal aposta na frente externa seja bem sucedida, julgamos que terá de passar por um requisito prévio, ou seja, pela resolução dos problemas internos, de índole política, económica e social, que a guerra na Europa, a ascensão da China e o reavivar dos BRICS poderão acrescentar dificuldade à sua materialização, na medida em que o nível de (inter)dependência brasileira relativamente à Rússia e, sobretudo, à China dá a esta questão uma dimensão estrutural.

De regresso às relações bilaterais Portugal-Brasil, iniciadas em 1991, os seus últimos episódios não foram pródigos. Houve, até hoje, 12 cimeiras, com a derradeira a ocorrer em 2016, na altura em que havia cerca de 600 empresas portuguesas ou com capital português no Brasil. Desde aí, registou-se alguma desaceleração a nível político e institucional, não sentida no plano académico e científico, como o comprova a existência, hoje, de cerca 9.000 alunos brasileiros a estudar em universidades portuguesas, sobretudo em Coimbra e em Braga, e cada vez mais portugueses e brasileiros a assinar e a publicar artigos científicos conjuntos.

Quanto à CPLP, é imperativo recordar que, entre todos os países europeus do Império Euromundista da frente atlântica, Portugal foi o único que viu configurar-se o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e a própria CPLP, ideias nascidas em Portugal, mas instituições criadas por iniciativa do Brasil, não podendo esquecer-se a intervenção do Presidente Sarney, a par da forte razão para enaltecer o nome do Embaixador José Aparecido de Oliveira, que deve ser aqui lembrado como o grande maestro destas bem orquestradas realizações.

De sublinhar, ainda, que, apesar das atrás referidas reticências e contratempos, continuamos a pensar que esta plataforma da “irmandade” histórica e cultural, tem potencial para dela se extraírem benefícios e vantagens para o conjunto dos seus membros, já especialmente verificados ao nível da sua representatividade internacional, da aguardada criação de um Banco da Cooperação para fomentar as economias e do incentivo ao direito de pertença dos cidadãos à Comunidade, viabilizado pela aprovação, na Cimeira de Luanda (JUN2021), do acordo-quadro de circulação e mobilidade.

Esperar-se-á, hoje, com o renovado interlocutor, o presidente Lula da Silva, que sejam reanimados os encontros institucionais a nível bilateral e da CPLP.

V – Um olhar pessoal e um balanço da ligação histórica (Brasil e CPLP)

Para além das fraquezas próprias e desinteresses alheios, queremos acreditar na indispensabilidade e importância do fortalecimento da CPLP, onde a economia terá por certo um espaço próprio, em prol de uma organização internacional única, porque concebida na unidade linguística e, como tal, nas inter-influências culturais, habilitantes de um desenvolvimento sólido, porque amarrado na História comum de séculos.

Teremos de enfrentar, individual e conjuntamente, desafios futuros. E um deles é o reconhecimento e consciência de que a CPLP continua com um reduzidíssimo

peso no plano internacional e escassa presença no universo da *Internet*, ou ainda as dificuldades que o ensino da língua portuguesa vem enfrentando por todo o lado. Daí que seja urgente definir uma estratégia com visão política global, dotada de instrumentos institucionais inovadores e meios orçamentais à altura, tudo o que, infelizmente, tem faltado.

Naturalmente que esse desígnio pressupõe, tal como no caso da UE, a comunalidade de interesses dos E-M's. Só assim se conseguirá dar resposta aos múltiplos desafios que passam, nomeadamente, pela dinamização da língua portuguesa, de parcerias e projectos a todos os níveis do ensino, pela constituição de uma biblioteca lusófona, pela invenção de um festival cultural lusófono de projecção mundial, pela efectiva criação de uma universidade da CPLP, pela criação de um "fórum lusófono permanente", de debate dos seus problemas e projectos, sem excluir a articulação com outras áreas linguísticas, como as da francofonia, da hispanofonia e da arabofonia.

Presumindo a transitoriedade das estruturas políticas e a alteração frequente de sede das hegemonias económicas, radicará na cultura, cimentada pelo património comum da língua, a vocação da eternidade. Daí que nos atrevamos a especular sobre a possibilidade da CPLP vir no curto/médio prazo a sair dos "cuidados intensivos", deixando de pairar sobre ela um "futuro de interrogações", com base no imperioso apuramento de respostas concertadas.

Só assumindo a diversidade poderemos continuar a dar algum sentido à existência e construção de uma verdadeira comunidade da Lusofonia, como uma plataforma de partilha, fraternidade e desenvolvimento, a par de linhas de acção muito concretas para responder aos múltiplos desafios que a aguardam, nomeadamente no âmbito da ciência e investigação, das tecnologias e da saúde, a par da obtenção de um estatuto internacional de produtor de segurança reconhecido pela ONU e outras organizações internacionais de âmbito regional.

VI – Notas finais

Assumo a convicção de que a relação Portugal-Brasil é uma ligação estrutural e, mais do que isso, entre povos unidos por ancestrais laços de língua, história e cultura; não uma ligação que deva depender de figuras, por mais polémicas ou carismáticas que sejam, nem, muito menos, de afinidades ideológicas, sempre circunstanciais.

Reforça-se a ideia de que estamos a atravessar uma reconfiguração geopolítica de larga escala, com o Norte Global a obedecer a uma lógica binária a opor países democráticos a Estados autocráticos, enquanto o Sul Global condensa uma visão mais utilitarista e menos principiológica das RI's, que também é precisa.

Da ciência e tecnologia à educação, da defesa à agricultura e dos negócios à cultura, a nossa cooperação continua com espaço para crescer, em termos de níveis de qualidade e aprofundamento. E a razão mais forte, para acreditarmos que o melhor ainda está para vir, são as pessoas, representadas pela comunidade brasileira em Portugal e portuguesa ou lusodescendente no Brasil, com mais de 1,5 milhões de pessoas, e as centenas de milhares que cruzam o Atlântico nos dois sentidos, para estudar, investigar, ensinar, exercer uma profissão, investir ou simplesmente fazer turismo.

Tenho a convicção de que muito ainda nos une e será nisso que nos devemos concentrar. É este acervo de futuro que não deve ser desperdiçado pelos líderes

políticos dos dois lados do Atlântico, isto sem menosprezar os magnos desafios implícitos na construção dessa irmandade, e que passam, para além do “passaporte lusófono” na livre circulação de pessoas, ideias e livros, pelo ensino da língua e a forma como for percebida e desejavelmente encarada como uma dinâmica positiva em todos os territórios falantes e diferentes comunidades linguísticas que neles vivem. Como disse José Eduardo Agualusa, “... *a língua portuguesa é uma construção conjunta de todos aqueles que a falam — e é assim desde há séculos. A sua imensa riqueza está nessa diversidade e na capacidade de se afeiçoar a geografias diversas, na forma como vem namorando outros idiomas, recolhendo deles palavras e emoções.*”, fim de citação.

Sem ser exaustivo, diria que a tripla “placa tectónica”, língua, mobilidade e economia, poderá apontar-nos, com ganhos não desprezíveis para a comunidade como um todo, como acreditamos, o caminho para que o futuro aconteça. Vamos acreditar!

Muito grato pela vossa paciência e atenção!

SESSÃO COM ALMOÇO DE HOMENAGEM PÓSTUMA AO PROF. CAT. JOÃO PEREIRA NETO, ACADÉMICO DE MÉRITO DA AICP E SECRETÁRIO-GERAL PERPÉTUO DA SGL(10OUT23)

Com intervenções dos Senhores Prof. Cat. Luís Aires-Barros, Dr. Carlos Monjardino e Prof. Doutora Paula Espírito Santo, exaltando, com palavras de louvor, a vida e obra do homenageado.

Oradores:

Prof. Cat. Luís Aires-Barros ¹

Senhora Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa
Senhor Dr. Carlos Monjardino
Senhora Professora Paulo Espírito Santo
Caros Amigos do Professor Pereira Neto

Há pessoas a quem Deus deu o privilégio de terem uma vida longa durante a qual tiveram uma vivência de contactos mais ou menos longos e de grande convergência cultural no mais amplo significado deste termo. É o caso do Professor João Pereira Neto e eu.

Ambos fomos cedo, nas nossas vidas, professores da Universidade Técnica de Lisboa. Este facto e as nossas ligações à Junta de Investigação do Ultramar aproximaram-nos desde então.

Em 1964 entrei para sócio da SGL, quero dizer que há 59 anos que passámos a ter uma intercolaboração no seio desta Instituição que foi, não só duradoura, como de grande ligação a esta nossa Sociedade Geografia.

Fizera-me membro da sua Direção em 30/03/1982 e Presidente em Março de 2000.

Durante estes 23 anos tivemos uma constante ação diretiva nesta sociedade, franca, amiga, de grande e mútua compreensão, sem um problema entre nós.

¹ Presidente da SGL;

Quando propus à direção e à Assembleia Geral que o Diretor Secretário-Geral passasse a Secretário-Geral Perpétuo foi para mim grande alegria e o reforço da nossa amizade envolvida em uma lealdade extraordinária no nosso labor.

Pereira Neto era um grande conversador, grande conhecedor dos homens, para além de uma inteligência viva, tinha um humor peculiar que tanto apreciei e que tanto me ajudou e tanta falta me faz. É que a vida para ser bem vivida tem de ser bem compreendida e logo bem conhecer os homens (e as mulheres) e as suas idiossincrasias.

João Pereira Neto foi um professor dedicado, criou uma plêiade de discípulos na antropologia que estudou e ensinou durante décadas. Foi um dedicado sócio da SGL onde trabalhou denodadamente.

Desde a sua fundação foi um dedicado membro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e colaborador do seu fundador, Prof. Adriano Moreira.

Deixou um largo número de publicações científicas.

Foi um Homem de bem, que eu muito apreciei. Foi um extraordinário colaborador e amigo.

Muito me apraz esta Homenagem.

Os meus cumprimentos às suas Filhas e Netos.

A todos os Amigos de João Pereira Neto, que aqui reunimos, um abraço de muita estima.

Muito obrigado!

Dr. Carlos Monjardino²

Senhora Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa
Senhor Secretário-Geral da Academia Internacional da Cultura Portuguesa
Distintos membros da Academia Internacional da Cultura Portuguesa
Minhas senhoras e meus senhores

Quero agradecer a presença de todos nesta homenagem ao Professor João Pereira Neto, antigo Vice-Presidente e Secretário-Geral da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Esta iniciativa começou a ser preparada por sugestão minha, como um gesto natural de reconhecimento e de homenagem institucional ao Professor Pereira Neto, que me acompanhou durante os quase oito anos em que tive a honra de presidir à Academia Internacional da Cultura Portuguesa. A minha intenção era, bem entendido, prestar-lhe homenagem em vida e era essa também a vontade da Professora Maria Regina de Mongiardim, do Professor José Esteves Pereira e dos Confrades que quiseram apoiar a iniciativa. Fomos, todos, surpreendidos pela triste notícia da sua morte, e quisemos, todos, manter esta homenagem.

João Pereira Neto foi, um primeiro lugar, um académico e um universitário. Fez toda a sua carreira na escola de estudos ultramarinos que, no tempo da sua vida, usou três nomes sucessivos. Em 1955, com vinte anos, começou os seus estudos no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, foi professor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina entre 1965 e 1974 e, mais tarde, entre 1980 e 2005, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Em 1958, obteve o Diploma em Administração Ultramarina e dois anos depois, o Diploma em Altos Estudos Ultramarinos, com uma dissertação sobre “O Progresso

² Presidente da Fundação Oriente e Académico de Número da AICP;

Económico e Social das Populações Indígenas na Africa ao Sul do Saara”, o seu primeiro livro, que publicou em 1960. O seu segundo livro, publicado pela sua escola, é a tese de doutoramento sobre Angola, que defendeu em 1964. No ano seguinte, sai do Ministério do Ultramar para assumir funções como Professor auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina; em 1968, é aprovado no concurso para Professor associado e, em 1970, aos trinta e cinco anos, é Professor catedrático da sua escola, onde se vai jubilar trinta e cinco anos depois.

João Pereira Neto é um antropólogo, discípulo e colaborador de António de Almeida, de Jorge Dias e de Adriano Moreira. Os seus principais trabalhos de investigação são estudos antropológicos, numa primeira fase centrados sobretudo nas colónias portuguesas em Africa e no Oriente, onde fez trabalho de campo. Foi Director do Centro de Etnologia Ultramarina e do Centro de Antropologia Social do Instituto de Investigação Científica Tropical e, desde 1980, do Centro de Estudos Antropológicos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

A sua docência concentra-se na antropologia. No Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, foi responsável pelas cadeiras de Antropologia Cultural e de Etnografia do Ultramar Português e regente das cadeiras de Antropologia Geral, Antropologia Aplicada e Metodologia da Pesquisa Etnográfica. No Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, durante vinte e cinco anos, foi coordenador da cadeira de Antropologia, comum a todas as licenciaturas da escola, e coordenador da Licenciatura e do Mestrado de Antropologia. Nesse quadro, foi responsável pela formação de sucessivas gerações de antropólogos portugueses.

João Pereira Neto foi, em segundo lugar, um servidor do Estado e um político. No contexto das guerras coloniais, que dominou os primeiros anos da sua carreira profissional, era difícil, se não impossível, separar a sua especialização em estudos ultramarinos das suas altas funções como Inspector e Director no Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. Pereira Neto é nomeado em 1960, quando Adriano Moreira inicia o seu breve mandato como Ministro do Ultramar, e só regressa definitivamente ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina em 1965.

Segundo as suas próprias notas biográficas, Pereira Neto é proibido de ensinar em Outubro de 1974 e está afastado da docência até 1980 por razões de ordem política que determinam um processo de saneamento. Pereira Neto é demitido da função pública por decisão da Comissão de Reclassificação e Saneamento do Ministério da Educação Nacional. Pereira Neto recorre sucessivamente dessa decisão até esta ser revogada pelo Conselho da Revolução e pelo Supremo Tribunal Administrativo.

Depois da revolução, Pereira Neto adere ao Partido do Centro Democrático e Social. A democracia portuguesa tem lugar para todos e o regime de pluralismo político reconhece todas as correntes políticas, sem excepção. Nesse quadro, Pereira Neto exerce altas funções como dirigente político do CDS, designadamente entre 1986 e 1988, quando Adriano Moreira foi Presidente do CDS. Pereira Neto foi membro da Comissão Nacional, da Comissão Política e, entre 1987 e 1988, Secretário-Geral do CDS.

João Pereira Neto foi, em terceiro lugar, um construtor de instituições.

Essa forte vocação começa por se manifestar na universidade, onde a sua acção é decisiva para consolidar os centros de investigação que dirigiu no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e no Instituto de Investigação Científica Tropical.

Pereira Neto foi membro fundador da Associação Portuguesa de Antropologia e da Associação Portuguesa de Sociologia e Antropologia. Foi também vogal das secções de Antropologia e de Etnografia da Sociedade de Geografia, de cuja direcção fez parte entre 1972 e 1975 e a partir de 1982, no período em que passa a ser Secretário-Perpétuo da Sociedade de Geografia.

O Professor João Pereira Neto, académico de número da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, onde exerceu funções como Vice-Presidente e como Secretário-Geral, foi um pilar fundamental da nossa instituição. As instituições, sobretudo nos seus primeiros anos, dependem crucialmente dos homens e das mulheres que asseguram a sua permanência, mesmo nos períodos de maior adversidade e vulnerabilidade. João Pereira Neto foi um dos que garantiu a consolidação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e que mais contribuiu para o seu prestígio. As instituições têm para sempre a marca dos seus fundadores, a Academia Internacional da Cultura Portuguesa terá para sempre a marca do Professor João Pereira Neto.

Muito obrigado.

Prof.^a Doutora Paula Espírito Santo³

“João B. N. Pereira Neto: o académico que desmultiplicou a universidade ao serviço do público e da comunidade”

Nesta homenagem promovida pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa, presidida pela Senhora Professora Doutora Maria Regina Mongiardim, agradeço o amável convite endereçado e apresento os cumprimentos a todos os presentes, na pessoa da Senhora Professora Maria Regina Mongiardim, permitindo-me ainda destacar os parceiros oradores nesta homenagem: Senhor Professor Catedrático Luís Aires-Barros e Senhor Dr. Carlos Monjardino. Um cumprimento também especial à família do Professor João Pereira Neto, nas pessoas das suas filhas, Professoras Maria João Pereira Neto, Ana Pereira Neto e neto, Dr. José Pereira Neto. Uma saudação à ilustre audiência.

De entre os principais vultos da modernidade da antropologia, da administração pública, das ciências sociais, da academia, da ciência, da cultura, encontra-se o Professor João Baptista Nunes Pereira Neto.

O Professor João Pereira Neto foi um Homem brilhante de muitas vidas, que se desmultiplicou, fez obra e aplicou o seu conhecimento, determinação, coragem, pedagogia, em prol e ao serviço da universidade, da ciência, da investigação, da cultura. Conheci o Professor João Pereira Neto em 1987, enquanto meu professor de antropologia, no 2º ano do ISCSP. Na altura, o Professor João Pereira Neto era já Professor Catedrático, sendo um dos muito poucos com essa categoria no ISCSP, a que se somavam os Professores Óscar Soares Barata, Eduardo Raposo Medeiros, José Júlio Gonçalves e Adriano Moreira, todos eminentes académicos com obra feita em diversas frentes.

O Professor João Pereira Neto, de Lagos, nascido em 1935, entrou como aluno do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU) em 1955/56, no curso de administração ultramarina. A sua vida académica no ISCSP foi determinante no

³ Professora Associada com Agregação do ISCSP/Universidade de Lisboa;

desenvolvimento de múltiplas áreas e na condução da orientação administrativa e pedagógica, dentro das muitas missões que teve no ISCSP. Por convite do Professor Adriano Moreira, tornou-se Assistente neste instituto em 1958. Concluiu o seu doutoramento em 1964, com a tese intitulada “Angola, Meio Século de Integração”. Seria a sua tese que abria caminho para o desenvolvimento posterior das áreas estruturantes da antropologia e da administração pública. Em 1970, o Professor Pereira Neto, foi aprovado no concurso para Catedrático no 2º grupo de disciplinas, referente às ciências económicas e de povoamento. Entre 1974 e 1980, o Professor João Pereira Neto foi afastado do ISCSP, tendo regressado após essa data ao ISCSP e tendo contribuído para a revitalização desta instituição de forma fundamental, na revisão dos seus planos curriculares, na constituição de novas áreas de formação, como a gestão e administração pública, a antropologia, a comunicação social, esta última área entre as pioneiras, à data em Portugal, na sua criação em 17 de Maio de 1980 (juntamente com a Universidade Nova de Lisboa, que meses antes também criou a licenciatura em comunicação social). Viria a ser Coordenador Científico e Pedagógico daquelas áreas. Foi Professor Jubilado desde 1 de Setembro de 2005.

Com o Professor João Pereira Neto, e desde a data em que consigo me cruzei, em 1987, entendi o que era o espaço da Universidade, como campo quase ilimitado e permanente de aprendizagem, de partilha de conhecimento em equipa, de liberdade, de entrega às muitas causas que a responsabilidade de ser livre e aprender a produzir conhecimento, produzem e implicam. E o Professor João Pereira Neto tinha uma responsabilidade fundamental nessa missão, que exemplarmente bem protagonizou, uma vez que somava aos múltiplos objetos e objetivos a que se dedicava na investigação, o da qualidade de metodólogo. Essa qualidade fazia toda a diferença na visão da ciência, que era a sua, e na produção e partilha do conhecimento com a academia e também com a sociedade civil.

Das muitas vidas, enuncie-se a do político, que se dedicou à vida partidária no Centro Democrático e Social (CDS) e foi seu Secretário-Geral, a do Professor Catedrático, antropólogo e investigador nas áreas da administração ultramarina e na gestão e administração pública, em relação às quais produziu inúmeras contribuições. A estas some-se a da sua vida enquanto sócio fundador da Universidade Internacional (UI) num tempo essencial de resposta que a universidade pública não conseguia produzir. Destacou-se também o investigador e Diretor do Museu de Etnologia e do Centro de Etnologia Ultramarina (CEU) e do Centro de Antropologia Cultural e Social (CACs), do Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT). Desempenhou múltiplos outros cargos de Direção e responsabilidade em diversas entidades como sejam: a Comissão Nacional de Eleições (CNE), a Associação dos Amigos do Tejo, o Crédito Agrícola Mútuo, a Sociedade Internacional de Promoção do Ensino e Cultura, S.A (SIPEC), a Associação Portuguesa de Ensino Superior Particular (APESP), a Confederação do Ensino Particular (CEP). Foi ainda fundador da Associação Portuguesa de Antropologia (APA) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS), para referir das mais eminentes neste campo. Mais recentemente, a sua dedicação enquanto Secretário Perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) e Diretor do seu Museu, assim como Vice-Presidente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa (AICP), demonstram a sua permanente dedicação à causa pública.

Do Homem que se desmultiplicou em muitas vidas e causas ao serviço da universidade, da ciência, da investigação, da cultura, seleciono aquela em que o Professor João Pereira Neto foi também figura essencial enquanto fazedor de pontes e enquanto eminente investigador: a vida de metodólogo e a sua inexcedível

dedicação à investigação académica, através das sondagens e dos inquéritos de opinião. Como metodólogo era sua responsabilidade conduzir a novos caminhos e permitir-nos trilhar os patamares da investigação científica, empírica, prática, no terreno. Neste espaço ilimitado do conhecimento em ciências sociais, limitado apenas pelo método e pela urgência de respostas, o Professor João Pereira Neto, introduziu não apenas pensamento próprio, mas reforçou também uma das principais ferramentas de investigação no campo académico. Estas ferramentas, a sondagem e o inquérito, eram já utilizadas timidamente, em Portugal, em campos como a política e a sociedade, através do IPOPE, criado em 1967, e a imprensa, popularizados na capa da primeira edição do *Expresso* de 6 de Janeiro de 1973, com o título “63% dos Portugueses nunca votaram”, sondagem que a empresa SERTE produziu, brilhantemente, mas com cerca de 150 anos de atraso em relação ao seu uso internacional (Espírito Santo, 2019; Espírito Santo, 2015).

E se entre os idos anos entre 1974 e 1980 o Professor João Pereira Neto foi afastado do ISCSP, por razões políticas, com as severas consequências que esse afastamento causou a si, a todos quantos por esse processo passaram no ISCSP e às suas famílias, seria, em parte, este pernicioso afastamento a alavanca para que a sua força e coragem não o desviassem da academia e da investigação. Foi precisamente em 1975 que o Professor João Pereira Neto, juntamente com outros sócios, de onde se destaca o Professor Catedrático Fausto Amaro, fundaria a *Antropos – Sociedade de Estudos de Sociologia e Antropologia*, A *Antropos*, empresa pioneira de sondagens em Portugal (Espírito Santo, 2015) desenvolveu atividade permanente de sondagens e estudos de opinião até Dezembro de 2011. E foi precisamente com a *Antropos* uma das empresas pioneiras na realização de sondagens políticas em Portugal. À época da sua constituição, do que apurámos (Espírito Santo, 2015), havia apenas a *Norma*, constituída em 1963, mas que entra na área das sondagens políticas apenas em meados dos anos 80, o IPOPE, constituído em 1967 e extinto em 1985, com pouco interesse em estudos sobre política, a *Teor*, constituída em 1970, a SERTE, criada em 1971, a empresa responsável pela sondagem do *Expresso*, na sua edição inaugural de 6 de janeiro de 1973, e que se extingue poucos anos depois, a *Contagem*, 1972, que poucos anos duraria e a *Antropos* constituída em 1975 e com atividade permanente sobre sondagens políticas desde a sua constituição e até Dezembro de 2011 (Espírito Santo, 2015). A *Antropos* viria a realizar a primeira grande sondagem referente à viabilidade da *Aliança Democrática*, em estudo efetuado em 1978 e destaque-se também a sondagem na Figueira da Foz, prévia e a pedido do PSD, para se saber da eventual popularidade de Pedro Santana Lopes como Presidente da Câmara deste concelho, objetivo que atingiu em 1997, pela primeira vez. Múltiplos outros estudos foram efetuados pela *Antropos*, em formato de sondagem política, para vários partidos e ainda entidades como a Comissão Nacional de Luta contra a Sida (CNLS) ou a Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (FNSBS). Estes estudos de inquérito contaram sempre com a participação de diversos Professores e alunos do ISCSP, que tinham pela primeira vez a oportunidade de participar num estudo de campo e aprender sobre as várias etapas de uma sondagem e inquérito.

Ou seja, o Professor João Pereira Neto foi e esteve entre os pioneiros da ciência ao proporcionar, através da *Antropos* a realização das primeiras sondagens políticas em Portugal, a partir de 1975, num tempo em que as sondagens em Portugal estavam longe de ser acreditadas como produto científico e técnico ao serviço da ciência e da investigação e como ferramenta de decisão para os partidos políticos, em Portugal.

O Professor Catedrático João Pereira Neto foi um académico que marcou muitas gerações na Universidade, ao longo de mais de 50 anos. Foi e esteve em os pioneiros e influenciaram definitivamente a universidade e a investigação em Portugal, para melhor e de forma permanente. Foi pioneiro aquando da constituição da SIPEC e da Universidade Internacional, a qual proporcionou que milhares de estudantes tivessem a oportunidade de estudar no ensino superior, uma vez que o ensino superior público, à data não dava resposta suficiente. E essa resposta veio também da Universidade Internacional, dos seus polos de Benfica, de Sacavém, da Figueira da Foz e de Chaves. A Universidade Internacional foi constituída em 1984 e foi a primeira instituição universitária privada criada em Portugal.

O Professor João Pereira Neto abriu múltiplas avenidas que revelaram novos e mais altos horizontes às gerações vindouras e mudaram a ciência, a política e a sociedade de forma estruturante e permanente. Por todos os caminhos que o Professor João Pereira Neto nos proporcionou, o nosso eterno agradecimento e a responsabilidade de sermos portadores do seu magnífico exemplo de académico, cientista e de perseverança enquanto pessoa excecional que soube lutar nas mais difíceis circunstâncias de vida. O seu exemplo e memória perdurarão.

Referências:

Espírito Santo, P. (2019). *Sociologia política e eleitoral – Atitudes e comportamento eleitoral*. ISCSP (3ª edição).

Espírito Santo, P. (2015). *Introdução à metodologia em ciências sociais – Génese, fundamentos e problemas*. Sílabo (2ª edição).

“REVISTA “NOVA ÁGUIA” (Nº 32)”¹

Prof. Doutor Renato Epifânio²

No trigésimo segundo número da NOVA ÁGUIA, começamos por celebrar a memória viva – e amiga – de Adriano Moreira, recordando a sua tão extensa quanto valiosa colaboração na nossa Revista, em que publicou mais de duas dezenas e meia de textos. Em todos esses textos, avultam as preocupações de sempre de Adriano Moreira – em particular, a sua preocupação com o presente e – sobretudo – o futuro da Lusofonia.

Daí a sua assumida cumplicidade com este projecto – como ele próprio assinalou publicamente, por mais de uma vez, os Congressos da Cidadania Lusófona, promovidos pela NOVA ÁGUIA e pelo MIL (Movimento Internacional Lusófono), há já mais de uma década, são o retomar, no século XXI, dos Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa, que ele próprio organizou nos anos sessenta, tentando então consolidar a Comunidade Lusófona, numa base de Liberdade e de Fraternidade. Um ano após a sua partida, celebramos, pois, mais do que uma figura, um sonho: o nosso sonho comum, ainda por cumprir.

Publicamos ainda neste número da NOVA ÁGUIA os textos apresentados no II Congresso Internacional “Eça de Queiroz, 150 anos”, que se realizou em 2021, igualmente por iniciativa da NOVA ÁGUIA e do MIL – em parceria com outras entidades académicas e culturais. Recorde-se, a este respeito, que no vigésimo oitavo número da nossa Revista haviam já sido publicados os textos apresentados no I Congresso Internacional “Eça de Queiroz, 150 anos”, decorrido em 2019.

De seguida, conforme o prometido, publicamos os textos apresentados na segunda mesa-redonda “Repensar Portugal, à luz de *Portugal, Razão e Mistério*”, que decorreu em Novembro de 2022, na Fundação António Quadros, já no âmbito

¹ Editorial do n.º 32º da Revista dirigida pelo Prof. Renato Epifânio, em homenagem ao Prof. Adriano Moreira realizada em sua memória na sessão da AICP, em 15NOV23;

² Professor Universitário; Membro do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, da Direcção do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, da Sociedade da Língua Portuguesa e da Associação Agostinho da Silva; investigador na área da “Filosofia em Portugal”, com dezenas de estudos publicados, desenvolveu um projecto de pós-doutoramento sobre o pensamento de Agostinho da Silva, com o apoio da FCT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para além de ser responsável pelo *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa*: www.bibliografiafilosofica.webnode.com; Licenciatura e Mestrado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

das comemorações do centenário de nascimento deste vulto maior da cultura de língua portuguesa, em que a NOVA ÁGUIA participa. Neste número, evocamos igualmente António Marques Bessa, um ano após a sua partida, publicando três textos apresentados numa sessão em sua expressa Homenagem, que decorreu na Sociedade de Geografia de Lisboa, no Auditório Adriano Moreira, em Abril do corrente ano.

Evocamos ainda neste número da NOVA ÁGUIA outros onze vultos da cultura lusófona – nomeadamente, dois centenários (Eugénio de Andrade e Mário Cesariny) e um tri-centenário (Teodoro de Almeida) –, e publicamos mais de uma dúzia de “Outros voos”. Em “Extravoo”, publicamos um inédito de António Telmo (“Os Leonardinos”). Em “Periódicos Eternos”, recordamos a *Minerva Lusitana*, e, no “Bibliáguio”, damos destaque a mais de meia dúzia de obras, começando por mais um monumental livro de António Braz Teixeira (*A reflexão ética luso-brasileira*), nos dias de hoje, de forma indisputável, “o maior hermeneuta vivo do nosso universo filosófico e cultural, não só português, mas, mais amplamente, lusófono”.

Renato Epifânio

SESSÃO NA AICP (23OUT23)

“BRASIL: DIVERSIDADE E GRUPOS DE INTERESSE”¹

PAULO ROCHA TRINDADE²

O presente artigo resume o essencial da conferência proferida na Academia Internacional de Cultura Portuguesa, na sua sede na Sociedade de Geografia de Lisboa, em Outubro de 2023.

O Brasil concita conspícua atenção por várias razões: antiga colónia portuguesa detém a singularidade de ter acolhido no seu território o chefe da Coroa e, concomitantemente, ter albergado a correspondente capital do Império durante oito anos. A invocação frequente de uma relação “fraternal” entre a antiga potência colonial e o novel Estado dificilmente resistiu a uma análise mais fina que poderia denotar uma maior complexidade e granularidade na materialização dessa relação, podendo-se postular o imperativo de um estudo aprofundado que não deveria dispensar a formulação de questões e de interrogações.

Por outro lado, o Brasil ganhou também recente maior recorte mediático por via de uma conspícua polarização manifestada em visíveis clivagens da sociedade civil e, igualmente, numa preponderante e incremental presença no espaço público da cúpula do sector judiciário que cada vez mais se vem afirmando como um vetor de garantia da aplicação dos preceitos constitucionais e do pleno funcionamento das instituições democráticas, caso, em particular, do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior Eleitoral e, subsidiariamente, do Supremo Tribunal de Justiça.

A ação consistente do Supremo Tribunal Federal foi determinante, em particular, no êxito de uma transição suave e sem sobressaltos do termo do mandato do Presidente Jair Bolsonaro para o novel titular do Planato, Lula da Silva, onde pontificou, em especial, o juiz do STF Alexandre Moraes que presidiu ao Tribunal Superior Eleitoral. A embaixadora dos Estados Unidos da América em Brasília, Elisabeth Bagley, anterior Chefe de Missão em Portugal, terá sido explícita no apoio do seu País à nova administração em Brasília¹.

¹ Conferência realizada na AICP em 23OUT23;

² Mestre em Relações Externas da União Europeia pela Universidade Livre de Bruxelas. Diplomata. Funcionário da União Europeia;

Tem constituído objeto de atenção, em especial, o modo de indicação e a sua materialização, dos juízes do Supremo Tribunal Federal (e também do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral) e tem sido formulada reflexão relevante sobre o seu alinhamento ora com sectores mais conservadores ora com sectores mais progressistas da sociedade civil, mas também com o próprio poder executivo (em larga medida responsável pela designação dos magistrados) e tem emergido a questão óbvia da natureza da composição do sector judiciário, designadamente, a da manifestação da representação da diversidade num País eminentemente diverso - étnica, cultural e religiosamente - mas ainda não correspondentemente representado no seio das diferentes esferas do poder.

Tem vindo a extravasar para a agenda mediática, em larga medida propulsada pela sociedade civil, a questão da visibilidade das minorias e o facto de as cúpulas do poder, bem como as diferentes camadas das estratificações sociais associadas ao exercício do poder serem passíveis de ser interpretadas como eminentemente monocromáticas. Pareceu interessante olhar mais de perto não apenas para os processos de designação de magistrados de topo, bem como recensear tendências de um ponto de vista histórico.

No Supremo Tribunal Federal tem-se verificado com frequência a nomeação de antigos ministros da Justiça para futuros juízes, o que implica sempre um complexo processo de aprovação parlamentar, com a correspondente sabatina de questões e de respostas em que recorrentemente emerge a eterna questão de uma adequada interpretação e aplicação do consagrado princípio da separação de poderes pelo novo candidato a magistrado, ex-titular de mandato oriundo de um órgão executivo, o Governo.

Nestes termos, caberá dar o exemplo de Alexandre Mendonça, titular da pasta de Justiça no mandato Bolsonaro e, mais recentemente, de Flávio Dino, oriundo do governo do segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Caberá assinalar que também outros juízes do STF têm fortes ligações a área do Governo por via de anteriores funções nele exercidas, designadamente as de Advogado-Geral da União, casos de Gilmar Mendes e de Dias Toffoli. No sistema jurídico-constitucional português não existe a figura de Advogado-Geral da União, figura cujas competências se assemelham às do *Solicitor General* nos Estados Unidos da América.

Não obstante o enraizado princípio da separação dos poderes nas democracias ocidentais, os Presidentes brasileiros, mais recentes, não se têm coibido de assinalar nas suas escolhas públicas a necessidade de uma proximidade de relação pessoal entre o novel magistrado e o Presidente incumbente, critério que foi, por exemplo, determinante na designação de Alexandre Mendonça, dada a sua consabida afiliação evangélica, e o caso de Alexandre Zaninⁱⁱ, embora oriundo de sectores conservadores que acabou por ser o escolhido pelo Presidente Lula, dada a forte proximidade pessoal e familiar, e ainda o facto de ter sido o seu causídico, facto, aliás, determinante no êxito da iniciativa de libertação da prisão do atual titular do Planato.

A importância política do aceno ao nicho eleitoral evangélico é de tal forma relevante que o nome do Advogado-Geral da União, Jorge Messias, membro da Igreja Baptista, circulou, também, como uma possibilidade para o desempenho de funções de juiz no STF durante o mandato do Presidente Lula da Silvaⁱⁱⁱ.

A simplista e apriorística clivagem progresso vs conservadorismo não permitiria, por conseguinte, identificar, com precisão, a natureza do critério determinante para a escolha de um magistrado para o STF, o STJ ou o TSE.

Alexandre Zanin, concitou a admiração do juiz do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que primeiramente se opusera à libertação de Lula da Silva da prisão, vindo mais tarde a considerar errados os pressupostos conducentes à sua detenção e manifestando publicamente emoção pela escolha de Zanin, que considerou particularmente qualificado para o cargo de magistrado na mais alta instância^{iv}.

A chamada “bancada evangélica”, também conhecida como frente parlamentar evangélica, ocupa parte significativa do Congresso. O ISER (Instituto de Estudos de Religião) estima que na Câmara Federal de entre 517 deputados, 76 são evangélicos (14,8 por cento), enquanto que 233 são católicos (45,41 por cento)^v. Estes dados são naturalmente importantes pois constituem elementos determinantes na aprovação parlamentar dos diferentes instrumentos legislativos.

Os diferentes Presidentes do Brasil têm habitualmente que promover largos entendimentos com as várias bancadas parlamentares por forma a poderem garantir a aprovação dos seus projetos de lei e ou de orçamento. O estabelecimento de coligações de geometria variável costuma ser frequentemente apodado como a tentativa de captura do “centrão”, isto é, a mobilização de um conjunto de decisores políticos, cujo posicionamento é eminentemente fluído, mutante, adaptável e permeável à celebração de entendimentos com o poder^{vi}.

Durante o período do mandato do Presidente Jair Bolsonaro emergiram recorrentemente nomes de figuras oriundas do movimento evangélico como presumíveis candidatas à posição de Juiz no Supremo Tribunal Federal, casos de William Douglas, juiz de Niteirói, Humberto Martins, juiz no STJ e de Marcelo Bretas, juiz no Rio de Janeiro^{vii}.

Por outro lado, a ultrapassagem da oposição à nomeação de Flávio Dino para juiz do STF pela bancada evangélica foi considerada determinante, em particular, o papel de mediação exercido pela senadora Eliziane Gama^{viii}. Sendo a base eleitoral do titular que precedeu no Planalto o Presidente Lula, de forte matriz cristã, foram também aventados nomes de sectores conservadores da Igreja Católica para integrar o STF, tal como Ives Gandra Filho, antigo Presidente do Tribunal Superior de Trabalho^{ix}, cuja irmã, Ângela Gandra^x, exercera o cargo de Secretária Nacional da Família na administração Bolsonaro, sob a tutela da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a evangélica Damares Alves.

Estabelecido um nexo de proximidade entre o poder político e o sector judiciário e podendo supor-se, mas não estabelecer-se, que poderia haver um forte receio de um exercício do poder judicial que pudesse vir a pôr em causa o próprio poder político, deverá equacionar-se uma outra dimensão: a da sub-representação das minorias.

Não obstante o aparecimento de manifestos e de reivindicações da sociedade civil clamando por uma maior diversidade, deverá ser assinalado que o poder político tem explicitamente afirmado não constituir a promoção das minorias no seio do judiciário uma sua preocupação imediata. Poderá, contudo, ser questionada a existência de uma hipotética divergência entre o discurso e a prática, se examinada, por exemplo, a recente nomeação de duas juízas negras para o Tribunal Superior Eleitoral.

Tem constituído objeto de atenção, em especial, o modo de indicação, e a sua materialização, dos juizes do Supremo Tribunal Federal (e também do Supremo Tribunal de Justiça) e tem sido formulada reflexão relevante sobre o seu alinhamento com sectores mais conservadores ou mais progressistas da sociedade civil, mas também com o próprio poder executivo (em larga medida responsável pela designação dos magistrados) e tem emergido a questão óbvia da natureza da

composição do sector judiciário, designadamente a da manifestação da diversidade num País eminentemente diverso, nos planos étnico, cultural e religioso, mas ainda não de forma mais substantiva na cúpula do judiciário.

Dada a patente hiper representação masculina na cúpula do sector judiciário, não faltou quem avançasse com a ideia da nomeação de uma mulher para a vaga de Ricardo Lewandowski, aposentado em 2023, subsequente árbitro no Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul e ulterior substituto de Flávio Dino quando este foi nomeado magistrado do Supremo Tribunal de Justiça. Não apenas foram publicados manifestos clamando por uma nomeação feminina, como apareceram na imprensa nomes concretos que poderiam ser designados para esse efeito.

Caberá destacar, em particular, o nome de Carole Proner, professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tida como ideologicamente próxima do atual titular do Planalto, Dora Cavalcanti, antiga associada de Márcio Thomaz Bastos, ex-ministro da Justiça de Lula da Silva entre 2003 e 2007 e ainda Flávia Rahal, advogada criminalista, professora na Fundação Getúlio Vargas. Estas duas últimas juristas têm sido habitualmente vistas como “garantistas” e estão associados à iniciativa que visa evitar a condenação de inocentes, *Innocent Project Brasil*^{xi}.

A própria juíza do STF, Cármen Lúcia, defendeu a oportunidade da escolha de uma mulher para tais funções considerando que “a sociedade atual é machista, preconceituosa e misógina”^{xii}. Outros nomes femininos avultaram, designadamente os da juíza federal do Rio de Janeiro, Adriana Cruz^{xiii}, Regina Helena Costa, juíza do Supremo Tribunal de Justiça^{xiv} e da advogada Soraia Mendes^{xv}. Historicamente, apenas três mulheres lograram ascender à mais alta magistratura no Supremo Tribunal Federal, casos de Cármen Lúcia (desde 2006), Rosa Weber (desde 2011) e de Ellen Gracie, esta última empossada no STF em 2000^{xvi}. Maria Elisabeth Rocha tornou-se na primeira magistrada a presidir ao Supremo Tribunal Militar em 2007³.

A notória sub-representação, não apenas feminina, mas também das minorias étnicas conduziu, por outro lado, à emergência de propostas de nomes permitindo a associação das duas matrizes, caso de Livia Vaz, Promotora de Justiça na Bahia, entre outras^{xviii}.

Importará, contudo, salientar que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva manifestou explícita e publicamente que o critério de género e/ou de raça não seria determinante na escolha de magistrados para o Supremo Tribunal Federal^{xix}, o que poderá ser lido como eivando da necessidade de se sentir confortável quanto a uma proximidade relativamente aos próprios magistrados - o que não é difícil de compreender após a tribulação de um ano e sete meses de prisão. Segundo Rafael Mafei: “Na falta de regras e instituições realmente capazes de constranger comportamentos, só lealdade incondicional e confiança irrestrita transmitem alguma sensação de segurança”^{xx}.

Por outro lado, além das vagas previstas para o Supremo Tribunal Federal cabe também ao Presidente brasileiro designar magistrados para o Supremo Tribunal de Justiça. Poderá ser considerado significativo o facto de em 2023 ter designado, de entre três nomeados, uma mulher, Daniela Teixeira, advogada, que antes havia sido proposta para integrar o Tribunal Superior Eleitoral, durante o mandato do Presidente Jair Bolsonaro, mas cuja nomeação nunca se veio a efetivar, sendo pública e notória a desavença com ele ocorrida, aliás, a pretexto de questões de género^{xxi}.

³ <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4930990-maria-elizabeth-rocha-ser-a-unica-mulher-no-superior-tribunal-militar-me-estimula.html>

Pelo contrário, pelo que até agora é conhecido, das vagas que resultaram do termo de funções de duas magistradas no STJ, Laurita Vaz e Assusete Magalhães, as mesmas parecem poder a vir ser preenchidas por figuras masculinas, casos de Rogério Favreto^{xxii}, juiz no Tribunal Federal da 4ª Região que se notabilizara por haver determinado a libertação do Presidente Lula e de Ney Bello^{xxiii}, juiz no TRF-1.

No caso de a escolha poder vir a recair em figuras femininas - o que se afigura menos provável -, poderiam emergir os nomes de Raquel Dodge, Procuradora-Geral durante o mandato do Presidente Michel Temer; Ivana Navarrete Pena, Presidente da Comissão de Equidade de Género, Raça e Diversidade do MP de Goiás, e Mônica Sifuentes, Presidente do TRF-6 de Minas Gerais^{xxiv}.

Raquel Dodge obteve o maior número de votos do Colégio de Procuradores na lista submetida ao STJ em Março de 2024, parecendo improvável a sua escolha para magistrada naquela instância dado antes ter-se oposto à libertação de Lula da Silva do cárcere".

Com a aposentação de Vaz e de Magalhães, apenas continuarão quatro mulheres em exercício no STJ, a saber, Nancy Andrigli, Maria Theresa de Assis Moura, Regina Helena Costa e Isabel Galotti^{xxv}, - ou seja doze por cento da efetividade dos membros em funções no Supremo Tribunal de Justiça.

Constitui elemento novo e objeto de atenção pública a designação por Luís Inácio Lula da Silva de Vera Lúcia Santana Araújo, antiga Secretária-Adjunta de Igualdade Racial no DF, para o Tribunal Superior Eleitoral, em Dezembro de 2023, a segunda mulher negra a integrar o TSE, após a designação de Edilene Lobo, doutora em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Agosto do mesmo ano. Ambas as novas ministras do Tribunal Superior Eleitoral possuem afiliações ao PT, partido que constitui o sustentáculo político do atual Presidente do Brasil^{xxvi-xxvii}.

No plano puramente especulativo, não é impossível que a designação de juízas negras para o Tribunal Superior Eleitoral possa constituir passo intermédio conducente a uma ulterior escolha quer para o STJ, quer para o STF.

No caso norte-americano, os juízes do Supremo Tribunal são frequentemente recrutados de entre os tribunais de segunda instância, isto é, as *Court of Appeals*, podendo, contudo, emanar também de primeira instância, da área da Procuradoria, da Universidade e também da área política e do sector privado^{xxviii}. Os nomes das novas juízas do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil haviam, com efeito, já sido aventados como possíveis nomeações para o STF^{xxix}.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que dispõe de significativas competências, designadamente a de poder determinar a inelegibilidade de candidatos às eleições presidenciais, é uma exceção brasileira e não tem paralelo, por exemplo, em países como os Estados Unidos da América.

Será importante referir que, no presente, o Supremo Tribunal Federal não dispõe de nenhum juiz negro, mas, pelo contrário, o Supremo Tribunal de Justiça é integrado pelo juiz Benedito Gonçalves cujo nome tem sido, desde há décadas, recorrentemente aventado para o Supremo Tribunal Federal^{xxx}. Historicamente, é possível assinalar que tem sido muito exígua a representação de juízes negros no seio do STF e também do STF. Pedro Carneiro Lessa exerceu como ministro do STF entre 1907 e 1921; Hermenegildo Rodrigues de Barros entre 1919 e 1937 e Joaquim Barbosa entre 2003 e 2014.

A imprensa brasileira refere que o novo juiz do STF, Flávio Dino, quando foi Governador do Maranhão, mudou a autodeclaração de “branco” para “pardo” em 2014 ao ter sido eleito para aquelas funções. O mesmo jornal considera, desta forma, numa notável extrapolação, tornar-se Flávio Dino o quinto juiz “negro” na história do STF, depois de subsumir na mesma categoria Kássio Nunes Marques, que estudou em Lisboa e foi nomeado para aquela instância pelo Presidente Jair Bolsonaro^{xxxI}.

A questão da diversidade da composição étnica das mais altas instâncias judiciais do Brasil tem emergido para a agenda mediática não apenas por virtude da singularidade demográfica do Brasil, mas também por constituir questão com grande visibilidade noutras paragens do globo, designadamente no Canadá e nos Estados Unidos da América.

No Canadá, a questão da nomeação de magistrados que se possam exprimir, igualmente, em francês e em inglês, tem vindo a pontificar, designadamente por ocasião da recente nomeação de Mary T. Moreau para o Supremo Tribunal de Justiça do Canadá^{xxxII} e também de Michelle O’Bonsawin^{xxxIII}. O Canadá notabilizou-se também, recentemente, pela nomeação, pela primeira vez, de um magistrado de matriz muçulmana, oriundo da minoria *baha’i* para o seu Supremo Tribunal, Mahmud Jamail^{xxxIV}.

Nos Estados Unidos da América a tradicional preponderância da nomeação de juizes de matriz caucasiana e masculina determinou a inscrição na agenda eleitoral do atual Presidente da intenção de proceder a uma diversificação das nomeações judiciais não apenas no Supremo Tribunal, mas também nos tribunais de primeira e de segunda instância.

Esta promessa pública materializou-se com a indicação pelo Presidente Biden de Ketanji Brown Jackson para a mais alta instância judicial em Fevereiro de 2022^{xxxV} e é acompanhada da propositura de um conjunto de nomes considerados como emanando da “diversidade”^{xxxVI}. Dados estatísticos, recentemente publicados, permitem comparar, designadamente, o número de mulheres nomeadas pelo atual titular da Casa Branca com o dos seus predecessores, bem como o teor da promoção do conceito de diversidade por ocasião da nomeação de novos magistrados^{xxxVII}.

Após o termo do mandato, em 2023, do Procurador-Geral da República, nomeado por Jair Bolsonaro, Augusto Aras, a Sub-Procuradora-Geral, Eliseta Ramos, assegurou interinamente o exercício do cargo, vindo a escolha do sucessor a recair em Paulo Gonet Branco. No passado, Raquel Dodge exercera o cargo de Procuradora-Geral da República, entre 2017 e 2019.

A questão da diversidade étnica e da correspondente representatividade ganhou particular acuidade por via de dois factos: por um lado, o notável défice de representação feminina no seio das instituições políticas; por outro, a adoção pelo Congresso da iniciativa legislativa respeitante ao “Marco Temporal” e o subsequente objecto de escrutínio da conformidade constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

No primeiro caso, esse défice, público e notório, conduziu, recentemente, a uma intervenção pública da atual primeira dama preconizando a introdução de quotas de género no Congresso por forma a suprir esse desequilíbrio^{xxxVIII}.

A primeira Dama, Rosângela da Silva, criticou, em março de 2024, a falta de representatividade do STF lançamento do Relatório Agenda Transversal de Mulheres.

Um levantamento da União Interparlamentar levado a cabo em dezembro de 2022 indicava que apenas 26,5 por cento dos cargos parlamentares exercidos são ocupados por mulheres. Há, por conseguinte, um défice de representação das

mulheres e das minorias étnicas não apenas nos diferentes patamares e sedes de exercício do poder, mas também no seio das instâncias judiciais.

Sobre a questão do “Marco Temporal” será importante referir que se tratou de tema que gerou especial controvérsia, dado o Brasil ser consabidamente um País objeto de exploração de terras em larga escala, e uma decisão de teor judicial vir questionar a legitimidade do direito à propriedade. Por outro lado, as populações indígenas do Brasil ocupam uma área de terras correspondente a 11,6 por cento da extensão total do território do País^{xxix}.

O Supremo Tribunal Federal, numa decisão tomada em Setembro de 2023, considerou inconstitucional o direito à exploração de terras indígenas com base numa alegada tese, proclamada por ruralistas, de que a Constituição brasileira previa um critério de tempo para validação das demarcações^{xl}, enquanto que o Senado aprovou uma interpretação contrária à do STF, apenas seis dias mais tarde, determinando a fixação do marco temporal em 5 de Outubro de 1988, data da aprovação da Constituição^{xli}.

Até hoje, apesar de figurar no seio do governo do Brasil uma ministra para os Povos Indígenas, Sônia Guajajara^{xlii}, nunca estes se fizeram representar no seio quer do STJ quer do STF, tendo muito esporadicamente conseguido eleger representantes para o Congresso. Pelo contrário, ganhou proeminência o facto de a revista norte-americana *TIME* ter considerado entre as 100 personalidades mais representativas de 2023 a figura oriunda da tribo *Surui Tsaj*^{xliii}.

Em Julho de 2023, foi publicada, por iniciativa do Supremo Tribunal Federal, a primeira Constituição em língua indígena, o *Nheengatu*^{xliv}.

Aproximando-nos da conclusão deste artigo pareceu-nos importante partilhar informação de relevo respeitante ao último censo disponível publicado. .

Conforme referido, o maior grupo populacional representado no Brasil passou a ser o dos mulatos, correspondente a 45,3 por cento da população, isto é 92,1 milhões de brasileiros, o que representa um significativo crescimento se comparado aos dados de 2010 cujo valor era de 43,1 por cento. A proporção de brasileiros autodeclarados como brancos cai de 47,7 para 43,5 por cento (88,2 milhões), enquanto aqueles que se declaram como negros ascendem a 10,2 por cento da população, se comparados a 7,6 por cento, 12 anos antes^{xlv}.

Este artigo não buscou extrair de antemão nenhuma conclusão, partilhando da premissa de que os processos demográficos, sociais e de decisão política, são por natureza dinâmicos e passíveis de análises mais aprofundadas em lapsos de tempo mais extensos.

Uma primeira inferência permite, contudo, reconhecer que os magistrados designados para as mais altas instâncias do poder judiciário no Brasil têm perpetuado uma forte representação masculina e branca, sendo a representação das mulheres e das minorias étnicas fortemente deficitária, não obstante os tímidos progressos registados.

Em 2024, o Presidente Lula da Silva terá de fazer onze nomeações para Tribunais superiores. As suas escolhas permitirão dar-nos uma indicação mais pronunciada quanto às tendências que se prefigurarão.

Bibliografia complementar:

BOTELHO, André (Org), Um enigma chamado Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 2023.

JORGE, Alvaro Palma de, Supremo Interesse, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2020.

- i. Harris: New U.S. ambassador to Brazil ready to work with Lula (brazilian.report)
- ii. <https://www.brasiledefatopr.com.br/2023/08/28/em-cena-no-stf-zanin-e-terrivelmente-conservador>
- iii. <https://jornalggn.com.br/justica/zanin-um-caso-de-unanimidade-por-luis-nassif/>
- iv. Um mapa da identidade religiosa dos deputados e deputadas federais empossados | Nexo Políticas Públicas (nexojornal.com.br)
- v. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/o-que-e-o-centrao-o-grupo-que-domina-o-congresso-e-se-aproximou-de-bolsonaro/> <https://www.ft.com/content/6d1d94f9-dabf-447e-b901-bcfe2c1bf73a>
- vi. Lula joga com apetite “insaciável” do centrão - Congresso em Foco (uol.com.br)
- vii. <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/ex-candidatos-evangelicos-ao-stf-apoiam-andre-mendonca/><https://pleno.news/brasil/politica-nacional/saiba-quem-sao-os-3-evangelicos-que-disputam-uma-vaga-no-stf.html> <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/quem-sao-os-evangelicos-cotados-para-assumir-a-proxima-vaga-do-stf,2c59b03d71bd5c20822d5f67c99f36ecqunbejq8.html>
- viii. Aliada de Dino, Eliziane faz ponte com evangélicos pela vaga no STF - Congresso em Foco (uol.com.br)
- ix. <https://www.change.org/p/michel-temer-ives-gandra-martins-filho-no-stf> <https://veja.abril.com.br/politica/o-preferido-dos-militares-para-ministro-do-stf>
- x. <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2020/04/angela-gandra-secretaria-da-familia-de-bolsonaro-defende-vida-desde-concepcao-e-diz-que-governo-nao-e-conservador-mas-humano.html>
- xi. <https://prerco.com.br/um-passo-contr-a-a-maior-das-injusticas/> <https://www.innocencebrasil.org/>
- xii. Sociedade é ‘machista e misógina’, diz Carmen Lúcia | Política | Valor Econômico (globo.com)
- xiii. Ajufe - Conhecendo as Juízas Federais #3 - Adriana Cruz
- xiv. STJ - Ministros em Atividade
- xv. <https://www.jota.info/stf/do-supremo/entidades-do-direito-tributario-apoiam-regina-helena-costa-do-stj-para-o-stf-21092023>
- xvi. Soraia Mendes ganha coro e campanha nas redes para vaga no STF; conheça a advogada (globo.com)
- xvii. Em 132 anos de história, STF teve 168 ministros homens e apenas 3 mulheres | Política | G1 (globo.com)
- xviii. Conheça juristas negras que estão sendo cotadas para o STF | Opinião (brasilefato.com.br)
- xix. Lula diz que critério para vaga no STF não será gênero ou cor, mas “atender aos interesses do Brasil” | CNN Brasil
- xx. <https://piaui.folha.uol.com.br/por-que-lula-escolheu-zanin/>
- xxi. De bate boca com Bolsonaro à lei para advogadas gestantes: conheça Daniela Teixeira, indicada ao STJ (globo.com)
- xxii. <https://www.conjur.com.br/2018-jul-08/desembargador-trf-manda-soltar-lula-neste-87/>
- xxiii. <https://dfsoraon.com/2023/12/28/ney-bello-e-cotado-para-o-stj/>
- xxiv. <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/12/28/apos-zanin-dino-e-stj-lula-tera-oito-indicacoes-para-o-judiciario-em-2024-veja-quais.ghtml>
- xxv. <https://www.metropoles.com/brasil/duas-ministras-do-stj-se-aposentam-ate-dezembro-as-vagas-sao-do-mp-e-da-justica-federal>
- xxvi. Edilene Lobo, advogada de Dilma Rousseff, é nomeada ministra substituta do TSE | GZH (clicrbs.com.br)
- xxvii. Lula escolhe Vera Lúcia Araújo para vaga de ministra substituta do TSE - JOTA
- xxviii. <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R44235>
- xxix. <https://www.italiaia.com.br/colunas/edilene-lobos/2023/08/10/do-tse-ao-stf-o-futuro-de-edilene-lobos-comeca-a-ser-articulado-nos-bastidores>
- xxx. <https://primeirosnegros.com/vera-lucia-santana-de-araujo/>
- xxxi. Benedito Gonçalves, do TSE, é cotado há 20 anos ao STF - 20/06/2023 - Poder - Folha (uol.com.br)
- xxxii. Prime Minister announces the appointment of the Honourable Mary T. Moreau to the Supreme Court of Canada | Prime Minister of Canada (pm.gc.ca)
- xxxiii. Indigenous woman nominated to Canada's Supreme Court in 'historic moment' | Reuters
- xxxiv. Justice Mahmud Jamal is first person of colour nominated to the Supreme Court of Canada | CBC News
- xxxv. President Biden Nominates Judge Ketanji Brown Jackson to Serve as Associate Justice of the U.S. Supreme Court | The White House
- xxxvi. Supreme Court Shortlist - Demand Justice
- xxxvii. Most of Biden's judge appointees are women, racial or ethnic minorities | Pew Research Center e 'Stunning Diversity': How Joe Biden Reshaped The Courts In 2023 | HuffPost Latest News
- xxxviii. Janja defende que mulheres ocupem 50% das cadeiras do Congresso (poder360.com.br)
- xxxix. <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/terras-indigenas.html>
- xl. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/21/terras-indigenas-marco-temporal-cria-im-passe-entre-congresso-e-stf>
- xli. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/02/em-2023-marco-temporal-colocou-a-pro-va-harmonia-entre-os-poderes>

- xlii. <https://www.theguardian.com/global-development/2023/sep/29/brazils-first-ever-minister-for-indigenous-peoples-it-is-time-for-the-world-to-look-at-our-way-of-life>
- xlili. <https://time.com/collection/time100-next-2023/6308542/txai-surui/>
- xliv. Ao lançar primeira Constituição em língua indígena, presidente do STF e do CNJ destaca momento histórico para o Brasil - Portal CNJ <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/9133-programa-tjam-podcast-entrevista-a-juiza-andrea-jane-de-medeiros-abordando-os-projetos-do-poder-judiciario-voltados-para-os-povos-indigenas>

“GREAT POWERS AND THE SEA: NAVAL POWER IN INTERNATIONAL RELATIONS THEORIES”¹

Alm. Antonio Ruy de Almeida e Silva²

Prof.^a Dr.^a Layla Dawood³

ABSTRACT

This article aims to discuss the role of sea and naval power in “Rise and Fall Realism”; “Defensive Structural Realism”; and “Offensive Structural Realism”, which are respectively represented by the works of Gilpin (2002) and Modelsky and Thompson (1988); Posen (2003) and Mearsheimer (2001). We argue that these scholars mistakenly employ sea and naval power as if they were synonyms. In fact, these scholars are mainly concerned with the military component of sea power, that is, naval power. In addition, we claim that the relative importance of naval power in relation to other sources of power varies in a spectrum that goes from: 1) the consideration of naval power as a necessary and almost sufficient condition to global power raking, 2) moving to the acknowledgment of naval power as historically important to the last two hegemonic powers but not necessarily important in future manifestations of hegemonic power, and 3) reaching the consideration of naval power as only having a supportive role for land power, being this power the necessary and almost sufficient condition to a high placing in the global ranking of powers. Finally, we reflect on the argument established by those variants of Realism on the connection between naval power and wealth.

Palavras-chave: Rise and Fall Realism; Defensive Structural Realism; Offensive Structural Realism; Sea Power; Naval Power.

¹ Ensaio publicado na Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, Vol. 28, N.º 3 (SET/DEZ22);

² Grupo de Avaliação da Conjuntura Internacional (GACINT/USP), São Paulo — SP, Brasil. E-mail: aruyasilva@hotmail.com — ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0852-471X>;

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro — RJ, Brasil. E-mail: dawood.layla@gmail.com — ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0708-1627>;

INTRODUCTION

This article aims to discuss the role of naval power in some of the most prominent realist theories of International Relations. Additionally, we seek to examine the connection established by these theories between sea power and naval power, highlighting the economic foundations of military power. It is important to clarify that Realism is at the birth of the International Relations field⁴, but since its inception, different realist approaches have been proposed, so that contemporary Realism cannot be considered a monolithic theory, but a research program gathering theories particularly concerned with power relations among states.⁵ Given that the determinants and the composition of state power have been among the main concerns of various realist theories, in this article, we discuss the place of sea power and naval power in three strands of International Relations Realism: Rise and Fall Realism⁶, Defensive Structural Realism⁷ and Offensive Structural Realism⁸. The choice of these theories was determined by their direct mention of the terms sea power and/or naval power. In addition, these theories are widely accepted as being central to the discussion of state power and the rise and fall of great powers in International Relations. On the other hand, most of these theories are in close dialogue with seminal works in strategic studies and history: respectively, Alfred T. Mahan and Paul Kennedy. Thus, albeit not exactly Realist theories, these scholars' conceptions of sea power will be discussed herein for their close connection to realism.

Concerning the "Rise and Fall Realism", this article will consider the contributions of Gilpin (2002) and Modelsky and Thompson (1988). Gilpin (2002) is especially relevant to the study of the domestic determinants of great powers' rise, among which military strength, economic factors, and technology are included. In turn, Modelsky and Thompson (1988) argue that global powers are necessarily naval powers. Defensive Structural Realism is herein represented by Barry Posen's work (2003)⁹, who includes naval power among the foundations of US hegemony. In contrast, John Mearsheimer's (2001) Offensive Structural Realism downplays the importance of what he designates as "sea power" when analyzing the power portfolio of regional hegemon candidates.

⁴ The debate between Edward Carr – one of the first self-identified International Relations realists – and Norman Angell is traditionally known as the foundational debate of the International Relations field of study (KAHLER, 1997). In the "Twenty Years' Crisis: 1919– 1939: An Introduction to the Study of International Relations", Carr established his realist theory of IR in opposition to Angell's alleged utopianism. Therefore, by Realism, this article refers to theories produced after Carr's foundational work which share common theoretical premises: mainly, the centrality of the state and power in the international arena and the consideration of anarchy as the main characteristic of the modern international system.

⁵ Colin Elman (2008) classifies contemporary realists' theories as Classical Realism, Neorealism, Defensive Structural Realism, Offensive Structural Realism, Rise and Fall Realism, and Neoclassical Realism. For more information on each of these realist theories, see ELMAN, Colin. Realism. In: WILLIAMS, Paul (Ed.). **Security Studies: An Introduction**. New York: Routledge, 2007. p. 15-28.

⁶ "Rise and Fall Realism" explains how states first rise to and then fall from, this leading position, and the consequences of that trajectory for state foreign policies. In particular, the approach is concerned with the onset of great power wars which often mark the transition from one leader to the next" (ELMAN, 2008, p. 24).

⁷ "Defensive Structural Realism relies on rational choice, offence-defense balance, security dilemma and considers that states should support the status quo" (ELMAN, 2008, p.22).

⁸ Offensive Realism, founded by Mearsheimer (2001), argues that, whenever possible, states do not cease to accumulate power. In other words, great powers do not aim at having as much power as their potential rivals, that is, their primary objective is not to achieve the structural condition of balance or equilibrium. Instead, they aim to conquer the prominence of power, which is considered the best way to guarantee state security.

⁹ We here rely on Rose (1998) to classify Barry Posen as a Defensive Structural Realist.

¹⁰ A "necessary condition" is herein regarded as an independent variable X (naval power) whose presence is essential to the realization of a dependent variable Y (world power placing in the global ranking of powers). That is, the occurrence of Y is impossible without the presence of X. A "sufficient condition" is herein considered as an independent variable X (naval power) whose sole presence is enough for the realization of Y (world power position in the global ranking of powers) (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 195-196).

In this context, this article aims to answer the following questions: what is the role of sea power and naval power in International Relations realist theories and, consequently, in world politics? And how do they define the connection between economic power and naval power? First, we argue that these theories mistakenly employ sea and naval power as if they were synonyms. Then, we claim that the relative relevance of naval power in great powers' portfolio of capabilities is not consensual among the theories herein analyzed, varying in a spectrum that goes from: 1) the consideration of naval power as a necessary and almost sufficient condition to global power ranking, 2) moving to the acknowledgment of naval power as historically important to the last two hegemonic powers, but not as important in future manifestations of hegemonic power, and 3) reaching the consideration of naval power as a supportive role, together with the regard of land power as a necessary and almost sufficient condition to a high placing in the global ranking of powers.⁹ Finally, we stress the close relationship between economic and naval power on the rise and fall of great powers, highlighting the dilemma between short-term security goals and long-term economic goals.

We begin by briefly reviewing the works of Mahan (1987) and Kennedy (1982; 1998), which are in close dialogue with the realist theories herein discussed. We then briefly summarize the theories proposed by Gilpin (2002), Modelski and Thompson (1988), Posen (2003), and Mearsheimer (2001), focusing on the role of naval power. Next, we contrast the relative relevance given by these theories to naval power and stress the connection between wealth and naval power. We conclude by claiming that the relative importance of naval power in each of those theories could be represented in a spectrum in which this power is seen as necessary and almost sufficient condition for a State to be considered a world power by Modelski and Thompson, important but far from being sufficient by Gilpin and Posen and, finally, only supportive of the land power by Mearsheimer.

SEA POWER, NAVAL POWER, AND INTERNATIONAL RELATIONS THEORY

This section begins by briefly discussing the contributions of Alfred Thayer Mahan and Paul Kennedy, whose ideas about sea and naval power have influenced IR realist theories. It then moves to the specific discussion of sea and naval power in Gilpinian Realism, Modelski and Thompson's Long Leadership Cycles theory, Posen's Defensive Structural Realism, and Mearsheimer's Offensive Structural Realism.

THE CONCEPTS OF SEA POWER AND NAVAL MASTERY IN PERSPECTIVE

The recognition of the importance of the sea and the role of navies in the achievement of political objectives has a historical tradition that goes back millennia, naval power being related to "...the rise and fall of nations and the evolution of civilization" (STEVENS; WESTCOTT, 1958, p. vi). Nevertheless, Alfred Thayer Mahan's book "The Influence of Sea Power upon History: 1660-1783", first published in 1890, is responsible for systematically discussing the concept of sea power and its relation to the security and prosperity of nations.

Mahan considered the sea as "a great highway... or a wide common" and defended the "profound influence of sea commerce upon the wealth and strength of countries, and the importance of the capacity of a state to control the sea in war as in peace" (MAHAN, 1987, p. iii-26).

Mahan does not precisely define the concept of sea power. Sometimes it is used as the capacity of the naval power to control the sea; at other times, sea power is related to the set of maritime commercial activities, access to markets, and the possession of colonies that would contribute to the wealth and power of a nation (CROWL, 1986). Although not having clearly defined the concept of sea power (CROWL, 1986; KENNEDY, 1998), Mahan established the main elements that had affected the sea power of the nations from 1660 to 1783. Four of these elements were related to the material conditions: geographical position, physical conformation, the extent of territory, and the size of the population; and two elements were related to ideational conditions: national character and the character of the government (MAHAN, 1987).

Based on British history, Mahan considered that sea power could be acquired by the production of agriculture and manufactures, routes of communications, shipping, and regulations to exchange this production, treaties with other states related to trade and tariffs, and colonies and bases. According to him, this trading system should be defended by a navy that controls the "great common". So, production, shipping, colonies and bases, and a predominant navy were important parts of sea power contributing to the rise of great powers, as the case of Great Britain had demonstrated (MAHAN, 1987. p. 28-29; 138). Nevertheless, Mahan pointed out the danger of over-emphasizing sea history, highlighting that sea power is only one factor in explaining how wealth is accumulated and how the nations rise and fall. Other factors closely related to sea history must be taken into account to avoid exaggerating or underestimating its importance (MAHAN, 1987, p. 90). Mahan's ideas about the role of sea power in the rise and fall of Britain as a great power were taken up many decades later by Paul Kennedy in his book "The Rise and Fall of the British Naval Mastery", first published in 1976. As the title suggests, he wanted to understand the history of Britain's naval supremacy and its close relation to the economy, and the rise and fall of Britain as a great power. The book dealt with economic change and military conflict (GIDDENS; MANN; WALLERSTEIN, 1989).

According to Kennedy, "Mahan is, and will always remain, the point of reference and departure for any work about sea power" (KENNEDY, 1998, p. 9). Therefore, the scholar starts his book by revisiting Mahan's ideas about the nature and the elements of sea power, concluding that the concept had changed in time, becoming more complex, making it difficult to synthesize into a simple definition. Kennedy considers that the concept of sea power has been historically developed, reflecting political, economic, and technological changes. At first, it had a tactical aim, meaning the capacity to transport troops through the oceans. Around the seventeenth century, the concept gained a grand-strategical aim, related to the development of national strength in the economic, technological, and military domains (KENNEDY, 1998).

Kennedy claims that Mahan's ideas about sea power had two components: military and economic. The first one deals with the concept of the "command of the sea", which does not imply the complete control of the oceans, but the naval capacity to avoid invasions from the sea and to allow freedom of navigation, to accomplish specific tasks, including projection of military power over enemy's shore (KENNEDY, 1982, p. 2). The second was related to the control of the sea trade, protecting the state's sea lines of communications, and denying the enemy's sea trade. Although strong naval power was considered an important symbol of the maritime strength of a state, the elements of sea power established by Mahan show that he considered the concept to be much wider than a powerful battle fleet (KENNEDY, 1989, p. 4-7).

Kennedy argues that Mahan implicitly considered that the sea had more influence in world affairs than land. According to him, this was because the period analyzed by Mahan was characterized by historical and geographical specificity in which "colonies, commerce, shipping and conflict at sea occupied a disproportionately large role in world affairs" (KENNEDY, 1989, p. 7). Nevertheless, Kennedy considers that land power has historically been more influential in world affairs, and this can be seen by the historical examples of land empires whose strength did not depend on sea power. Even Britain became a leading world power by using a balanced mix of sea power and land power.

Kennedy concludes that it is difficult, in practice, to quantify the amount of sea power of any state, so he prefers to use the concept of naval mastery:

(...) a situation in which a country has so developed its maritime strength that it is superior to any rival power and that its predominance is or could be exerted far outside its home waters, with the result that it is extremely difficult for others, lesser states to undertake maritime operations or trade without at least its tactical consent. It does not necessarily imply superiority over all other navies combined, nor does it mean that this country could not temporarily lose command of the sea; but it does assume the possession of an overall maritime power such that small-scale defeats overseas would soon be reversed by the dispatch of naval forces sufficient to eradicate the enemy's challenge (KENNEDY, 1998, p. 9).

Naval mastery is connected to the national wealth, fleet bases, naval merchant marine, etc. that give the state maritime supremacy, allowing the "influence at a global rather than at a purely regional level" (KENNEDY, 1998, p.9). Thus, according to Kennedy, there is a close relationship between a state's economic vitality and its sea power, so the main lesson that can be extracted from the rise and fall of maritime states is that: "dominant sea power resides ...with the state that buttresses the sea-faring prosperity with balanced economic growth" (J.J. CLARK apud KENNEDY, 1989. p.8).

After analyzing the history of Britain's Naval Mastery, Kennedy finishes his book revisiting the Mahan's elements of sea power to conclude that maritime strength always depends, primarily, upon economic and commercial development, advanced technology, and financial strength, although geography and maritime mentality are important too (KENNEDY, 1998. p. 337-349). Thus, he considers that the fall of British naval mastery was associated with Great Britain's economic decay and strategic overextension, due to "the possession of numerous defense obligations, without the corresponding capacity to sustain them." (KENNEDY, 1998, p. 348).

Kennedy takes up this relation between "economics and strategy" in another book, "The Rise and Fall of Great Powers", in which he defends that wealth and power and economic and military strength are always relative among states in an anarchical and competitive international system (KENNEDY, 1998. p xxii; p. 536). Thus, he claims that the rise and fall of great powers are associated with different economic growth, scientific development, innovation, and organization of the productivity among states. In this dynamic, wealth and military power are closely connected: "wealth is usually needed to underpin military power, and military power is usually needed to acquire and protect wealth" (KENNEDY, 1998, p. xvi). At the end of his book, Kennedy agrees with Gilpin's argument, expressed in his book "War and Change in World Politics", that the rise and fall of great powers are associated with unequal economic and military

relative growth among states and that in this dynamic the international position of the state may be weakened if a large proportion of its total income is invested in “protection instead of on productive investment” (KENNEDY, 1998, p. 539). Accordingly, we explore Gilpin’s main understandings of the rise and fall of great powers in the next section.

GILPINIAN REALISM: HEGEMONIC WAR AND SEA POWER

Gilpin (2002) uses integrated economic and sociological approaches to explain international political change, war, and the rise and decline of great powers. According to the scholar, uneven growth of power among states in the political, economic, technological, and military realms causes a revisionist state “to attempt to change the international system if the expected benefits exceed the expected costs” (GILPIN, 2002, p. 10). Change can be incremental or revolutionary: the first is more common and has the objective to make minor adjustments in the international system, using bargain among states, coercive diplomacy, and armed conflict over limited interests; the second has the objective to change the governance of the system. It occurs when a crisis provoked by the disequilibrium in the international system (that is, the rise of new powers and the fall of status quo hegemonic states) is not peacefully resolved. According to Gilpin, hegemonic war has historically been the main mechanism of revolutionary change (GILPIN, 2002, p.15)

Gilpin (2002) argues that the international system and the behavior of states are under the control or governance of great powers. This control depends on the distribution of power among political coalitions; the hierarchy of prestige among states; and a set of rights or rules (GILPIN, 2002, p. 26-36). Economic and military power are the main elements when considering the distribution of power and the hierarchy of prestige in international relations. Prestige is connected to the reputation of military power. It is specially attributed to the states that were successful in the last hegemonic war, and it is used to defend the political order created after this war. Nonetheless, prestige also relates to the capacity of providing public goods to the members of the international system (GILPIN, 2002, p.30-34).

Gilpin (2002) considers that the hegemon tries to establish an economic order and that “most states benefit from it, but the more efficient and technologically advanced economies tend to benefit relatively more than other states” (GILPIN, 2002, p. 138). In modern eras, hegemony, efficiency, and political-military strength created an interdependent world market economy, and states could gain more through efficient trade and specialization than from territory conquest. According to Gilpin (2002), economic efficiency and military power walk together, and British naval supremacy was used during the Pax Britannica to create a world market economy. This supremacy allowed Great Britain to control the seas and preserve the global hegemony, controlling the world outside Europe and exploiting the global trade all over the world. The British naval supremacy was only challenged in Europe by the re-emergence of France and, mainly, German navies. Outside Europe, this challenge came with the growth of the United States and Japanese navies. In the twentieth century, the United States replaced Great Britain in the governance of the international system and as the lead nation of the world market economy, using military power to defend this market in the period of the Pax Americana, assuring an “international system of relative peace and security”, that served its interests (GILPIN, 2002, p. 131-139).

The other assumption of Gilpin's theory, mentioned above, is that there is a tendency that the economic costs of maintaining the status quo to rise faster than the capacity to support it (GILPIN, 2002, p. 156). The state's cost to maintain the predominant position exceeds the benefits. Some internal and external factors affect the decline of the dominant state. Internally, the economic decline is the most important. Some other factors contribute to this decline, such as the limited rate of innovation and productivity, the increasing costs of military protection, and the implementation of welfare policies. Externally, two factors are important: the loss of economic and technological leadership, the increasing costs to maintain the protection of the system, and the superior military and political position concerning the strength of rival states (GILPIN, 2002.p.156-185).

Gilpin (2002) argues that the redistribution of power due to the differential economic growth and development among states provokes a disequilibrium in the international system, making revisionism possible.

The status quo hegemonic power, to maintain its dominant position, may try to restore the equilibrium in the system by increasing the resources, reducing its existing commitments, or accommodating the demands of the challenging state(s). If the equilibrium is not solved peacefully, a hegemonic war will change the international system, and the cycle starts again (GILPIN, 2002, p.187-188).

According to Gilpin (2002), the ideas of cycles of war and peace have been studied by several authors. He considers that George Modelsky's theory is one of the most interesting because it defends that global politics may be represented by "long cycles of hundred-year-long inaugurated and concluded by global wars. The beginning of each cycle starts the era of a new dominant power that provides order in the international system" (GILPIN, 2002 p. 204-205). The role of sea power in the long cycles is going to be described in the next item.

LONG LEADERSHIP CYCLE THEORY

Long-leadership cycle theory analyses the rise and fall of world state leaders, seeking to identify the causes and consequences of this repetitive and cyclic process. Each hegemonic cycle is both marked by regularities and evolving complexities, global war being one of these regularities (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 15).

In the modern world, LLCT claims that world powers (that is, states that perform world leadership) have been "sea powers", capable of commanding the seas. In especial, LLCT argues that changes in world leadership are associated with shifts in the distribution of naval power. Global powers (states that have significant involvement in global politics and the capacity to do so) have also been sea powers (MODELSKI; THOMPSON, 1988).

To qualify as a world power, the authors claim that a state "must equal 50% of the total naval expenditures or 50% of the total warships of the global powers" (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 44). To qualify as a global or great power, a state must equal "5% of the total naval expenditures of the global powers or 10% of the total warships of the global powers. Furthermore, its navy must demonstrate ocean-going activity as opposed to more circumscribed regional sea-or coastal-defense activity" (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 44).

The viability of the naval-strength indicator ultimately rests upon the maritime character of the decisive battles in past global wars. For these scholars, sea power is

“regarded as a medium of a higher order than land forces” (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 13). The LLCT considers that one of the main elements of world leadership is the concentration of capabilities of global reach. In this context, sea power is the primary capability due to the technological history of the modern area and the geographical characteristic of the world, in which the oceans connect continental mass of land. According to Modelski and Thompson (1988), LLCT more broadly highlights the same questions Mahan sought to answer related to sea power and the conditions of world leadership. In this context, the scholars consider that it is necessary to quantify Mahan’s concept of command of the sea, to understand the long-term changes in world politics (MODELSKY; THOMPSON, 1988, p. 14-15; 24; 97).

The centrality of sea power to world order is justified by what navies can do. During global wars, “navies have proved decisive” acting to: 1) neutralize and destroy opponents’ navies (sea control); 2) preserve home bases from attack, as well as carry out attacks and invasions (power projection); 3) safeguard friendly communication and trade lines and intercept opponent ones; 4) guard and secure essential links with allies. During peacetime, the navy of the world power “has a critical function of protecting the status quo established by the earlier global war”, acting to: 1) deny a challenger the opportunity of a surprise attack and quick victory using its missile and attack submarines (deterrence); 2) retaliate an attack (for that purpose, carrier forces and missile-carrying submarines are essential); 3) protect trade routes, 4) limit the intercontinental mobility of a challenger’s missile forces and create conditions for the movement of allied forces (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 11-13).

As compared to other capabilities, LLCT considers sea power superior to land forces in world politics since:

- 1) it confers greater mobility, hence access to a wider variety of resources and experiences;
- 2) it employs higher-order technology, is more expensive, and generates greater innovation;
- 3) it carries larger information content, higher visibility, and symbolic load;
- 4) it operates world-wide and at the global level; (...)

it also earns greater legitimation by contributing to the stability of the system of world order (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 14).

Finally, LLCT claims that, throughout the modern period, sea power has been closely linked to innovation. According to Thompson (2009), structural leadership is related to changes in the sources of technological innovation since it is the main impetus for long-term growth. Innovation is also one important foundation of success in warfare.

In synthesis, Modelski and Thompson (1998) consider that “world powers share certain common characteristics such as insular or semi-insular position, commercial and/or industrial enterprise, capacity for coalitioning, and also, most importantly, organisation for global reach manifested most effectively through sea power” (MODELSKY; THOMPSON, 1988, p.16). Nevertheless, the scholars warn that the process in which a global war inaugurates and concludes the cycles of changes in the international system is not deterministic. Political innovations could contribute to avoiding another global war and/or the relative weight of sea power could decline. Moreover, space could become the high ground of world politics (MODELSKY; THOMPSON, 1988, p.16-17; 113; 146). Sea and space powers are two elements of the concept of “command of the commons”, defended by Barry Posen, as will be explained in the next section.

BARRY POSEN: HEGEMONY AND THE COMMAND OF THE COMMONS

Barry Posen (2003) argued that the United States hegemony after the end of the Cold War was grounded on the “command of the commons” which he defined as “areas that belong to no one state and that provide access to much of the globe” (POSEN, 2003, p. 7). More specifically, the scholar referred to the following global commons: the sea, space, and air. In turn, to command the commons meant that:

(...) the United States gets vastly more military use out of the sea, space, and air than do others; that it can credibly threaten to deny their use to others; and that other would lose a military contest for the commons if they attempted to deny them to the United States. Having lost such a contest, they could not mount another effort for a very long time, and the United States would preserve, restore, and consolidate its hold after such a flight (POSEN, 2003, p. 8).

Posen acknowledges that the concept of the command of the commons is inspired by the command of the sea concept, which, in turn, is analogous to Paul Kennedy’s naval mastery concept (POSEN, 2003, p.8). In this sense, despite American undisputable military superiority during the 1990s, Posen warns that there were “contested zones” where possible adversaries could face U.S. forces with some hope of success. In other words, the command of the commons was not a guarantee of U.S. victory at all times, nor did it mean a persistent and exclusive U.S. presence. In especial, other states were not prevented from using the commons in peacetime, or from developing military assets to fight for their use. Nonetheless, the command of the commons meant that no other state was able to deny U.S. access to the global commons.

The importance of the command of the commons derived from the fact that it allowed the United States: a) to exploit other sources of power (including economic power); b) to weaken its adversaries and strengthen allies (by extending American protection to the latter), and c) to wage war on short notice.

In regards specifically the command of the sea, according to this scholar, “The United States enjoys the same command of the sea that Britain once did, and it can also move large and heavy forces around the globe” (POSEN, 2003, p. 9). But, to the U.S. advantage: “Political, economic, and technological changes since the 1980s have thus partially reversed the rise of land power relative to sea power that occurred in the late nineteenth century and helped to erode Britain’s formal and informal empire” (POSEN, 2013, p. 9-10).

Moreover, Posen (2003) claimed that the command of the sea meant the U.S. was a provider of a collective good for its allies:

U.S. military power underwrites world trade, travel, global telecommunications, and commercial remote sensing, which all depend on peace and order in the commons. Those nations most involved in these activities, those who profit most from globalization, seem to understand that they benefit from the U.S. military position—which may help explain why the world’s consequential powers have grudgingly supported U.S. hegemony (p. 46).

In sum, superior “sea power” or the “command of the sea” constituted an important pillar of U.S. hegemony for Posen.¹¹

OFFENSIVE REALISM AND THE SEA POWER CONTROVERSY

Offensive realism is characterized by its defense of land power superiority and the consideration of both naval and air forces as playing a supporting role. In Mearsheimer's own words:

(...) a state's power is largely embedded in its army and the air and naval forces that support those ground forces. Simply put, the most powerful states possess the most formidable armies. Therefore, measuring the balance of land power by itself should provide a rough but sound indicator of the relative might of rival great powers (MEARSHEIMER, 2001, p. 83).

According to Mearsheimer (2001): “armies are of paramount importance in warfare because they are the main instrument for conquering and controlling land, which is the supreme political objective in a world of territorial states. Naval and air forces are simply not suited for conquering territory” (MEARSHEIMER, 2001, p. 86). In addition, the scholar claims that armies are the forces capable of producing decisive victories: “blockading navies and strategic bombings (...) cannot produce quick and decisive victories in wars between great powers” (p. 87).

On the limitations of naval power, Mearsheimer argues that large bodies of water limit power projection. The so-called “stopping power of water” means that there are limits on the number of troops and firepower that a navy can carry in an amphibious operation and land-based forces are almost certain to inflict a devastating defeat on the forces attempting to invade by sea.

In this sense, Mearsheimer's premise on the superiority of land power impact on the requisites for acquiring hegemon status. “A hegemon is a state that is so powerful that it dominates all the other states in the system. No other state has the military wherewithal to put up a serious fight against it” (MEARSHEIMER, 2001, p. 40). To become a hegemon, states have to gather enough power to defeat any adversary or coalition of adversaries in a systemic wide war. Since world system wars are mainly won on land, land power is paramount to hegemony. However, according to Mearsheimer, a state can't achieve global hegemony due to the difficulties of projecting power across oceans, which impedes world domination. Therefore, “The best outcome a great power can hope for is to be a regional hegemon and possibly control another region that is nearby and accessible over land” (p. 41).

The stopping power of waters: makes it impossible for any great power to conquer and dominate regions separated from it by oceans. Regional hegemons certainly pack a powerful military punch, but landing amphibious assaults across oceans

¹¹ Brooks and Wohlforth (2016) have recently updated Posen's research in an attempt to verify if the international system can still be classified as unipolar or hegemonic. Military capabilities remain extremely important to all strands of realist theory in order to define systemic polarity. In this sense, Brooks and Wohlforth (2016) compared China's current military capabilities to the U.S., verifying if the latter still enjoyed the command of the commons. Like Posen (2003), Brooks and Wohlforth (2016) claim that the capabilities to command the sea, air, and space are equally important. The choice of these capabilities is related to their ability to support the projection of power to different regions of the world. Interestingly enough, land power is practically not cited by these studies. On the one hand, this means that the U.S. still possesses the command of the sea and that it is a persistent characteristic of its great power status. On the other hand, this also means that rising powers are investing in naval capabilities on the path to narrowing the gap with the U.S. In contrast, the next section discusses a realist theory that places greater emphasis on land power to the detriment of naval power.

against territory controlled and defended by another great power would be a suicidal undertaking (p. 141).

Therefore, the bid for hegemony starts with the attempt to dominate the balance of land power; air and naval forces are additionally acquired to support ground forces. Thus, to qualify as a potential regional hegemon: "a state must be considerably wealthier than its local rivals and must possess the mightiest army in the region" (MEARSHEIMER, 2001, p. 143).

In this sense, we claim that there is an implicit idea of stages in Mearsheimer's theory: the initial focus of a candidate for regional hegemony will be on land superiority since it needs to first possess the mightiest army in its region to conquer the position of regional hegemony. Only after it achieves the position of regional hegemony, will a state be safe to exert influence on another region by employing a strategy of offshore balancing: intervention in other regional balances when regional powers have failed to balance a potential regional hegemon. In this second stage, a powerful navy becomes essential. At this point, a regional hegemon is free to invest major resources in naval power.

AN OVERVIEW OF SEA POWER AND NAVAL POWER IN REALIST INTERNATIONAL RELATIONS THEORY AND THE CONNECTION BETWEEN MILITARY POWER AND WEALTH

After discussing the main realist theories that have tried to make sense of the importance of the sea and naval power in world politics, we argue, first and foremost, that these theories mistakenly employ the concepts of sea power and naval power as if they were synonyms.

Reflecting on their terminology choice, Modelski and Thompson (1988) argue that since the modern world system is an oceanic system, they could have used the concept of ocean power, which is related to the use and control of the oceans. Nevertheless, they preferred to use "sea power" because they claim it was already an established term. The scholars explain that "the classical definition of sea power means (the) use and control of the sea (...) or the denial of it to an opponent" (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 3-4). According to the authors, the concept of sea power refers to the state's naval forces and their participation in world politics. Thus, it is clear that they employ the concepts of sea power and naval power as if they were synonyms, but their theory really refers to naval power.

The same ambiguity is found in Gilpin's work (2002). On various occasions, he uses the term sea power to talk about naval power: "(...) the greatest empire that ever existed, the British, was based on control of the seas. These advantages of sea power relative to land power prevailed until the innovation of the railroad" (GILPIN, 2002, p. 58). In the same vein, Posen (2003) also uses the term sea power to refer to the command of the sea established by the naval forces. Mearsheimer (2001) makes the same terminology confusion. He states that Mahan was wrong when he "proclaimed the supreme importance of independent sea power" (MEARSHEIMER, 2001, p. 84). As his argument develops, it becomes evident that Mearsheimer (2001) employs the term sea power as synonymous to naval power: "neither independent naval power nor strategic airpower has much utility for winning major wars" and describes the "limits of independent naval power" (MEARSHEIMER, 2001, p. 86-87).

Nonetheless, it is our understanding that the concept of sea power has several dimensions: political, economic, social, environmental, and military. Contemporarily, scholars specialized in naval strategy have contributed to the refinement of this concept, claiming that sea power is a much broader concept than naval power:

All too often, the terms naval power and sea power are used interchangeably. But naval power, properly understood, refers to a direct and indirect source of military power at sea. The main components of a naval power are the navy, coast guard, and marines/naval infantry and their shore establishment. The term sea power (coined in 1849) originally referred to a nation having a formidable naval strength. Today, this term's meaning is much broader; it now describes the entirety of the use of the sea by a nation. Specifically, a sea (or maritime) power comprises political, diplomatic, economic, and military aspects of sea use. Naval power played an extremely important and often vital role in the lives of many maritime nations (VEGO, 2008, p. 8)

Accordingly, Silva (2017, p. 238) argues that: "sea power is the capacity of a State to use the sea and influence the range of sea-related activities in the political, economic, social, environmental, and military domains. Naval power is, only, the military component of sea power."

In this sense, it is important to provide answers to the question of the role of naval power in world politics. Gilpin (2002) defends that naval power is important in exercising effective military power and political influence at great distances. He claims that the control or governance of the international system depends on a set of rights or rules and economic and military power. He considers military power as one important element in the distribution of power and the most important element in the hierarchy of prestige. The state military power and political influence gain more breadth and reach as innovations in transportation and communications enable action in great areas and at long distances. In particular, naval power was an important tool used by recent hegemonic powers to create a world market economy and protect the free circulation of goods through sea lines of communications.

Modelski and Thompson claim that navies are decisive in global wars because "global wars have been naval wars in the most general sense because global wars are contests for world leadership and world leadership requires seapower" (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 19). According to them, in the Second World War naval power generated in all theatres the conditions that allowed land power to defeat the opponent's ground force and conquer the territory. Although they consider that land forces were of "utmost significance" in all global wars, they claim that these wars "have been containment wars" in which a coalition of states used naval power to contain a "centrally situated power". Moreover, naval power is fundamental for the capability of global reach and essential for great powers' world leadership in war and peace. For them, naval power is an essential component of the world order and world politics, although other military forces contribute to this goal. The naval power represents a "higher-order medium of interactions in world politics" when compared to land forces because it "is a medium appropriated to a political system of a higher degree of complexity and scope". Thus, changes in the ranking of world great powers are associated with changes in the distribution of naval power (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p.11-13, 17).

The importance of naval power to great power politics is also emphasized by Posen (2003). Although he considers that in contested zones the US could face more difficulty in fighting and succeed militarily, he defends that the command of the commons is one pillar of the North- American hegemony. For him, command of the sea allows the US to get access to much of the globe and transport large and heavy-armed troops around the globe, including using the access facilities provided by allied countries. Moreover, command of the seas facilitates the US to keep forces forward deployed to act in crises or war.

Mearsheimer (2001), nevertheless, considers that naval power has a limited role in world politics. For him, land power is the most important form of military power. He claims that in a conflict between global powers, the “stopping power of waters” limits the number of troops and firepower that a navy can carry in an amphibious operation against the coast of a state that has powerful land forces. So, he claims that the main problem a regional hegemon faces to become a global hegemon is the difficulty to project military power across the oceans against a well-defended territory of a rival great power located in another region. Nevertheless, he concedes that a great power navy has an important role to avoid the surge of a regional hegemon when this great power is acting as an offshore balancing (MEARSHEIMER, 2001, p. 41).

Despite employing different terminologies and different relative importance to different aspects of military power, Gilpin, Modelski and Thompson, Posen, and Mearsheimer all consider that great powers are defined by their ability to exert military influence beyond a state’s original region. Surely, this influence is made possible by the possession of superior naval capabilities. This naval supremacy definitely has an important role in the rise and fall of great powers.

Nonetheless, it is our understanding that Mearsheimer’s (2001) position on the superiority of land power is a direct result of his conception of hegemony. For him, hegemony seems to imply the capacity to occupy or conquer territory. Occupying territory in a foreign region is indeed a huge challenge. Nonetheless, if the meaning of global hegemony is re-signified to refer to the capacity to exert great military influence over distant regions (without necessarily occupying territory), the superiority of land power is challenged. This move is justified by the diminished role of territorial occupation in the 21st century. In the contemporary system, naval power is extremely useful for both deterrence and coercive strategies and other activities short of territorial occupation.

Nonetheless, we argue that neither land power nor naval power is intrinsically superior. The combination of power resources chosen by a rising, regional or global power will be dependent on its political objectives. As Clausewitz stated, and Mearsheimer recognized, war is an instrument of state policy, so “when nations resort to war, they do so because they have political objectives worth fighting for, not simply because they have the military capability to defeat the opponent” (MEARSHEIMER, 1983, p. 60). In line with Clausewitz, we defend that “war is an act of force to compel the enemy to our will” (CLAUSEWITZ, 1940, p. 75); and the purpose of any war is to achieve some degree of control over the opponent, through the construction and execution of a strategy that combines all elements of the military power (WYLIE, 1987, GRAY, 1999). So, instead of necessarily building up the “most powerful army”, as defended by Mearsheimer (2001), every state must pursue a combination of military power that enables itself to conquer its political objectives in war. This means, depending on a state’s political objectives and geographical

challenges, in the bid for hegemony, the priority might be given to naval power before the achievement of ground forces superiority.¹²

Finally, it is important to develop the connection between naval power and national wealth. Gilpin (2002) considers that economic growth has a paramount role in underlying international political changes and that there is a close relation between economy and military power. Economic efficiency and military power are thus interdependent. According to Gilpin (2002), some of the most significant forces causing international political change over the long term are economic growth or population shift, although technological and military changes frequently may be the triggering mechanism. Innovations in transportation and communications have a great impact on the use of military power, greatly "increasing the distance and area over which a state can exercise effective military power and political influence" (GILPIN, 2002, p. 57). For instance, the creation of the steamship had a revolutionary effect on trade and military power.

The consequential advantage of naval power over land power was exercised until the innovation of the railroad allowed the birth of continental powers like the United States and Russia. So, when Great Britain became the world hegemon, its naval supremacy was important to establish and support a new economic order: the world market economy. Nowadays, the United States uses its naval supremacy to maintain this order. Gilpin also defends that military power may contribute to the state's economic international competitiveness when military innovation diminishes the costs of protecting the system. Nevertheless, he admits that the increasing costs to maintain the superior military position and the protection of the system contributes to the decline of the hegemon (GILPIN, 2002)

Modelski and Thompson (1988) consider that economic, social, and cultural factors are important elements that work together with naval power in the global system, that only exists because of the capacity of global reach. The great powers that exercised world leadership have also been great commercial and/or industrial powers. Furthermore, naval power has been directly related to innovations, especially during the periods between global conflicts, that have transformed the world into a modern interconnected oceanic system. These innovations contribute to the country's economic success that allows the state to join the club of great powers (MODELSKY; THOMPSON, 1988, p. 16).

Posen (2003) also agrees that there is a close connection between superior economic resources, technology, industrial capacity, and military power. The hegemon needs to maintain superiority in these fields when compared to potential adversaries. This superiority allows the command of the sea. Modern naval assets, like nuclear submarines or aircraft carriers, for example, are very expensive, and few countries can develop them. So, the command of the sea is

¹² In line with this argument, Lim (2014) argues that offensive realism is imprecise in defining the relations between the global and regional levels. According to this scholar, regional hegemon candidates such as China exercise a two-pronged strategy: gaining supremacy over regional adversaries and isolating their region from the external interference of extra-regional hegemons. To isolate the region from external interference, it is also required that a regional hegemon candidate acquires naval power. Naval power does not necessarily imply sea command. When a navy is not capable of seeking sea command, it might choose to deny others the exercise of command in a sea denial strategy. Therefore, regional hegemon candidates tend to develop navies capable to damage and carrying out hit and run tactics. That generally implies great investments in attack submarines, to the detriment of mirroring extra-regional adversaries' navies that need to prioritize amphibious operations (and invest heavily on carriers, for instance). In sum, in opposition to Mearsheimer's argument that a regional hegemon candidate seeks land superiority, Lim (2014) argues that regional hegemony cannot be achieved without early investment in naval capabilities.

directly associated with the economical, technological, and industrial advantage of the US related to other countries (POSEN, 2003).

Mearsheimer (2001) claims that security is the most important aim of a great power and when it conflicts with economics, the first will be prioritized. Nevertheless, he also defends the connection between states' economic development and military power. According to him, economic prosperity means wealth, which is the foundation to build and maintain technological modernized military forces (MEARSHEIMER, 2001, p. 46-61). He argues that the concept of wealth is associated with latent power, that is, the state's socio-economic resources, technological development, and also the advanced industries available to the state, in building and supporting its military forces. However, he considers that sometimes wealthy states do not build additional military forces when there are diminishing returns in strategic advantage; when defense spending will hurt the state's economy; or when wealthy allies help a great power in the security competition with a rival (MEARSHEIMER, 2001, p. 76-79).

Finally, the priority given by Mearsheimer (2001) to military power to the detriment of economic power is related to assumptions about the imminence of conflicts. Mearsheimer's theory emphasizes the worst-case scenario – in which great powers have always to be prepared for war – due to three main reasons: political competition is more dangerous than economic disputes and the existence of a state may be challenged in case of a war defeat; the possibility of conflict always exists if there is material capacity; and a rational state should always prefer military preparedness as a measure to prevent conflict or to win a war. Thus, Mearsheimer's offensive realist theory assumes that short-term military security should be prioritized over long-term economic development when the two conflict. On the other hand, Gilpin's theory assumes a more flexible position, considering that security threats must be pondered by a probability of conflict analyses, to the detriment of always maximizing security. This allows the state "to make trade-offs between short-term military objectives and long-term economic objectives" (BROOKS, 1997, p. 458).

The table below summarizes the main ideas of the realist theories discussed herein on the role of naval power and the connection between naval power and wealth.

Table 1: Naval Power in Realist Theories

CONCLUSION

This article has developed a comprehensive overview of International Relations realist theories in order to unravel the role of sea and naval power in world politics. It was argued that prominent scholars from the "Rise and Fall Realism", "Defensive Structural Realism", and "Offensive Structural Realism" mistakenly employ "sea power" and "naval power" as synonyms. In this sense, we have clarified that naval power relates to the military component of sea power, that is, to naval military capabilities. Therefore, the theories herein discussed are mainly responsible for developing the role of naval power in world politics.

The theories tend to agree on the overall importance of naval power to great powers since it helps in power projection. Nonetheless, this article has discussed the controversy around the relative priority given to naval power by different scholars. The analysis shows that the role of naval power in world politics could be represented in a spectrum in which naval power is seen as a superior medium by Modelski and Thompson (1988), important by Gilpin (2002) and Posen (2003), and mainly supportive by Mearsheimer.

Despite recognizing that this situation might change in the future, Modelsky and Thompson (1988) consider that all world powers have, until now, shown superior naval capabilities. This puts naval power as a historically necessary and almost sufficient condition for world power ranking. Naval power is necessary in the sense that without it a state cannot be considered a world power. It is almost sufficient since it has a central role in the composition of military power so that other sources of power are considered secondary by Thompson and Modelsky (1988). The inductive character of this theory leads one to bet on the continued relevance of naval power to future hegemons.

In turn, Gilpin (2002) recognizes the importance of naval power to the last two world hegemons (Great Britain and the US) but places greater emphasis on the understanding that the power composition of hegemons is historically determined, so that military, economic, political and technological changes might transform the relative importance of different power manifestations. In a similar vein, Posen (2003) places equal importance on the command of all global commons: the sea, the air, and the space, implying that naval power is necessary, but is also far from sufficient in determining great powers' place in the world power ranking.

In contrast, Mearsheimer (2002) acknowledges the role of naval power in making "off-shore balancing" strategies possible for a regional hegemon. Nevertheless, it is land power that is considered necessary and almost sufficient in the pursuit of hegemony due to its alleged role in winning wars and occupying territory.

Finally, this article has shown that all the variants of Realism herein discussed stress the importance of wealth in making military power possible and highlight the importance to balance defense spending with the economic strength enjoyed by the hegemon. Modelsky and Thompson (1988), Gilpin (2002), and Posen (2003) place great emphasis on the role of naval power in securing sea lines of communication, which support free trade. In particular, according to Gilpin (2002), naval supremacy was used by Great Britain to help in the creation of a world market economy, being replaced by the U.S. in the 20th century. In this sense, not only wealth is necessary to support military naval power, but the latter is also auxiliary to the pursuit of the former. 25

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o papel do poder marítimo e naval no "Rise and Fall Realism", "Realismo Estrutural Defensivo"; e "Realismo Estrutural Ofensivo", representados respectivamente pelos trabalhos de Gilpin (2002) e Modelsky e Thompson (1988); Posen (2003) e Mearsheimer (2001). Argumentamos que esses estudiosos empregam equivocadamente o poder marítimo e naval como se fossem sinônimos. Na verdade, esses estudiosos estão preocupados principalmente com o componente militar do poder naval, ou seja, o poder naval. Além disso, afirmamos que a importância relativa do poder naval em relação a outras fontes de poder varia em um espectro que vai desde:

- 1) a consideração do poder naval como condição necessária e quase suficiente para a conquista do poder global, 2) passando para o reconhecimento do poder naval como historicamente importante para as duas últimas potências hegemônicas, mas não necessariamente importante nas futuras manifestações do poder hegemônico, e 3) chegar à consideração do poder naval como tendo apenas um papel de suporte para o poder terrestre, sendo esse poder o necessário e condição quase suficiente para uma colocação elevada no ranking mundial de potências. Por fim, refletimos

sobre o argumento estabelecido por essas variantes do Realismo sobre a conexão entre poder naval e riqueza.

Palavras-chave: Realismo de Ascensão e Queda; Realismo Estrutural Defensivo; Realismo Estrutural Ofensivo; Poder Marítimo; Poder naval

REFERENCES

BROOKS, Stephen; WOHLFORTH, William. The Rise and Fall of the Great Powers in the Twenty-First Century. China's Rise and the Fate of America's Global Position. **International security**, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 7–53, 2016.

BROOKS, Stephen. Dueling Realism. **International organization**, [S. l.], v. 51, n. 3, p. 445-477, 1997.

CROWL, Philip. A. Alfred Mahan: the naval historian. In: PARET, P. (ed.). **Makers of modern strategy**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1986.

CLAUSEWITZ, Carl. **On war**. London: Kegan Paul, French Trubner, 1949.

ELMAN, Colin. Realism. In: WILLIAMS, Paul (ed.). **Security studies: an introduction**. New York: Routledge, p. 15-28, 2007.

GIDDENS, Anthony, MANN, Michael; WALLERSTEIN, Immanuel. Comments on Paul Kennedy's The Rise and Fall of the Great Powers. **The british journal of sociology**, v. 40, n. 2, 1989, p. 328-340.

GRAY, Colin S. **Modern strategy**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

GILPIN. Robert. **War & change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KAHLER, Miles. Inventing international relations: international relations theory after 1945. In: DOYLE, Michael S.; IKENBERRY, G. John (ed.). **New thinking in international relations theory**. Boulder, Colorado: Westview Press, p. 20-53, 1997.

KENNEDY, Paul M. **The rise and fall of british naval mastery**. Amherst, New York: Humanity Books, 1998.

KENNEDY, Paul M. **The rise and fall of great powers**. Economic Changes and Military Conflict from 1500 to 2000. London: Hyman, 1988.27

LIM, Yves-Heng. **China's naval power**. An offensive realist approach. Ashgate: Burlington, 2014.

MAHAN, Alfred. T. **The influence of the sea power upon history**. New York: Dover Publications, 1987.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MEARSHEIMER, John J. **Conventional deterrence**. New York: Norton E. Company, 1983.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: Norton E. Company, 2001.

MODELSKI, George.; THOMPSON, William R. **Sea power in global politics, 1494-1993**. Seattle: University of Washington Press, 1988.

POSEN, Barry. Command of the Commons. The Military Foundation of U.S. Hegemony, **International security**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 5-46, 2003.

ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. Review Article, **World politics**, [S. l.], p. 144-172, v. 51, n. 1, 1998.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. The Enabling Power of The Oceans. **Contexto Internacional**, [S. l.], v. 39, n. 2, Rio de Janeiro: PUC, Institute of International

Relations, p. 237-243, 2017.

STEVENS, William O.; WESCOTT, Allan. **História do poderio marítimo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

THOMPSON, William. Structural preludes to systemic transition since 1494. *In*: THOMPSON, William (ed.). **Systemic transitions**. Past, present, and future. New York: Palgrave Macmillan, p. 55-73, 2009.

VEGO, Milan. On Naval Power. **Joint forces quarterly**, [s. l.], p. 8-17, v. 50, n. 3, 2008. Available at: <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a517358.pdf>. Accessed on: 28 Jan. 2020.

WYLIE, Joseph C. Military Strategy: **A General Theory of Power Control**. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, 1987.

“O QUE COLHI DE MARX. CONSIDERANDOS DE UM ITINERÁRIO DE INVESTIGAÇÃO”

[“What I have gathered from Marx. Considerations around a research itinerary”]

José Carlos Venâncio¹

Resumo

O presente ensaio serviu de base à minha última aula, proferida a 28 de fevereiro de 2023. Nele, reflito sobre o meu itinerário de investigação no âmbito da Sociologia e dos Estudos Africanos e sobre o impacto que teve, enquanto matriz teórica e metodológica, a obra do “jovem Marx” (e de Friedrich Engels). Tal procedimento analítico levou-me a pensar, num segundo momento, na contribuição do pensamento marxista para a consolidação das áreas académicas em questão e, adjacientemente, na atualidade académica desse mesmo pensamento.

Abstract

The present essay was the base for my last class/seminar, ministered on February 28, 2023. In it I dwell on the path of my research within the scope of Sociology and African Studies, as well as on the impact thereupon of the works of “young Marx” (and Friedrich Engels), as theoretical and methodological frame. Such analytical procedure led me to reflect moreover on the contribution of Marxist thought to the consolidation of the academic areas in question and, adjacently, on the current academic relevance of that thought.

Palavras-chave

Colonialismo, Pós-colonialismo, Sociologia, Estudos Africanos, Marxismo.

Keywords

Colonialism, Postcolonialism, Sociology, African Studies, Marxism.

¹ Professor Catedrático Aposentado da Universidade da Beira Interior e investigador-colaborador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho). É um dos 2 Vice-presidentes do Conselho Académico da AICP.

Em jeito de introdução

No outono de 1979, então jovem doutorando na Universidade de Mainz, bolseiro do Serviço Alemão de Intercâmbio Académico (DAAD - Deutscher Akademische Austauschdienst), sentado de frente do meu orientador, o Professor Ernst W. Müller, que acabara de conhecer pessoalmente, vi-me confrontado com uma inesperada pergunta: se já tinha lido Marx? Perplexo num primeiro momento, retorqui que sim, que o lia ou tentava lê-lo desde os meus dezasseis / dezassete anos. A pergunta foi ou pareceu-me inesperada porque estávamos na República Federal da Alemanha e porque no meio académico português, donde vinha, a *palavra de ordem* era o estruturalismo francês, com destaque para autores como Claude Lévi-Strauss, Roland Barthes e, em menor relevância, Michel Foucault e, ainda menos, Jacques Lacan. Marx e os marxistas, por força das circunstâncias políticas, estavam relativamente esquecidos ou relegados a determinados círculos intelectuais.

No decurso da nossa conversa, invoquei, a dado momento, a propósito de uma questão então surgida, o posicionamento de Lévi-Strauss, que, não tendo sido desaproveitada pelo meu orientador, não deixou o mesmo de me confrontar com uma segunda, igualmente inesperada pergunta: e você? O que é que pensa a respeito?

Bem, escusado será dizer que, num tempo que não excedeu os trinta minutos, aprendi duas lições que me ficaram para a vida. A primeira é a de que Marx continua a ser um autor incontornável nas Ciências Sociais e Humanas, inclusivamente nos chamados Estudos Africanos. A segunda tem a ver com a nossa autonomia de pensamento, que, sendo há muito um objetivo inerente aos processos de aprendizagem no mundo académico anglo-saxónico e germânico, por razões várias só mais recentemente começou a fazer caminho entre nós, portugueses, latinos (?), lusófonos (?)...bem com a exceção de Amílcar Cabral que, num posicionamento em que revisita o jovem Marx, nomeadamente a problemática da alienação, definira como estratégia central na luta anticolonial, nos idos de 60, o de se 'pensar com as próprias cabeças'. Essas são, porém, circunstâncias de outras lides. Concentremo-nos no mundo académico.

A influência de Marx estende-se a praticamente todas as Ciências Sociais e Humanas, sendo a Sociologia, a par da Economia, das que mais beneficiaram dessa influência na definição do seu objeto de estudo, na escolha das metodologias, em suma, no estabelecimento do seu estatuto enquanto ciência autónoma. Trata-se de um relacionamento complexo que exige, por essa razão, densificação e especificação, pelo que apresentarei a seguir alguns dos considerandos prévios a ter em conta.

Marx é um dos autores mais lidos e, sobretudo, mais difundidos no mundo; lido por uns, cegamente seguido por muitos e criticado e blasfemado por tantos outros. Muitas das críticas de que foi e tem sido alvo são dirigidas ao seu carácter enquanto pessoa [Pires 1983; Johnson 2009; Hund 2018], dimensão que não será tida em conta no presente ensaio não por razões ideológicas ou de empatia, mas porque foge ao seu propósito inicial e principal.

Ao referirmos a sua obra, estamos, na verdade, a nomear uma obra que, não poucas vezes, foi escrita a quatro mãos, ou seja, quer no momento da escrita, quer posteriormente, como editor, Friedrich Engels partilhou essa autoria. Desde que se conheceram em Paris, aquando do exílio de Marx em França, estabeleceu-se entre os dois uma amizade única que os levou à produção de um número significativo de obras conjuntas, a começar pela *Sagrada família*. *A crítica da crítica*. *Contra*

Bruno Bauer & consortes [*Die heilige Familie, oder Kritik der kritischen Kritik. Gegen Bruno Bauer & Consorten*, 1844], a que se veio juntar em 1848, entre outros textos fundacionais do pensamento marxista, o *Manifesto do Partido Comunista* [*Manifest der kommunistischen Partei*]. Como acontece com muitos autores, nomeadamente entre os mais produtivos, as ideias, para além de se contradizerem umas às outras, vão, no seu conjunto, amadurecendo ao longo da vida, levando a que o que foi inicialmente pensado possa vir a ser posteriormente alterado ou até negado. Atendendo a este princípio, comungado por Marx, a crítica tem, com alguma unanimidade, dividido a sua obra em duas fases. A primeira, a do “jovem Marx”, termina por volta de 1850, com a escrita de *A ideologia alemã* [*Die deutsche Ideologie*, 1845-46 / 1933] e com a escrita e publicação do já referido *Manifesto do Partido Comunista* [1847-48]. Segue-se a estas publicações a fase do “Marx maduro”, de que o livro (em três volumes) *O capital. Crítica da economia política* [*Das Kapital. Kritik der politischen Oekonomie*, vol. I, 1867] é, seguramente, o mais importante e também o mais controverso.

Poucas são as situações em que uma obra teórica se converte num guia de ação política. A de Marx conseguiu essa proeza, fruto, em primeiro lugar, da sua ação política (e da de Engels) no terreno e, em segundo, do esforço por transformar e revestir alguns dos seus textos de uma dimensão pedagógica². Esta preocupação perpetuou-se pelo sovietismo adentro, instituindo-se-lhe uma ortodoxia que foi posteriormente seguida pelos partidos comunistas, mormente os da Europa de Leste, mas também por alguns sediados em contextos ocidentais, como é o caso do Partido Comunista Português que ainda hoje permanece, de certa maneira, fiel ao sovietismo. Diferente foi o desenvolvimento do marxismo nos meios académicos ocidentais, onde prevaleceram as leituras problematizantes, a começar pelas que foram implementadas pela chamada 1ª. Escola de Frankfurt (1923-1933).

Na análise que se segue procurarei, assim, não só afastar-me, tanto quanto possível, de qualquer tentação de interpretação dogmática, como também me restringirei à dimensão teórica da obra em apreço, dela aproveitando conceitos, associações de ideias e raciocínios que, pela sua atualidade, fazem parte do instrumentário teórico e metodológico das Ciências Sociais, em geral, e da Sociologia, em particular. Terei ainda a preocupação em articular aquilo que se designa por “alta teoria”, teoria experimentada e produzida em e para ambientes ocidentais, industriais e pós-industriais com a análise de realidades sociais periféricas que têm sido objeto da minha investigação, tais como são as africanas. Este esforço depara-se com uma contradição: Marx, como outros fundadores da Sociologia, refiro-me particularmente a Max Weber, não se debruçou sobre África e, no que respeita à Ásia, apenas numa fase avançada da obra propôs o conceito de modo de produção asiático. Ao que tudo indica, quer Marx, quer Weber foram influenciados, nesse propósito, por Friedrich Hegel que, no seu julgamento da História, excluía dela os povos desconhecidos da escrita, com o eram os africanos, em geral.

Uma última chamada de atenção: nem os conceitos de Marx que irei relevar esgotam a atualidade da sua obra e do marxismo, nem a fundamentação teórica da minha investigação se tem circunscrito apenas a essa obra.

² Frases como “A história de todas as sociedades, até hoje, é a história da luta de classes”, com que Marx e Engels abrem o *Manifesto do Partido Comunista*, é exemplo dessa força chamativa e incandescente, para a qual chamou a atenção J. Schumpeter no seu livro, *Capitalisme, socialisme et démocratie* [Paris 1961]. [Apud Pires 1983: 314].

Itinerário de investigação

Olhando para trás, repensando o que tem sido o meu percurso de investigador, diria que o mesmo se desenvolveu em torno de dois eixos: o primeiro tem a ver com a Sociologia e Antropologia Históricas e, de certa maneira, com a problemática da mudança social e do desenvolvimento; o segundo tem incidido sobre a Sociologia da Cultura, mais explicitamente sobre a sociologia dos atos criativos, quer na literatura, quer nas artes plásticas / visuais. Não obstante ter igualmente investigado sobre experiências societárias asiáticas e brasileiras, nomeadamente relacionadas com os processos de lusofonização, o meu interesse tem-se circunscrito à África subsariana, particularmente a Angola, donde sou originário, não deixando de incluir neste interesse por África, até por razões comparatistas entre realidades da África continental e insular, o arquipélago de Cabo Verde.

Ao primeiro grupo indexo, para além de artigos, os livros *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica* [1983/1996] e *O facto Africano. Elementos para Uma Sociologia de África* (ambos relacionados com provas académicas). No que respeita ao segundo grupo, daria relevo aos livros *Literatura e poder na África lusófona* [1992/2010], *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos* [1996] e *A dominação colonial. Protagonismos e heranças* [2006]. Cada um destes livros tem uma história; o contexto da escrita de um livro é diferente do da escrita de um artigo ou de uma comunicação num determinado congresso. Esta diferença não tem propriamente a ver com a natureza da investigação, mas sim com a relação entre o processo de escrita, que mormente nas Ciências Sociais e Humanas envolve uma componente criativa, e o conteúdo a ser explicitado. Enquanto num livro que, em princípio, se destina a públicos mais vastos, a escrita se estende no tempo, obrigando o autor a adequar a sua energia a esse fim, no caso de textos curtos, destinados geralmente a públicos mais especializados, a escrita tende a ser mais intensa. Sendo a escrita de um livro um processo forçosamente longo, interpõe-se entre o autor físico e a escrita uma sombra, um espaço de significação, que, na essência, não é muito diferente daquele que se coloca entre o autor físico e a narração na escrita de um romance. Assim sendo, estes livros transportam consigo parte da minha história de vida; ela passa pela leitura e interpretação da obra de Marx que, de uma forma ou de outra, acabou por estar sempre presente.

Sobre os conceitos marxistas

Dos conceitos marxistas mais utilizados e que me parecem beneficiar de uma atualidade (quase) incontestável, relevo três: o de *praxis*, o de alienação e o que, na falta de melhor expressão, designaria por discriminação étnica/rácica, matéria que não esteve no centro das suas (e de Engels) preocupações teóricas, mas sobre a qual foi (foram), teórica e vivencialmente, controverso(s), como Hund [2018] o demonstrou. São conceitos reportados ao “jovem Marx”, conquanto, pelo menos dois deles, sejam transversais a toda a obra. Refiro-me aos conceitos de *praxis* e alienação. A problemática da discriminação étnica/rácica, que tratarei adiante, acabou, como referido, por não ser central à obra.

O conceito de *praxis*, que remete para a teoria do conhecimento, para a relação dialética entre teoria e prática, entre sujeito e natureza, articula o idealismo (leia-

se, entre outros, o de Friedrich Hegel, de quem Marx se confessou discípulo [Pires 1983: 113]) e o materialismo, de que resultou o materialismo dialético que, aplicado à interpretação da história, originou o materialismo histórico. No centro deste constructo está o conceito de modo de produção (*Produktionsweise*), cuja definição e abrangência foram objeto de acesos debates entre os neo-marxistas nos anos 60 e 70 do século passado. Uns restringiam-no ao processo produtivo, outros, como Marta Harnecker, estendiam-no aos domínios social e cultural, aproximando-o do que hoje se entende por sistema. Nenhuma das vertentes negava, porém, a importância da luta de classes como fator determinante na passagem de um para outro modo de produção, que, em si, constituía uma revolução (social). A história seria, nestes termos, uma sucessão de modos de produção, do comunismo primitivo ao comunismo, e a luta de classes a sua lei fundamental. Trata-se de uma generalização abusiva das transformações sociais que os seus promotores vivenciaram no seu tempo, decorrentes dos processos de industrialização na Europa, para cujo entendimento específico e temporalmente determinado apresentaram uma explicação cabal que se mantém atual. Refiro-me à análise da emergência do capitalismo industrial a partir de um processo económico e social duplo, centrado, por um lado, na concentração de capital nas mãos de alguns (capitalistas industriais, financeiros...) e, por outro, na desapropriação das terras e demais meios de produção de camponeses livres (*freie Landarbeiter*) que, despojados do seu ganha-pão, nada mais lhes restou que a venda da sua força de trabalho e da dos membros da sua prole. Desta expressão resultou, aliás, a designação proletariado.

Da aplicação dos conceitos marxistas

Analisar a génese da sociedade colonial angolana num período que se estende do século XVI ao XIX, como aconteceu no livro *A economia de Luanda e hinterland*, equivaleu a olhar para a transição do modo de produção tradicional vigente na África central e o modo de produção capitalista (mercantilista) introduzido pelos comerciantes, escravagistas - muitos deles degredados -, militares e clérigos que aportavam à colónia, então em formação. O entendimento desta circunstância histórica no contexto do colonialismo português no Atlântico implicou a construção de um modelo analítico baseado na teoria do sistema-mundo [economia-mundo] devida a I. Wallerstein, na teoria atlântica, uma dívida da historiografia britânica, e na teoria substantivista da economia, devida ao economista e antropólogo de origem húngara, Karl Polanyi. Houve que confrontar a realidade colonial com os elementos constitutivos dos modos de produção em articulação e averiguar, no pormenor e com fundamento arquivístico, a função e o comportamento de cada um desses elementos. Creio que pude, por um lado, contribuir para a validação empírica (na base de documentação arquivística) da teoria do sistema-mundo quanto à troca desigual e aos seus efeitos locais e, por outro, demonstrar a especificidade da chamada “Colónia de Angola” no contexto da África subsariana; uma especificidade que, remontando ao século XVI, ainda hoje se faz sentir. No livro *O facto africano* procurei aprofundá-la e demonstrá-la em relação ao contexto africano, nomeadamente em relação aos contextos da África Central e Austral, embora o objetivo principal do livro tenha sido o da compreensão da África moderna e contemporânea (entenda-se África subsariana) a partir da visão e ação dos seus líderes políticos, nomeadamente dos nacionalistas. A África de hoje é, em grande medida, o reflexo do que estes últimos pensaram e projetaram para os

seus países no sistema mundial, quer como intérpretes do passado pré-colonial, quer como sujeitos políticos no período colonial e pós-colonial.

Os livros e as demais publicações que deram corpo ao segundo grupo temático, o da sociologia da criatividade artística e literária em contextos periféricos, remetem para os dois outros conceitos / problemáticas marxistas elencados. Refiro-me ao conceito de alienação e à problemática da discriminação étnica.

O conceito de alienação enquanto *Entfremdung*, i.e. enquanto processo de 'tornar-se outro' entra na linguagem filosófica pela mão de Hegel. No entendimento de Marx (leia-se, "jovem Marx", pois é um conceito desenvolvido nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844) a sua emergência dá-se no capitalismo e tem, pelo menos, três sentidos: a alienação do operário em relação ao produto do seu trabalho (o que ganha não lhe permite adquirir o que produz); a alienação do operário em relação ao ato de produção (está adstrito a uma tarefa sem que possa ver e regozijar-se com o produto final) e, finalmente, a alienação em relação à sua própria essência humana. A vida deixa de ser vivida na sua plenitude, como um fim em si, para passar a ser apenas um meio de vida. Embora seja possível verificar os três sentidos nas relações de produção estabelecidas sob o mando colonial, o último acabou por prevalecer porque desempenhou uma função mais evidente que os outros dois na configuração da luta anti-colonial. De todos os intelectuais envolvidos na teorização anti-colonial, talvez seja Frantz Fanon, um psiquiatra da Martinica, autor, entre outros, do livro *Os condenados da terra*, publicado em 1961, poucos dias antes da sua morte num hospital dos Estados Unidos da América, quem levou mais longe o terceiro sentido do conceito marxista de alienação. Defendeu o uso da violência contra os colonizadores por parte dos colonizados para que assim atingissem uma dupla desalienação: em relação a si próprios (a via subjetiva, ganhando consciência da sua situação de subalternização) e em relação ao sistema colonial (a via objetiva). A sua experiência como médico psiquiatra na Argélia, confrontado com patologias decorrentes da imposição colonial francesa, ajudou-o a chegar a tais conclusões.

A influência de Fanon junto dos nacionalistas da África subsariana não foi de somenos importância; longe disso! No que à África de colonização portuguesa diz respeito, ela consumou-se, de forma presencial (no Congo-Léopoldville, atual República Democrática do Congo) junto da União dos Povos de Angola, vulgo UPA, organização que esteve por detrás de um dos levantamentos mais sangrentos da luta anti-colonial em toda a África subsariana (adicionando a este ato de violência a violência que resultou da reação da população europeia e do próprio sistema colonial), espoletado a 15 de março de 1961.

A evocação do nacionalismo no contexto desta exposição tem a ver com o facto de ser impossível pensar a autenticidade das literaturas africanas modernas, maioritariamente escritas nos idiomas da colonização independentemente de movimentos identitários como o Nativismo, o Pan-africanismo, a Negritude e o próprio Nacionalismo, já que este, em África, teve, para além da dimensão política, uma importante componente catártica, viabilizando, nessa função, a reaproximação das elites letradas (beneficiárias da educação colonial) às sociedades e aos referentes da sua origem.

Este processo, do qual o marxismo não esteve arredado, teve como objetivo a construção da nação e traduziu-se, em termos literários, na procura de uma utopia que não seria propriamente a do comunismo ortodoxamente entendido, mas sim a da *Heimat*, a matéria de que nos fala Ernst Bloch, um filósofo neo-marxista para quem a

mátéria é passível de antecipação através de uma dupla desalienação: do sujeito em relação a si mesmo e em relação à natureza.

A Lucien Goldmann, filósofo e sociólogo romeno naturalizado francês, pai do estruturalismo genético (fundindo o estruturalismo francês, herdeiro do formalismo russo, com o “historicismo” marxista), fui buscar as categorias estruturais significantes que me permitiram aferir a “visão do mundo” de cada autor e assim identificar o seu compromisso com o projeto nacional, com o que então se entendia por angolanidade, moçambicanidade, cabo-verdianidade, etc. Penso ter contribuído, deste modo, para a diferenciação entre literaturas coloniais e literaturas nacionais e ter ainda ajudado, mesmo que modestamente, ao estabelecimento dos cânones nacionais das literaturas dos países de língua oficial portuguesa; tarefa que foi mais evidente em relação à literatura angolana, como seria (e é) expectável.

Os processos formativos das várias literaturas africanas de língua portuguesa são particularmente exemplificativos deste processo evolutivo. A sua formação recua ao período colonial (coexistindo, nessa altura, com a literatura colonial) e, no período imediatamente posterior às independências, não perderam em criatividade, apesar da vigência de regimes políticos autocráticos. Para tanto, contribuiu o facto de os escritores - o que aconteceu fundamentalmente em Angola - terem procurado sobrepor a realização da utopia, entendida como o desígnio supremo da nação em construção, às diabruras dos regimes³, razão pela qual entendi que a arte e a literatura deste período se desenvolveram sob a égide de um paradigma nacionalista que salvaguardou a sua originalidade e autenticidade.

A mudança dos regimes políticos na África subsariana dá-se, em grande parte, por obra da Perestroika (“Paristroika” no caso dos países francófonos, como se ironizava em alguns círculos de pensamento francês e francófono). Na sequência do fim da Guerra Fria, os regimes de partido único deram lugar a regimes (aproximadamente) democráticos. A conjuntura internacional passou, por sua vez, a ser dominada por uma ideologia liberal ou neo-liberal, cujas consequências se fazem sentir também em África, assistindo-se, no que às relações entre a Europa e África diz respeito, à substituição do sistema de cooperação - embora eivado de paternalismo, razoavelmente eficiente - suportado pela Convenção de Lomé, instituída em 1975, pelo Acordo de Parceria de Cotonou (Benim), de 2000, de natureza liberal, inspirado na experiência (pós-colonial) dos países asiáticos, em que os africanos e os respetivos países acabaram por ser entregues à sua própria sorte. Um dos resultados desta mudança de políticas será, seguramente, o da intensificação do movimento migratório em direção à Europa. Correlativamente, a nação como referente identitário na África subsariana tem esmorecido, facto que tem tido repercussões, não forçosamente negativas, nos processos de criatividade artística e literária. Pois, das mesmas não se pode induzir qualquer empobrecimento estético.

Os últimos trabalhos têm procurado aferir a criatividade literária e artística (artes plásticas e visuais) nestas circunstâncias, quer em relação às experiências angolanas, quer às cabo-verdianas e, a um nível mais referencial, às brasileiras. Alguns conceitos têm sido centrais para a descrição desses novos contextos de produção e fruição da

³ A guerra civil que se seguiu à independência, pondo em confronto diferentes concepções da Angola do futuro, veio fortalecer ainda mais esta posição. Diferentemente do que aconteceu com a literatura nigeriana, que elegeu a guerra de secessão do Biafra como tema central (Cyprian Ekwensi, Adewale Maja-Pearce, Chimamanda Ngozi Adichie, etc.), na literatura angolana, salvo algumas exceções, a guerra civil tendeu a ser indiretamente trabalhada. Esta é apenas uma constatação pessoal que, enquanto tal, carece de uma análise mais aprofundada.

arte e da literatura. Tenho, assim, recorrido a determinados conceitos alicerçados na análise sociológica, tais como o de mundo da arte, de Howard Becker, e o de campo [e *habitus*] devido(s) a Pierre Bourdieu, sociólogo que, estando na continuidade do estruturalismo francês, não descarta a contribuição de Marx para analisar as relações de hegemonia e de diferenciação social que se estabelecem no seio dos sistemas de criatividade artística e literária relativas a um espaço político, que pode ser nacional ou regional, a que corresponde o conceito de campo. No lastro do comércio desigual entre o mundo colonizado e o mundo colonizador descrito por Marx em *A ideologia alemã* e em tantos outros textos posteriores, tenho transposto tais relações de hegemonia para as relações, em ambiente pós-colonial, entre os mundos da arte das ex-metrópoles coloniais e os das antigas colônias no âmbito da lusofonia.

É difícil entender tais relações de hegemonia, de perpetuação da dominação (colonial) através da cultura, como o pós-colonialismo tem vindo a evidenciar, sem se analisar a discriminação rácica que, tendo-a legitimado no passado, continua a dar-lhe substância nos nossos dias. A contribuição de Marx a respeito começa a modelar-se num dos seus textos iniciais, *Sobre a questão judaica* (Zur Judenfrage), que é uma resposta em dois textos (eventualmente partes) a um ensaio de Bruno Bauer – hegeliano de esquerda como Marx – sobre a emancipação política almejada pelos judeus alemães. A diferença entre as posições de um e de outro não é grande, como Robert Misrahi demonstrou num livro publicado em Paris no início dos anos 70 [1972], numa altura em que as Ciências Sociais ainda debatiam com afincos a herança de Marx.

No propósito da argumentação que a seguir apresentarei, interessa reter, sobretudo, o argumento plasmado no primeiro texto, intitulado “A questão judaica”. Nele, Marx faz depender a existência do “estado político” da sua emancipação em relação à religião, fosse ela o judaísmo ou o cristianismo. “O Estado político completo é – escreve –, por natureza, a *vida genérica* do homem em oposição à vida material” [Marx 1997: 75]⁴ – entenda-se, “vida genérica” como vida natural, vida conforme a essência humana ou, ainda mais explicitamente, vida não alienada⁵. Este posicionamento é, nas palavras de José Barata-Moura [In: Marx 1997: 105, nota de rodapé 28], uma dádiva de Ludwig Feuerbach.

A separação entre a “vida genérica do homem” e a sua circunstância social acabou por ser transversal à sua obra. O conceito aparece nos *Manuscritos Económico-Filosóficos* de 1844 [Barata-Moura in Marx 1997: 105, nota de rodapé 28], assim como nos *Ökonomische Manuscripte* (Manuscritos económicos) de 1857/58, mais precisamente nos *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (Fundamentos da Crítica da economia política), onde escreveu que instituindo um princípio que fez escola no seio do marxismo.

“Do ponto de vista da sociedade não existem escravos nem cidadãos: são ambas pessoas (...). Ser-se escravo ou cidadão é fruto de condicionantes sociais. A pessoa não é, enquanto tal, escrava. Torna-se escrava na e através da sociedade” [Marx 1983: 189]⁶,

⁴ Tradução de: “Der vollendete Staat ist seinem Wesen nach das Gattungsleben des Menschen im gegensatz zu seinem materiellen Leben” [Marx 1976: 7], devida a José Barata-Moura (?).

⁵ Que terá muito a ver com o capitalismo e a sociedade burguesa. Na continuação da frase citada, diz-nos que: “Fora da esfera do Estado, todos os pressupostos desta vida egoísta (leia-se, material) mantêm-se na sociedade burguesa, mas como características dessa mesma sociedade” [Marx 1976: 7]. Tradução livre de: Alle Voraussetzungen dieses egoistischen Lebens bleiben außerhalb der Staatssphäre in der bürgerlichen Gesellschaft bestehen, aber als Eigenschaften der bürgerlichen Gesellschaft”.

⁶ Tradução livre de: Vom Standpunkt der Gesellschaft aus existieren Sklaven und (sic) citizens nicht: sind beide Menschen. (...) Sklav sein und citizen sein, sind gesellschaftliche Bestimmungen (...). Der Mensch (...) ist als solcher nicht Sklav. Sklav ist er in der und durch die Gesellschaft”. Citação de Hund [2018: 120].

Sendo a infraestrutura económica determinante no seio da sociedade (modo de produção?), a igualização social, a distribuição igualitária dos meios de produção e dos bens de consumo levariam, forçosamente, à abolição de todas as formas de discriminação étnica e rácica, no fim, um desiderato que é complementar ao da sociedade sem classes, que mais não é do que a versão marxista do fim da história.

O postulado em questão na África subsariana acompanhou todos quantos, sob influência marxista (refiro-me aos nacionalistas comprometidos com o grupo de Casablanca⁷), lutaram pelas independências dos seus países e, em tempo posterior a essas independências, procuraram implementar políticas públicas em prol de um Estado em transição para o comunismo no contexto de um Estado unitário. Implementaram, para o efeito, economias planificadas e, em conformidade, instituíram regimes políticos autocráticos (se não ditatoriais) de partido único.

Salvo raras exceções, - Cabo Verde será uma delas, - tais políticas públicas não resultaram ou ficaram aquém do desejável. Com o descalabro da situação económica e social que, a partir dos anos 70 do século XX (entenda-se), se tornou ainda mais evidente nestes países, o potencial de conflitos étnicos e rácicos herdado, em grande parte, do período colonial não só se manteve, como, em muitas circunstâncias, se intensificou. Da verificação deste facto histórico, resulta a pergunta: será que daqui se pode deduzir da não validade da teoria marxista a propósito? Não creio, porque o cerne da questão, a origem do mal, está fundamentalmente na má gestão da *res publica* com a complacência, se não intromissão, das antigas potências coloniais que continuaram a seguir o lema: quem divide, governa melhor. Perante este quadro, a teoria marxista, pelo menos em parte, está ilibada da sua ineficácia.

Considerações finais

Este entendimento sobre a virtualidade parcial da teoria marxista (porque é disto que se trata) acerca do racismo não colhe unanimidade entre os intelectuais comprometidos com o pós-colonialismo, paradigma (conceito entendido no sentido de Thomas Kuhn) que se tornou dominante na atual reflexão sobre os efeitos do colonialismo europeu. Menor é ainda a sua aceitação junto dos movimentos sociais reivindicativos da igualdade de direitos para as pessoas não caucasianas, como o *Black Lives Matter*, movimentos, muitos deles inorgânicos, emergidos e ativos no mundo ocidental que tendem a sobrepor a raça à classe social na explicação das desigualdades e discriminações a que estão, verdadeiramente, sujeitos quer nos Estados Unidos da América, quer na Europa ocidental, mormente nas antigas metrópoles coloniais, para onde, por razões várias (que vão da perseguição política à procura de melhores condições de vida) os mesmos emigraram e procuram hoje reestabelecer as suas vidas e reconfigurar as suas identidades.

Há, assim, um processo de transformação social global em curso de que os africanos, quer vivam nos seus países de origem, quer nos países para onde emigraram, são parte integrante. Ao seu protagonismo cívico nesse mundo em mudança tem correspondido uma criatividade artística e literária surpreendente e inédita quanto aos referentes. Já não é a construção da nação, a utopia nacionalista que a move, mas sim o projeto identitário e profissional que cada um dos criadores, num ambiente de maior abertura e concorrência, estabelece (ou pretende estabelecer)

⁷ O de Monróvia era constituído pelos países próximos da via capitalista sob influência dos Estados Unidos da América e do mundo ocidental, em geral.

no desenho da sua condição social e da sua carreira. A internacionalização desta, mesmo no que à literatura respeita, tornou-se um desígnio. As suas produções (reitero: quer as acontecidas nos países de origem, quer nos de imigração) vêm ganhando paulatinamente visibilidade e centralidade junto das instâncias de legitimação dos mundos da arte e da literatura dos países centrais. E se os referentes nacionais e utópicos se esboroam perante as novas condições de vida e de trabalho, a raça, num entendimento que não é muito diferente do engendrado pelos racialistas do século XIX (contradição das contradições!) torna-se o eixo de um combate, até aqui inédito, em prol de um mundo mais igualitário. Bem...e ironia do destino: o sucesso desse combate, que me parece ser cada vez mais visível, não é propriamente o resultado do marxismo e das suas utopias, mas o correlato do liberalismo (económico e social) ora vigente.

Se são os problemas que dão origem ao conhecimento científico, como escreveu Karl Popper (1962) no seu célebre ensaio sobre “A lógica das ciências sociais”, diria, num português a puxar às minhas origens angolanas, que ‘este é o problema que, de momento, estou com ele’!

Referências bibliográficas

FREUND, Bill

1985: “The modes of production debate in African studies”, in: *Canadian Journal of African Studies*, vol. 19, n.o 1, 23-29

HARNECKER, Marta

1973: *Os conceitos elementais do materialismo histórico*, Lisboa: Editorial Presença

HEIMER, Franz-Wilhelm

1983: “Sobre a articulação dos modos de produção em Angola. Uma nota metodológica”, in: *Análise Social*, vol. XIX, n.o 77/78/79, 1091-1100

HUND, Wulf D.

2018: “Der ‘jüdische Nigger’ Lassalle. Marginalie zu einem Brief von Karl Marx“, in: *Sozial. Geschichte Online*, Heft 24, 103-130. Disponível em: <https://duepublico.uni-duisburg-essen.de>

JOHNSON, Paul

2009 [1988]: *Intelectuais*, Lisboa: Guerra & Paz

MARX, Karl

1976 [1844]: “Zur Judenfrage”, in: K. Marx & F. Engels – *Werke*, Berlim: (Karl) Dietz Verlag. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me01_347.htm

MARX, Karl

1983 (1857/1858): *Ökonomische Manuskripte*, Berlim: Dietz Verlag

MARX, Karl

1997: *Para a questão judaica*, Lisboa, Edições Avante. Introdução de José Barata Moura

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich

1997 [1948]: *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Edições Avante

MARX, Karl

2000 [1852]: *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Edição de Ridendo Castigat Mores, e-Book. Disponível em: <https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich

2008 [1846]: *A ideologia alemã*, São Paulo: Martins Fontes

- MISRAHI, Robert
1972: *Marx et la question juive*, Paris: Gallimard
- PIRES, Francisco V.
1983: *Marx e o Estado*, Porto: Lello & Irmão - Editores
- POPPER, Karl
1962: "Die Logik der Sozialwissenschaften", in *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozial-Psychologie*, 14 Jhrg.: 233-48
- SHIOZAWA, Kimio
1966: "Marx's view of Asian society and his 'Asiatic Mode of Production'", in: *The Development Economies*, vol. 4, n.o 3, 299-315
- VENÂNCIO, José C.
1992: *Literatura e poder na África lusófona*, Lisboa: ICALP
- VENÂNCIO, José C.
1996: *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de sociologia histórica*, Lisboa: Editorial Estampa
- VENÂNCIO, José C.
1992: *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos*, Lisboa: Editorial Vega
- VENÂNCIO, José C.
2005: *A dominação colonial. Protagonismos e heranças*, Lisboa: Editorial Estampa
- VENÂNCIO, José C.
2009 [2000], *O fato africano. Elementos de uma Sociologia da África*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco



Portugal em Acção